JSL S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF Nº 52.548.435/0001-79
NIRE 35.300.362.683

Relatório da Administração 2016

Destaques

JSL apresenta receita recorde em um ano ainda marcado pela recessão no Brasil

- **Recorde de Receita Bruta Total** de R$7,4 bilhões, apresentando crescimento de 13% em 2016;
- **EBITDA Consolidado** de R$1,1 bilhão, 3% menor na comparação anual;
- **Investimento Líquido** de R$1,1 bilhão, sendo 35% na Logística, 63% na Movida e 2% nas Concessionárias;
- **Fluxo de Caixa Livre para a Firma de R$269 milhões**;
- **Emissão do segundo CRA** no valor de R$ 200 milhões para 3 anos;
- **Aquisição da Quick, abaixo do valor patrimonial e com pagamento em 72 meses,** com o objetivo de diversificação setorial e geográfica;
- **JSL recebe Troféu Transparência 2016**, da ANEFAC – FIPECAFI – Serasa Experian;
- **JSL é eleita como a melhor empresa do setor de transporte** no Especial Exame Melhores & Maiores 2016;
- **Concluímos a construção das bases da Movida,** que se consolidou como a segunda empresa de veículos de aluguel no país, **com pilares em fundamentos sólidos para um novo ciclo empresarial;** para tanto, a Movida encerrou 2016 com 183 lojas RAC, 59 lojas de Seminovos, e uma frota de 64.223 veículos;
- **Movida,** com seu DNA de servir e inovação constante, sempre pensando no cliente, foi **reconhecida pela Rentalcars como a favorita do Cliente** e obteve o prêmio "Customer Favourite Awards";
- **Evento Subsequente: Captação de R$600 milhões no processo de IPO da Movida em fevereiro de 2017** e reforço da estrutura de capital.

Mensagem da Administração

O ano de 2016 foi marcado por desafios no Brasil. Mesmo com cenário econômico recessivo, apresentamos **Receita Bruta Consolidada recorde de R$7,4 bilhões**, **um crescimento de 13%** comparado ao ano de 2015, o que comprova mais uma vez o valor de nossa diversificação – de serviços, clientes e setores da economia – ratificando a **resiliência** da Companhia, bem como a nossa **capacidade de execução**.

Neste mesmo ano, a **JSL completou 60 anos.** Ao longo dessas seis décadas, a Companhia construiu uma trajetória de **crescimento consistente,** baseado no atendimento às necessidades dos clientes através de soluções inovadoras, customizadas, procurando oferecer sempre o melhor custo benefício e buscando a perpetuação da relação comercial. Como consequência, a JSL se mantém na **posição de liderança**[1] do mercado nacional em seu segmento, que se caracteriza pelo constante desenvolvimento, com bases que tem propiciado aproveitar as oportunidades de negócio.

A **JSL Logística** está presente em mais de **16 setores da economia** e conta com mais de **400 clientes**. No ano de 2016, o segmento apresentou uma **Receita Líquida Consolidada de R$4,2 bilhões**, **5% maior** em relação ao ano anterior e uma Receita Líquida de Serviços de R$3,9 bilhões, um crescimento de 6% comparado com 2015. A diversificação dos nossos serviços amplia a nossa experiência nos mais distintos processos e corrobora para a resiliência dos resultados. Vale a pena mencionar que o maior cliente representa apenas 8% da receita de serviços da Logística, em diversos contratos, enquanto o maior setor contribui com cerca de 13% dessa receita. A Receita Bruta de Venda de Ativos foi de R$311,6 milhões na JSL Logística em 2016, em linha com o ano anterior, ratificando que a nossa base de ativos é líquida, apesar da recessão verificada no país. Em 2016 fechamos Novos Contratos de Longo Prazo no valor global de R$819 milhões, o que demonstra a confiança depositada na JSL e nossa capacidade de agregar valor ao negócio do cliente.

A **Movida** apresentou uma **Receita Líquida Consolidada de R$1,9 bilhão**, **um crescimento de 56%** sustentado por um modelo inovador, com foco no serviço para o cliente e uma plataforma tecnológica moderna. Ao longo de 2016 a Movida RAC **aumentou em 62% sua quantidade de diárias**, de 5,1 milhões em 2015 para 8,2 milhões em 2016 e a taxa de ocupação cresceu de 64,8% no 4T15 para 74,5% no 4T16. A Companhia também entregou **a maior receita média mensal por frota operacional do setor**, que totalizou R$1.805 no 4T16, 6% maior que no 4T15. Com foco na rentabilidade da operação, o *ticket* médio mensal de GTF subiu de R$1.151 no 4T15, para R$1.271 no 4T16, representando um aumento de 10%. Na parte de seminovos, com a abertura de 36 lojas ao longo do ano, a **Receita Líquida de Seminovos totalizou R$1,0 bilhão, um crescimento de 76%** na comparação anual.

[1] Fonte: Revista Transporte Moderno, novembro de 2016

As Concessionárias apresentaram uma Receita Líquida de R$835,5 milhões no ano de 2016, totalizando uma redução de 17% em relação a 2015. A queda no volume de vendas refletiu as condições desfavoráveis da economia no período, sendo este segmento complementar aos outros negócios.

A JSL Leasing apresentou Receita Líquida de R$28,2 milhões em 2016. O crescimento de R$22,8 milhões deveu-se principalmente ao maior número de operações no período, de 122 em 2015 para 569 em 2016, lembrando que estamos construindo uma companhia de leasing de forma sólida e sustentável.

A JSL Consolidada apresentou custos e despesas totais de R$6,2 bilhões em 2016, um acréscimo de 15% na comparação anual. Esse aumento está principalmente relacionado à Movida e à fase final de construção das bases para seu contínuo desenvolvimento, que envolveu a abertura de lojas RAC e Seminovos, bem como a ampliação da sua frota. O aumento dos custos e despesas também está relacionado aos ajustes ocorridos em algumas de nossas operações no segmento de Logística, em consequência do cenário econômico recessivo do país, apesar do crescimento do faturamento anual.

O EBITDA consolidado foi de R$1,1 bilhão e a margem EBITDA foi de 19,7%, 1,8 p.p. menor, dada a pressão de despesas com itens extraordinários ocorrida principalmente no 4T16.

Apresentamos **Resultado Líquido negativo de R$183,2 milhões em 2016 e R$150,4 milhões no 4T16**, impactados pelos seguintes **eventos extraordinários não-recorrentes no último trimestre**:

- **(i)** Despesas operacionais oriundas do ajuste de preço de aquisição de determinadas empresas e baixa de ágio em investimentos, entre outros, no valor total bruto de R$82,7 milhões;
- **(ii)** Despesas financeiras em razão do ajuste de preço de aquisição de determinadas empresas no montante bruto de R$39,9 milhões.

Ressaltamos, todavia, a **melhoria** da geração de caixa operacional da companhia e sua **resiliência** observada durante o período: **o Fluxo de Caixa Livre para a Firma aumentou R$337 milhões** quando comparado a 2015, **resultando em R$269 milhões no ano.**

Para **sustentar o nosso crescimento em 2016** o nosso **investimento bruto foi de R$2,5 bilhões**, sendo 44% em renovação e 56% em expansão. O incremento de R$251 milhões em relação aos investimentos realizados em 2015 deve-se principalmente ao aumento da frota da Movida, que cresceu de 52.723 em 2015 para 64.223 carros em 2016, e da abertura de 27 lojas RAC e 36 lojas de Seminovos ao longo do ano. Em linha com a nossa estratégia de diversificar a carteira de clientes na Logística, investimos 74% em expansão. Dessa forma, geramos não só receitas adicionais no ano corrente, mas principalmente para os próximos anos através de um portfólio de serviços ainda mais completo para os nossos clientes. A Movida encerra 2016 posicionada de forma que viabiliza um crescimento o qual contribuirá com um novo ciclo estratégico para seu desenvolvimento empresarial e a continuidade do planejamento estratégico da JSL.

Em função do aumento dos investimentos, a dívida bruta totalizou R$6,3 bilhões, mantendo-se em linha com os R$6,3 bilhões registrados em 31 de dezembro de 2015.

Ainda em 2016, a **Standard and Poor's** Global Ratings atribuiu o **rating de crédito corporativo "BB"** na escala global à JSL S.A., e a **Fitch Ratings** atribuiu, o rating de crédito corporativo **"BB"** na **escala global e "AA- (bra)" em escala nacional** à JSL S.A., com perspectiva revisada para estável. Segundo a S&P, o "rating reflete a posição da Companhia como uma das maiores prestadoras de serviços logísticos no Brasil, com diversificação em aluguel de veículos leves e gestão de frotas". Para a Fitch, "a revisão da perspectiva para estável reflete a resiliência dos negócios da JSL, sustentada pela melhoria na geração de fluxo de caixa operacional, apesar da recessão no Brasil".

Ao longo de 60 anos, consolidamos uma cultura forte com gente diferenciada construindo um modelo de negócio único que se propõe a realizar serviços customizados às necessidades específicas dos clientes, agregando valor e otimizando processos em cada etapa dos serviços realizados para que os clientes possam focar em seus próprios negócios. Estes fatores são importantes para a nossa perpetuação.

A JSL presta serviços para mais de 400 clientes, que contribuem para gerar novas oportunidades, buscando sinergias nas suas cadeias logísticas. Para os próximos anos, acreditamos que a Companhia tem muito mais a fazer, pois as necessidades logísticas estão em evolução contínua e os clientes procuram otimização em seus processos e aumento de sua produtividade.

Iniciamos 2017 com o êxito da abertura de capital da Movida, captando R$600 milhões, o que reforça nossa estrutura de capital. Após relevantes investimentos para seu desenvolvimento desde a aquisição ocorrida há três anos, a Movida ocupou uma posição de destaque e se consolidou como a segunda maior empresa do setor de RAC no Brasil.

Este ano, o foco será na rentabilidade das operações e acreditamos que há potencial para captura de valor adicional através de projetos visando melhorias operacionais, assim como pelo término da fase de formação das bases para o desenvolvimento sustentado da Movida e seu consequente **processo de maturação de lojas de Seminovos** e novos canais de RAC, **somados à uma desaceleração do investimento líquido do grupo.**

A rentabilidade será assegurada pelo trabalho de nossos colaboradores, com quem compartilhamos a visão de dono do negócio, pautados por nossos valores e objetivos estratégicos. Manteremos o foco na excelência da operação, movendo nossa estrutura e fazendo ajustes para que o negócio do cliente seja cada vez mais produtivo e o nosso negócio mais rentável.

Agradecemos o comprometimento dos nossos colaboradores, a confiança e o apoio dos nossos investidores, acionistas, as instituições financeiras que nos apoiam, fornecedores, e dos nossos clientes, por quem temos imenso orgulho em servir, e a todos que contribuem para alcançarmos os nossos objetivos.

Muito Obrigado,
Fernando Antonio Simões
Diretor Presidente da JSL S.A.

1) JSL: O Mais Amplo Portfólio de Serviços

Fundada em 1956, a JSL S.A. (BM&FBovespa: JSLG3) presta serviços de logística de alto valor agregado para seus clientes. Ao longo destes 60 anos, um sólido princípio acompanhou a trajetória da Companhia: entender seus clientes para atendê-los com qualidade e agilidade.

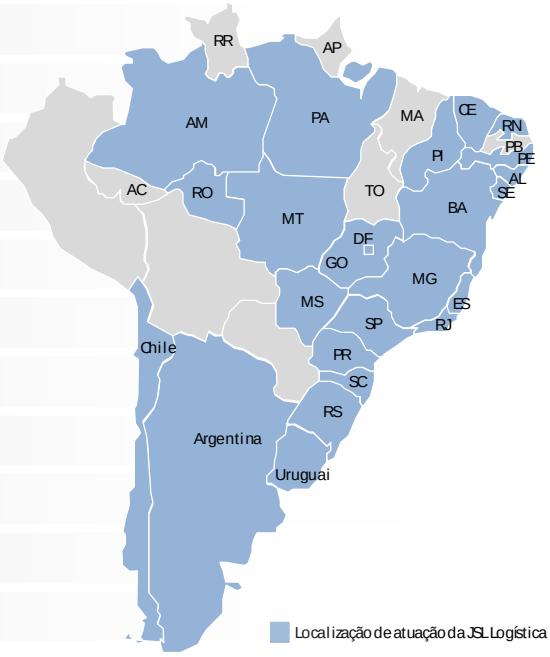
A liderança no mercado brasileiro se deve à capacidade da JSL em planejar, implantar e operar serviços customizados. O grupo possui 220 filiais no Brasil e está presente em 4 países, somando mais de 100.000 ativos operacionais e 105 lojas para comercialização de ativos leves e pesados.

A Companhia utiliza a Movida para a locação de veículos para pessoas físicas e jurídicas, que em 2016 possuía 183 lojas de atendimento RAC, 59 lojas de Seminovos e uma frota de 64.223 carros.

De maneira independente e complementar às atividades, a Companhia detém 30 concessionárias autorizadas de veículos leves e pesados, enquanto a JSL Leasing auxilia no processo de venda dos ativos.

+ 220	Filiais em 20 Estados e 4 Países
22.000	Colaboradores
+ 100.000	Ativos Operacionais
14	Centros de Distribuição pelo Brasil
1	(CLI) Centro Logístico Intermodal
1	Porto Seco e 1 REDEX
183	Movida – RAC (em todos os estados)
17	Concessionárias Leves
13	Concessionárias Pesados
59	Seminovos Leves
16	Seminovos Pesados

105 Lojas próprias



2) Portfólio de Soluções

✓ JSL Logística

Oferece soluções customizadas aos clientes, sugerindo inovações e melhorias contínuas em seus processos para aumentar a sua produtividade.

Com quatro linhas de negócios (Serviços Dedicados à Cadeia de Suprimentos, Gestão e Terceirização de Frotas e Equipamentos, Transporte de Passageiros e Transporte de Cargas Gerais), a JSL Logística busca fortalecer a integração com o cliente. Essa proximidade proporciona a manutenção de relacionamentos de longo prazo e identificação de oportunidades de *cross-selling*, que consequentemente contribuem para o crescimento orgânico da Companhia.

A JSL Logística está presente em mais de 16 setores da economia. O maior cliente representa apenas 8% da receita de serviços, em múltiplos contratos, enquanto o maior setor é responsável por 13% dessa receita. Essa relação contribui para mitigar os riscos e ampliar oportunidades de crescimento, que conferem vantagens competitivas para a Companhia.

✓ **Movida**

Consolida as atividades de Aluguel de Carros (RAC), Gestão e Terceirização de Frotas de veículos leves (GTF), e Venda de Seminovos (Movida Seminovos), trabalhando com a cultura de estar a serviço do cliente para estreitar relacionamentos. Em dezembro de 2016 contava com mais de 64 mil veículos, sendo 49 mil em RAC e 15 mil em GTF. No período de renovação, comercializa os veículos com auxílio das 59 lojas da Movida Seminovos. As 183 lojas de RAC oferecem locação de veículos leves, nas modalidades diária, mensal e anual, para pessoas físicas e jurídicas, com propostas diferenciadas como: 27 horas de diária, frota nova e diversificada, locação *Carbon Free*, Movida *Express*, dentre outras facilidades. As operações de GTF são voltadas para clientes corporativos, a partir da locação de veículos com contratos de longo prazo, em sua maioria acima de 12 meses.

✓ **JSL Concessionárias de Veículos**

Possui uma rede de 30 concessionárias autorizadas que vendem automóveis e caminhões, novos e usados, das marcas Volkswagen (13), MAN (13), Fiat (3) e Ford (1). Essa operação é independente e altamente complementar às atividades do negócio, pois amplia a capilaridade na distribuição de ativos.

✓ **JSL Leasing**

A JSL Leasing desfruta de sinergias com o negócio da JSL e oferece alternativas financeiras para compra de caminhões, ônibus, automóveis, máquinas e equipamentos.

3) Cenário Setorial

O ano de 2016 foi desafiador; no entanto, o setor de logística continuou se adaptando às novas demandas de seus clientes, bem como à redução da atividade econômica. Em um cenário recessivo, os clientes passam a buscar ainda mais soluções customizadas para melhorarem sua produtividade.

Segundo estudos realizados pelo Ilos em 2016, os custos logísticos representaram 11,7% do PIB do Brasil em 2014, compostos por transporte – 6,8%, estoque – 3,7%, armazenagem – 0,8% e administrativo – 0,4%.

Segundo a "Sondagem Expectativas Econômicas do Transportador 2016" realizada pela Confederação Nacional do Transporte – CNT, o momento econômico de crise tem impactado o setor de transporte, visto que 58,8% das empresas participantes precisaram reduzir o número total de viagens; 60,1% teve redução de receita bruta; para 74,6% houve aumento do custo operacional; e pelo menos 37,4% das empresas do setor reduziram o número de veículos em operação em 2016.

Em relação ao mercado de veículos leves, com base na carta da Anfavea de janeiro de 2017, o licenciamento de autoveículos em 2016 diminuiu 20,2% comparado com 2015, com 2,1 milhões de unidades comercializadas. A produção também caiu 11,2% no período. Para 2017, a Anfavea projeta crescimento no licenciamento, produção e exportação de autoveículos, veículos pesados e máquinas. O Presidente da entidade acredita em uma "reação sequencial, que passa pela retomada da confiança tanto do consumidor quanto do investidor, reaquecimento do consumo e abertura gradual da concessão de crédito".

Com base no levantamento feito pela CNT há otimismo para 2017, visto que 47,7% dos entrevistados esperam obter receita bruta maior e 48,8% confiam que haverá melhor desempenho da atividade econômica. Para a Companhia, a logística é atividade estratégica na integração e suporte ao desenvolvimento nacional e há oportunidades para o setor nos próximos anos, dadas as necessidades do país com dimensões continentais.

4) Desempenho Operacional – Receita Bruta

Receita Bruta (R$ milhões)	2015	2016	Var. 2016x2015
JSL Consolidada[1]	6.561,5	7.383,8	+12,5%
Serviços [2]	4.699,0	5.234,4	+11,4%
Venda de Ativos[2]	887,5	1.349,5	+52,1%
Concessionárias	1.083,8	903,3	-16,7%
Leasing	5,5	28,5	+418,2%

[1] Contempla a consolidação dos resultados financeiros da JSL Logística, JSL Concessionárias de Veículos, Movida e Leasing, já considerando as eliminações entre os negócios.

[2] Contempla a consolidação dos resultados financeiros da JSL Logística e Movida, já considerando as eliminações entre os negócios.

A JSL apresentou em 2016 uma Receita Bruta Consolidada recorde de R$7,4 bilhões, crescimento de 12,5% na comparação anual, confirmando a resiliência do negócio e o seu contínuo crescimento, conforme informações detalhadas na tabela acima.

O desempenho das atividades da JSL Logística e da Movida resultaram em uma Receita Bruta de Serviços recorde de R$5,2 bilhões em 2016, +11,4% a/a. A Receita com Venda de Ativos foi de R$1,3 bilhão em 2016, +52,1% a/a. Neste mesmo período, a Receita Bruta Total da JSL Concessionárias de Veículos foi de R$903,3 milhões, redução de 16,7% a/a, enquanto a JSL Leasing registrou receita de R$28,5 milhões.

JSL Logística

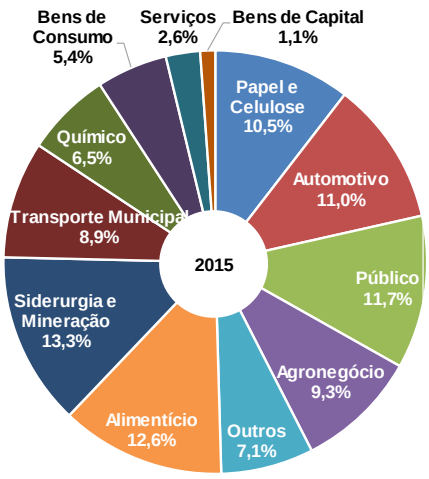
Receita Bruta (R$ milhões)	2015[1]	2016	Var. 2016x2015
Receita Bruta de Serviços	**4.112,0**	**4.407,2**	**+7,2%**
Serviços Dedicados	2.286,7	2.477,2	+8,3%
Gestão e Terceirização	979,5	1.060,8	+8,3%
Transporte de Passageiros	528,8	519,4	-1,8%
Cargas Gerais	257,5	288,9	+12,2%
Outros	59,5	61,0	+2,5%
Receita Bruta de Venda de Ativos	**322,9**	**311,6**	**-3,5%**
Venda usual de Ativos	310,9	311,6	+0,2%
Venda de Ativos com Gestão	12,0	-	-
Receita Bruta Total	**4.434,9**	**4.718,8**	**+6,4%**

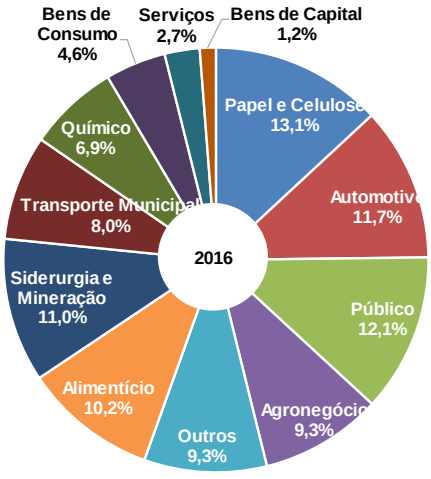
[1] Ajustes de acordo com a nota explicativa 35

Composição da Receita Bruta de Serviços por Setores da Economia no ano de 2016

Em 2016, a JSL Logística apresentou uma Receita Bruta de Serviços de R$4,4 bilhões. As linhas de negócios de maior valor agregado para a Companhia continuaram as mais expressivas, e juntas, Serviços Dedicados e Gestão e Terceirização representaram 80,3% da Receita Bruta de Serviços, aumento de 8,3% a/a. As Receitas com os Mesmos Contratos – RMC[2] apresentaram queda de 1,0%. Neste ano celebramos Novos Contratos que totalizarão uma receita global de R$819 milhões.

No final do período, a Receita com a Venda de Ativos totalizou R$311,6 milhões.





[2] Considera receitas relativas apenas a contratos existentes em ambos os períodos de comparação

Movida

Receita Bruta (R$ milhões)	2015[1]	2016	Var. 2016 x 2015
Receita Bruta de Serviços	652,1	892,5	+36,9%
Receita Bruta de Vendas de Ativos	589,1	1.037,9	+76,2%
Receita Bruta Total	**1.241,2**	**1.930,4**	**+55,5%**

[1] Ajustes de acordo com a nota explicativa 35

Em 2016, a Movida registrou uma Receita Bruta Total no valor de R$1,9 bilhão, composto por Receita Bruta de Serviços de R$892,5 milhões e Receita Bruta de Venda de Ativos de R$1,0 bilhão (+76,2% a/a), com destaque para o aumento de 9,6 p.p. na taxa de ocupação de RAC, que finalizou o ano em 74,5%.

✓ **JSL Concessionárias de Veículos**

Receita Bruta (R$ milhões)	2015	2016	Var. 2016x2015
Leves	**637,0**	**543,0**	**-14,8%**
Pesados	**226,7**	**155,0**	**-31,6%**
F&I	**20,1**	**17,1**	**-15,0%**
Pós Vendas	**200,0**	**188,3**	**-5,9%**
Receita Bruta Total	**1.083,8**	**903,3**	**-16,7%**

A JSL Concessionárias registrou uma Receita Bruta Total de R$903,3 milhões em 2016, sendo R$543,0 milhões de Leves, R$155,0 milhões de Pesados, R$17,1 milhões em F&I e R$188,3 milhões em Pós-Vendas. A queda de 16,7% a/a reflete as condições desfavoráveis de mercado e a consequente redução do volume de veículos vendidos.

✓ **JSL Leasing**

De janeiro a dezembro de 2016 a JSL Leasing fez 569 operações de crédito. A Receita Bruta totalizou R$28,5 milhões em 2016, um aumento de 418,2% quando comparado aos R$5,5 milhões em 2015.

5) Destaques Financeiros

Destaques Financeiros (R$ milhões)	2015*	2016	Var. 2016x2015
Receita Bruta Total[1]	**6.561,5**	**7.383,8**	**+12,5%**
Logística	**4.434,9**	**4.718,8**	**+6,4%**
Serviços	4.112,0	4.407,2	+7,2%
Venda de Ativos	322,9	311,6	-3,5%
Movida	**1.241,2**	**1.930,4**	**+55,5%**
Serviços	652,1	892,5	+36,9%
Venda de Ativos	589,1	1.037,9	+76,2%
Concessionárias de Veículos	**1.083,8**	**903,3**	**-16,7%**
Leasing	**5,5**	**28,5**	**-**
Receita Líquida Total[1]	**5.989,9**	**6.739,4**	**+12,5%**
Custo Total[1]	**(4.852,6)**	**(5.442,1)**	**+12,1%**
Logística	**(3.273,2)**	**(3.488,5)**	**+6,6%**
Serviços	(2.952,5)	(3.194,9)	+8,2%
Venda de Ativos	(320,7)	(293,7)	-8,4%
Movida	**(948,2)**	**(1.448,9)**	**+52,8%**
Serviços	(379,1)	(475,4)	+25,4%
Venda de Ativos	(569,1)	(973,5)	+71,1%
Concessionárias de Veículos	**(830,5)**	**(680,6)**	**-18,0%**
Leasing	**(4,7)**	**(21,2)**	**-**
Lucro Bruto Total[1]	**1.137,4**	**1.297,4**	**+14,1%**
Logística	**692,2**	**691,1**	**-0,2%**
Serviços	691,5	685,9	-0,8%
Venda de Ativos	0,7	5,2	-
Movida	**265,3**	**444,3**	**+67,5%**
Serviços	245,3	382,7	+56,0%
Venda de Ativos	20,0	61,6	-
Concessionárias de Veículos	**179,1**	**154,9**	**-13,5%**
Leasing	**0,7**	**7,0**	**-**
Margem Bruta[1]	***19,0%***	***19,3%***	***+0,3 p.p***
Logística	*17,5%*	*16,5%*	*-1,0 p.p.*
Movida	*21,9%*	*23,5%*	*+1,6 p.p.*
Concessionárias de Veículos	*17,7%*	*18,5%*	*+0,8 p.p.*
Leasing	*13,0%*	*24,8%*	*+11,8 p.p.*
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	**(553,9)**	**(798,6)**	**+44,2%**
Resultado Operacional	**583,5**	**498,8**	**-14,5%**
Resultado Financeiro Líquido	**(516,2)**	**(748,3)**	**+45,0%**
Lucro Antes das Provisões Tributárias	**67,2**	**(249,5)**	**-**
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	**(20,5)**	**66,3**	**-**
Resultado Líquido Total	**46,8**	**(183,2)**	**-**
Margem Líquida Total	***0,8%***	***-2,7%***	***-3,5 p.p.***
EBITDA Total[1]	**1.092,1**	**1.060,9**	**-2,9%**
Logística	**835,1**	**793,8**	**-4,9%**
Movida	**244,2**	**269,1**	**+10,2%**
Concessionárias de Veículos	**15,5**	**(9,4)**	**-160,6%**
Leasing	**(2,8)**	**13,3**	**-**
Margem EBITDA Total[2]	***21,5%***	***19,7%***	***-1,8 p.p.***
Logística[2]	*22,9%*	*20,5%*	*-2,4 p.p.*
Movida[2]	*39,1%*	*31,4%*	*-7,7 p.p.*
Concessionárias de Veículos	*1,5%*	*-1,1%*	*-2,6 p.p.*
Leasing	*-51,9%*	*47,2%*	*-*
EBITDA-A Total	**1.966,5**	**2.350,0**	**+19,5%**

* Ajustes de acordo com a nota explicativa 35

[1] Resultados Consolidados (considera a eliminação entre os negócios de Logística, Movida, Concessionárias e Leasing).

[2] Calculadas em relação a Receita Líquida de Serviços.

Receita Líquida

A Receita Líquida Total da JSL Consolidada foi de R$6,7 bilhões em 2016, apresentando crescimento de 12,5% a/a, composta por R$4,2 bilhões da JSL Logística, R$1,9 bilhão da Movida, R$835,5 milhões da JSL Concessionárias de Veículos e R$28,2 milhões da JSL Leasing.

Custos

Em 2016, os Custos Totais da Companhia somaram R$5,4 bilhões, +12,1% a/a, distribuídos em R$3,5 bilhões da JSL Logística, R$1,4 bilhão da Movida, R$680,6 milhões da JSL Concessionárias e R$21,2 milhões da JSL Leasing.

Por sua vez, o Lucro Bruto Total de 2016 foi de R$1,3 bilhão, um aumento de 14,1% em relação a 2015, com margem bruta de 19,3%, melhora de 0,3 p.p..

✓ **JSL Logística**

Em 2016, os Custos de Serviços foram de R$3,2 bilhões, ou 82,3% da Receita Líquida de Serviços do ano, caracterizando um aumento de 1,3 p.p. na comparação com 2015. Destacam-se os aumentos nos custos com Agregados e Terceiros (+0,8 p.p.), bem como de Peças, Pneus e Manutenção (+0,6 p.p.), Depreciação (+0.5 p.p.) e Outros Custos (+0,6 p.p.). Os maiores custos nessas linhas foram parcialmente compensados pela redução de Custos com Pessoal (-0,7 p.p.) e com Combustíveis e Lubrificantes (-0,4 p.p.). Os Custos com Venda de Ativos totalizaram R$293,7 milhões em 2016, uma redução de 8,4% a/a.

✓ **Movida**

Os Custos da Movida totalizaram R$1,4 bilhão no final de 2016, sendo que 33% referem-se aos custos de vendas e prestação de serviços. O incremento em relação ao ano anterior ocorreu principalmente devido a: (i) RAC – ampliação da frota em 12.009 veículos e abertura de 27 lojas RAC, fatores que contribuem para o aumento nos gastos com documentação, aluguel de imóveis e pessoal; e (ii) GTF – aumento nos gastos com mobilização e desmobilização de contratos.

✓ **JSL Concessionárias de Veículos**

Os Custos das Concessionárias foram de R$680,6 milhões, redução de 18,0% a/a, em linha com a redução de 17,2% da receita líquida.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais totalizaram R$798,6 milhões, representando 11,8% da receita líquida, um aumento de 2,6 p.p. a/a. Este aumento está principalmente relacionado ao crescimento da Movida e à abertura de 36 lojas de Seminovos ao longo do ano, que não estão plenamente maduras. O restante refere-se ao impacto de itens extraordinários cujo detalhamento encontra-se na seção de Lucro Líquido, EBITDA e EBITDA-A.

Resultado Financeiro Líquido

As Despesas Financeiras Líquidas consolidadas de R$748,3 milhões no ano de 2016 foram 45,0% maiores que no exercício anterior. O aumento reflete principalmente o incremento de R$648 milhões no saldo médio da dívida líquida (+14% a/a) incluindo a conta de fornecedores risco sacado; e este aumento está sobretudo relacionado ao crescimento da Movida (tanto em frota quanto em expansão de lojas RAC e Seminovos). Este aumento da dívida liquida bem como a mudança em seu mix (61,0% atrelado ao CDI em dezembro de 2015 para 69,4% em dezembro de 2016) impactou as despesas financeiras. Também tivemos um impacto extraordinário de R$39,9 milhões relacionado a ajuste de preço de aquisição de empresas.

Lucro Líquido, EBITDA e EBITDA-A

Apresentamos Prejuízo Líquido de R$183,2 milhões em 2016, e tivemos eventos extraordinários no ano, em um montante total bruto de R$122,6 milhões. Os itens extraordinários são principalmente vinculados a (i) despesas operacionais oriundas do ajuste de preço de aquisição de determinadas empresas e baixa de ágio em investimentos, entre outros, no valor total bruto de R$82,7 milhões; e (ii) a despesas financeiras em razão do ajuste de preços de aquisição de determinadas empresas no montante bruto de R$39,9 milhões.

O EBITDA totalizou R$1,1 bilhão, 2,9% menor que 2015. O "EBITDA-A ou EBITDA Adicionado", que é a medida prática mais adequada do que o EBITDA tradicional como aproximação da geração de caixa, totalizou R$2,3 bilhões em 2016 (+19,5% a/a).

Endividamento

Endividamento (R$ milhões)	2015	2016	Var. 2016x2015
Caixa e aplicações financeiras	**1.686,6**	**1.043,2**	**-38,1%**
Dívida bancária e mercado de capitais bruta - Curto Prazo	814,3	1.196,9	+47,0%
Dívida bancária e mercado de capitais bruta - Longo Prazo	4.895,0	4.552,6	-7,0%
Dívida bancária e mercado de capitais bruta total	**5.709,3**	**5.749,5**	**+0,7%**
Dívida bancária e mercado de capitais líquida total	**4.022,7**	**4.706,3**	**+17,0%**
Risco sacado a pagar (Montadoras) - Curto prazo	625,2	551,4	-11,8%

O endividamento líquido totalizou R$5,3 bilhões em dezembro de 2016, 13,1% maior que no final de 2015, em grande parte explicado pelo aumento dos investimentos na comparação anual, que totalizaram R$2,5 bilhões no período.

A composição da dívida líquida total no final de 2016 era de 69,4% atrelada ao CDI, 21,7% às taxas pré-fixadas, 7,1% à TJLP, 1,5% à SELIC e 0,3% ao IPCA.

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA foi de 5,0x em dezembro de 2016, ante 4,3x em dezembro de 2015. Considerando os recursos líquidos provenientes do IPO da Movida, a alavancagem teria sido de 4,4x no final do período. A alavancagem da Companhia, medida pelo indicador da dívida líquida

acrescida pela linha de fornecedores risco sacado sobre o EBITDA–A, totalizou 2,2x em dezembro de 2016 (2,0x se considerados os recursos da oferta de ações da Movida) uma melhoria em relação ao 2,4x em dezembro de 2015. Para maiores informações sobre o IPO da Movida, vide item sobre Eventos Subsequentes.

6) Investimentos

Os investimentos estão atrelados ao portfólio de clientes já existentes, bem como aos novos clientes. No final de 2016 totalizaram R$2,5 bilhões, sendo 44% em renovação e 56% em expansão. O investimento em expansão é composto principalmente por R$521,6 milhões da JSL Logística e R$859,0 milhões da Movida. O investimento em renovação se dividiu entre R$181,1 milhões para a JSL Logística e R$896,3 milhões para a Movida, além de R$27,6 milhões nas Concessionárias. A Receita com Venda de Ativos do período foi de R$1,4 bilhão, resultando em um investimento líquido de R$1,1 bilhão no ano.

O capex de expansão da JSL Logística contribui parcialmente para a receita e geração de caixa no ano em que é implementado, e passa a contribuir integralmente quando o contrato se torna maduro após doze meses de faturamento. Em relaçao à Movida, a maior parte dos investimentos em expansão foi direcionada para a frota, composta por ativos de alta liquidez e baixa idade média.

7) Eventos Subsequentes

Abertura de capital da Controlada Movida Participações

Em 06 de fevereiro de 2017, a controlada Movida Participações S.A. nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 358, de 03 de janeiro de 2002, e no artigo 52 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, comunicou o início da oferta pública de distribuição primária de 71.460.674 e secundária de 6.741.573 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Movida Participações S.A., todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Movida Participações S.A., dentro do limite do capital autorizado realizado no Brasil e com esforços de colocação no exterior.

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, e no exterior, e teve como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding.

A emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Movida Participações S.A., conforme segue:

	Preço (R$) (i)	Comissões (R$) (ii)(iv)	Recursos Líquidos (R$) (ii)(iii)(iv)
Preço Por Ação	7,50	0,33	7,17
Oferta Primária	535.955.055,00	23.633.872,48	512.321.182,52
Oferta Secundária	50.561.797,50	2.229.610,60	48.332.186,90
Total	**586.516.852,50**	**25.863.483,08**	**560.653.369,42**

i. Com base no Preço por Ação de R$ 7,50;
ii. Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares;
iii. Sem dedução das despesas e tributos da Oferta; e
iv. Para informações sobre remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Movida Participações S.A., dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Movida Participações S.A., nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A. realizada em 06 de fevereiro de 2017.

O capital social da Movida Participações S.A., totalmente subscrito e integralizado, foi aumentado para R$1.201.583.695,32 (um bilhão, duzentos e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos), representado por 213.491.586 (duzentas e treze milhões, quatrocentas e noventa e uma mil e quinhentas e oitenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escrituradas e sem valor nominal.

Com este aumento a participação da Companhia (JSL S.A.) na Movida Participações S.A. será acrescida em R$ 50.561.797,50 (cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), representado por 6.741.573 (seis milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e três) ações, ficando assim composto:

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações suplementares:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	Quantidade (1)	%	Quantidade(1)	%
Acionista Vendedor e entidades sob controle comum	142.030.911	99,9	139.289.338	65,20%
Administradores	0	0,0	0	-
Ações em circulação	1	0,1	74.202.248	34,8%
Total	**142.030.912**	**100**	**213.491.586**	**100,00%**

(1) Considera o grupamento das ações ordinárias de emissão da Movida Participações S.A., na proporção de cinco ações ordinárias para uma ação ordinária.

O patrimônio da Companhia após a abertura de capital da Movida Participações S.A. apresentou os seguintes efeitos (com base em 31 de dezembro de 2016):

	Consolidado		
	31/12/2016	Efeito *IPO*	PL Após *IPO*
Patrimônio líquido			
Capital social	660.395	-	660.395
Reserva de capital	14.060	-	14.060
Ações em tesouraria	(3.741)	-	(3.741)
Ajuste de avaliação patrimonial	4.634	86.751	91.385
Ganho obtido na oferta secundária	-	12.739	12.739
Prejuízos acumulados	(66.359)	-	(66.359)
	608.989	**99.490**	**708.479**
Participação de não controladores	-	508.433	508.433
Total do patrimônio líquido	**608.989**	**607.923**	**1.216.912**

Alongamento de dívida

Em 9 de março de 2017, como parte da gestão de passivos financeiros, a Companhia concluiu a contratação de dois novos financiamentos, extinguindo dois outros existentes. O novo contrato possui vencimentos a partir de 2019 e término em 2023, contribuindo assim com o alongamento do perfil de amortização da dívida. No quadro abaixo demonstramos o cronograma de amortização do consolidado com base nos vencimentos atuais e com os novos vencimentos considerando o alongamento da dívida:

		Consolidado			
		31/12/2016		Repactuada	
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	2017	888.916	23,1	830.583	21,6
	2018	1.082.707	28,2	674.374	17,5
	2019	1.187.276	30,9	880.133	22,9
	2020	318.614	8,3	556.709	14,5
	2021	151.898	3,9	389.993	10,1
	2022	113.244	2,9	351.339	9,1
	2023	76.861	2,0	136.385	3,5
	2024	23.678	0,6	23.678	0,6
	2025 em diante	2.942	0,1	2.942	0,1
Total passivo não circulante		2.957.220	76,9	3.015.553	78,4
Total		**3.846.136**	**100,0**	**3.846.136**	**100,0**

8) Mercado de Capitais

Performance das Ações

A JSL está listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e suas ações fazem parte do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG). Desde janeiro de 2013, a JSLG3 faz parte do Índice BM&FBOVESPA Small Cap (SMLL).

No dia 29 de dezembro de 2016 as ações JSLG3 estavam cotadas a R$8,98, uma valorização de 24,7% quando comparadas a 30 de dezembro de 2015.

No final de 2016, a Companhia possuía um total de 202.500.000 ações, composto por 202.077.032 em circulação e 422.968 em tesouraria. Durante o ano de 2016, a Companhia cancelou 8.500.000 ações que estavam em tesouraria.

9) Capital Humano

A JSL envolve seus colaboradores em sua cultura de servir com simplicidade, fator essencial na realização das atividades. A cultura é demonstrada na objetividade das ações, que garantem a agilidade no atendimento aos clientes.

No final de 2016 a JSL contava com 21,9 mil colaboradores, 84,6% deles homens e 15,4% mulheres, sendo 87,9% do total referentes às atividades operacionais, 8,3% administrativas e 3,8% comerciais. Estimular o desenvolvimento dos colaboradores é primordial para a JSL, e em 2016, mais de 16.000 colaboradores participaram dos cursos oferecidos pela Companhia, uma média de 19,8 horas de treinamento por participante.

Para a gestão de seu pessoal, a Companhia conta com seu Código de Conduta e com a política de relações humanas e do trabalho, que estabelecem os direitos e responsabilidades dos colaboradores.

Em 2016 foi divulgado o novo Código de Conduta, aplicável a todas as empresas do grupo, o que demonstra a preocupação da Companhia com os princípios que norteiam os negócios e as relações entre os colaboradores com terceiros e administração pública. Tal documento passou a incluir um questionário sobre conflitos de interesses e declaração de conformidade a todos os colaboradores.

Ainda em 2016 foi implementada a Diretoria de Gestão, Riscos, Controles, Compliance e Auditoria, com reporte ao Conselho de Administração, tendo como objetivos assegurar que os procedimentos e controles sustentem a continuidade e segurança dos negócios da Companhia, para garantir um ambiente consolidado e seguro. No ano de 2016, 1.640 gestores foram treinados sobre as primeiras ações dessa Diretoria, e responderam a testes sobre o conteúdo integral do treinamento.

10) Responsabilidade Socioambiental

Na condução de suas atividades, a JSL busca eficiência logística e maximizar o desempenho dos seus serviços. Ao longo dos anos, a Companhia tem se aprofundado no conceito da logística sustentável, ao desenvolver soluções para melhorar a segurança do motorista, da carga e dos usuários das vias, otimização de rotas, eficiência econômica e do consumo de combustível e água, controle de emissões, descarte adequado de resíduos, e práticas de responsabilidade social.

A JSL conta com a Política de Gestão na gerência de suas operações, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável, como segurança nas operações, capacitação dos colaboradores, preservação do meio ambiente e equilíbrio econômico-financeiro, a fim de fidelizar o relacionamento com os clientes.

Para o monitoramento dos impactos mais sensíveis ao negócio, estabeleceu-se indicadores sociais, ambientais e econômicos, monitorados pelo Comitê de Sustentabilidade, que envolve o controle de acidentes, *turnover*, descarte adequado de pneus, reciclagem de óleo lubrificante, consumo de água, homologação de fornecedores, frota Euro 5, consumo de diesel e nível de emissões. Como instrumento de gestão socioambiental, tais indicadores auxiliam na identificação de fatores que possam afetar o modelo de negócio da JSL, sendo base para planos de ação.

Por meio do Instituto Julio Simões, a Companhia investe no desenvolvimento de projetos socioculturais e esportivos, próprios e em parceria com outras instituições. O Instituto também auxilia a Companhia na destinação das verbas de Leis de Incentivo Fiscal para projetos culturais e esportivos.

O "Projeto Você Quer? Você Pode!" é voltado para a qualificação do capital humano no setor logístico. Apresenta a história de empreendedorismo e superação do nosso fundador Sr. Julio Simões para alunos da rede pública de ensino de Mogi das Cruzes – SP. Desde o seu início em 2012 já atendeu mais de 19.000 alunos, sendo 4.728 em 2016.

É também função do Instituto Julio Simões estimular os colaboradores à prática solidária. O projeto Julio Cidadão tem como objetivo promover a amenização hospitalar com "doutores palhaços" a partir de visitas voluntárias. Desenvolvido em parceria com a ONG Canto Cidadão, o projeto atendeu mais de 3 mil pessoas em 2016.

11) Auditoria Independente

Para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras a JSL contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Nos termos da Instrução CVM no. 381/03, a Companhia informa que em 2016, os serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa foram superiores a 5% do valor total de seus respectivos honorários.

Assim, o valor dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais foi de R$2,4 milhões; e os outros serviços de auditoria, totalizaram R$ 1,6 milhão.

A JSL entende que as contratações dos serviços acima listados estão em linha com a prática da Companhia de não contratar qualquer serviço, que pela sua natureza ou valor a ser cobrado, possa causar qualquer conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

A PwC declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa da JSL.

12) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

13) Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Conselho de Administração

Adalberto Calil
Presidente

Fernando Antonio Simões
Conselheiro

Fernando Antonio Simões Filho
Conselheiro

Álvaro Pereira Novis
Conselheiro Independente

Augusto Marques da Cruz Filho
Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Fernando Antonio Simões
Diretor Presidente

Denys Marc Ferrez
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Fábio Albuquerque Marques Velloso
Diretor

Adriano Thiele
Diretor

Eduardo Pereira
Diretor

Flávio Sales
Diretor

www.jsl.com.br/ri

www.pwc.com.br

JSL S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
JSL S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSL S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da JSL S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL S.A. e da JSL S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

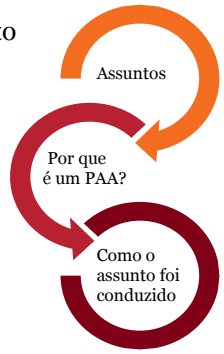
Ênfase - reapresentação das demonstrações financeiras e reemisão relatório de auditoria

Conforme descrito na Nota 2(iv), a administração efetuou a alteração e reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016 com as respectivas comparativas em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 23 de março de 2017. Devido às alterações descritas na Nota 2(iv), emitimos esse novo relatório de auditoria sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

JSL S.A. e suas controladas

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Gerenciamento de capital - risco de liquidez a curto prazo

Conforme Nota 1, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 477.462 mil, no consolidado.

A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de continuar auferindo lucros operacionais e de gerar liquidez, a qual considera que será suficiente para a reversão da atual situação de capital circulante líquido negativo a curto prazo.

Essas projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo, a expansão do negócio com a utilização de capital de terceiros, sujeito a oscilação da taxa de juros e disponibilidade de crédito no mercado.

Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar em diferentes resultados e fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

. Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, da projeção de fluxo de caixa, bem como obtivemos explicações em relação às premissas relevantes. Analisamos também a consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores.

. Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao monitoramento dos cumprimentos das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos.

. Discutimos com a administração e com os órgãos de governança os planos de negócio aprovados e divulgados. Também analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*	
Conforme Nota 16.2, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível, ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, no valor de R$ 250.764 mil, decorrente das aquisições de controladas. A Companhia efetua, anualmente, com o apoio de especialistas externos, o teste do valor recuperável do ágio fundamentado no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados dos ativos das unidades geradoras de caixa, aplicando uma taxa de desconto que corresponde ao custo médio de captação da Companhia. No final do exercício, a Companhia registrou perda estimada do valor recuperável do ágio de R$ 21.061 mil na controladora e R$ 30.204 mil no consolidado. Determinamos esse assunto como significativo, tendo em vista que, além da relevância do saldo, esta é uma área que envolve estimativas críticas e julgamento por parte da administração da Companhia na determinação do valor recuperável.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: . Realizamos o entendimento do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxos de caixa, bem como discutimos com a administração as premissas relevantes e modelos matemáticos utilizados. . Confrontamos as projeções aprovadas pelo Conselho de Administração com aquelas disponibilizadas pela administração. . Adicionalmente, confrontamos as projeções realizadas pela administração nos anos anteriores em contraposição aos resultados efetivamente apurados. . Analisamos a consistência das premissas relevantes com informações de mercado e de outras empresas similares, bem como a sensibilidade da projeção de resultado em diferentes cenários. Também, realizamos testes para confirmar a exatidão matemática do cálculo, a taxa de desconto utilizada, e a razoabilidade do modelo de cálculo. . Confrontamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a documentação interna que suporta a avaliação da administração. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados pela administração são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.
Aquisição de controle da Quick Logística e Quick Armazéns Gerais	
Conforme Nota 1.1 em 15 de fevereiro de 2016, a Companhia adquiriu 100% do capital votante das empresas Quick Logística Ltda. e Quick Armazém Gerais Eireli - ME. Por ter adquirido o controle das referidas entidades, reconheceu e mensurou, em suas demonstrações financeiras consolidadas, os valores justos dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, bem como mensurou e	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: . Em relação aos valores apurados pelos especialistas da administração, testamos as metodologias e principais premissas adotadas nas projeções.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
reconheceu ganho proveniente de compra vantajosa, apurado na combinação de negócios, no valor de R$ 62.178 mil. Os valores justos dos ativos e passivos tomaram por base estudo e avaliação independente realizado por especialistas externos contratados pela administração. Essa transação foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, além do ganho por compra vantajosa reconhecido no resultado do exercício ter sido relevante, demandou atenção significativa na avaliação das premissas e julgamentos utilizados na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.	. Analisamos a consistência das projeções com informações históricas disponíveis, bem como comparamos as principais premissas com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação. . Testamos os procedimentos realizados pela administração para identificação dos demais ativos intangíveis adquiridos e passivos assumidos, sujeitos ao reconhecimento na combinação de negócio. . Confrontamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a documentação interna que suporta a avaliação da administração. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e consistentes com dados e informações observáveis, interna e externamente, conforme aplicável.
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Contas a receber com órgãos governamentais	
Conforme Nota 5 (iv) (Contas a receber), em virtude da deterioração das contas de determinados Estados e Municípios ocorrida no ano de 2016, a Companhia efetuou o complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R$ 27.362 mil, de saldos a receber vinculados aos contratos de prestação de serviços firmados junto às entidades públicas. Consideramos esse tema como significativo em virtude da relevância dos valores envolvidos e do elevado nível de julgamento da Administração na avaliação da situação financeira dos Estados e Municípios devedores.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros procedimentos, entendimento dos aspectos de avaliação e monitoramento de risco realizados pela administração para a constituição da provisão para perdas, que inclui a capacidade de realização dos recebíveis vinculados aos Estados e Munícipios. Testamos a integridade e totalidade da base de dados utilizadas para o cálculo da provisão para crédito de liquidação duvidosa, por meio da conciliação das informações entre o sistema gerencial e contábil. Inspecionamos posições de consultores jurídicos de determinados valores vinculados aos recebíveis que estão sendo discutidos na esfera judicial. Por meio dos nossos procedimentos de auditoria, consideramos que as premissas utilizadas pela administração são razoáveis, em todos os

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.
Reconhecimento da receita	
Conforme Nota 2.13 (Receitas), a Companhia e suas controladas possuem um portfólio de serviços diversificados e customizados à prestação de serviço alinhada às características de cada cliente. Além disso, no curso normal de renovação de frotas, efetua a venda de veículos seminovos. O processo de reconhecimento de receita de prestação de serviços envolve múltiplos elementos, os quais requerem medições e julgamentos na determinação dos eventos e condições para reconhecimento da receita. O processo de reconhecimento de receita ao final de cada período contábil também contempla a elaboração de estimativa contábil para mensuração das receitas não faturadas de serviços prestados. Adicionalmente, no que tange a venda de veículos seminovos, ao final de cada período contábil, há a necessidade de monitoramento que garanta, tempestivamente, a captura das transações ocorridas nos diversos pontos de venda, para o reconhecimento da receita no seu período correto. Em virtude do volume e da multilocalização das transações de venda, da logística complexa e do grau de julgamento do processo que envolve múltiplos elementos para reconhecimento da receita e a utilização de estimativas por parte da administração, bem como a representatividade da venda de veículos seminovos no contexto das demonstrações financeiras, incluindo a dependência significativa de controles manuais, para o registro das transações no período correto, consideramos o reconhecimento da receita da prestação de serviço e venda de veículos como área de foco em nossa auditoria.	Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria: . Realizamos o entendimento do reconhecimento de receita segregado por tipo de serviço. . Inspecionamos, em bases amostrais, documentos fiscais e contratos, com o objetivo de identificar os eventuais múltiplos elementos da prestação de serviço e de que forma tais receitas estavam sendo reconhecidas contabilmente. . Testamos a razoabilidade das estimativas elaboradas pela administração para mensurar o montante de receitas não faturadas de serviços prestados. . Confirmamos saldos de contas a receber no final do exercício junto a determinados clientes, bem como efetuamos testes de liquidação subsequente para parcela de saldos a receber. . Discutimos com a administração os procedimentos e controles existentes para a captura das transações e reconhecimento das vendas de veículos seminovos no período correto, bem como inspecionamos, em bases amostrais, documentos legais para comprovação da transferência de riscos e benefícios econômicos de transações de venda de veículos seminovos no fim do exercício. Consideramos que as premissas e os procedimentos para o reconhecimento de receita, incluindo adequado período de competência são razoáveis.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ação anulatória de sentença arbitral relacionada à apuração do preço de aquisição de controlada	
Conforme Notas 9 e 24 (Depósitos judiciaise provisão para demandas judiciais e Contas a Pagar), a Companhia é autora de ação anulatória relacionada a decisão arbitral proferida em 4 de novembro de 2014, que teve como objeto, o acordo entre as partes sobre apuração do preço de aquisição de empresa, firmado no compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias celebrado em 10 de maio de 2008. Em atendimento à referida decisão arbitral, a Companhia efetuou depósito em juízo, no valor de R$ 60.603 mil. Adicionalmente, a administração efetuou complemento do passivo relacionado à aquisição da empresa, no montante de R$ 52.081 mil. Consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria em razão da magnitude dos valores envolvidos e a existência de grau de incerteza sobre o desfecho dessa demanda judicial.	Efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: . Com o auxílio de nossos especialistas jurídicos, discutimos a jurisprudência, o prognóstico de perda e as medidas tomadas pelos advogados da Companhia na referida ação. . Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Consideramos que as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com dados e informações obtidos.
Definição do valor residual dos veículos classificados no ativo imobilizado	
Conforme Nota 2.9, a Companhia e suas controladas estimam o valor residual de suas frotas a partir do valor esperado de venda dos veículos após o término de sua vida útil, líquido das despesas de vendas e dos descontos praticados no atacado e no varejo. Consideramos essa área como foco de auditoria porque a aplicação da referida estimativa contábil requer o uso de premissas subjetivas que exigem o julgamento e avaliação por parte da administração, entre estas, o preço estimado de venda considerando o desgaste esperado e as despesas diretas desse processo. Quaisquer mudanças nas premissas podem implicar em ajustes desses ativos, com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado de sua alienação no futuro.	Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria: . Efetuamos o entendimento do processo e estimativas estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual dos veículos, bem como os controles internos usados no cálculo da depreciação. . Efetuamos, em base amostral, a comparação dos valores residuais líquidos estimados com os valores de mercado do preço de venda de carros similares divulgados na mídia, bem como comparamos os valores com os preços praticados em vendas realizadas no exercício. Consideramos que as premissas utilizadas pela administração são razoáveis e estão consistentes com os resultados históricos de transações de vendas.

Outros assuntos

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

JSL S.A. e suas controladas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015 (Reclassificado Nota 2.3)	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	318.623	366.836	585.920	951.166
Títulos e valores mobiliários	4.2	198.982	650.819	457.300	725.095
Contas a receber	5	556.017	516.661	1.021.422	1.007.831
Estoques	6	22.740	15.032	164.626	199.270
Impostos a recuperar	8	56.457	106.025	95.600	178.817
Despesas antecipadas	10	3.799	11.823	12.891	28.290
Partes relacionadas	26.1	73.475	77.717	-	-
Dividendos a receber	13	85.964	63.699	-	-
Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)	7	87.081	113.044	331.249	226.336
Outros créditos	12	19.441	12.706	47.692	54.238
		1.422.579	**1.934.362**	**2.716.700**	**3.371.043**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4.2	-	10.376	-	10.376
Instrumentos financeiros derivativos	3	36.037	57.462	36.037	72.921
Contas a receber	5	32.507	3.512	108.356	15.792
Impostos a recuperar	8	54.160	23.509	62.468	23.518
Depósitos judiciais	9	101.806	23.173	120.704	42.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.1	-	-	31.438	15.635
Partes relacionadas	26.1	1.849	41	76	410
Fundo para capitalização de concessionárias	11	-	-	52.642	54.921
Outros créditos	12	2.048	5.878	6.035	9.542
		228.407	**123.951**	**417.756**	**245.424**
Investimentos	14	2.112.215	1.865.531	1.179	1.535
Imobilizado	15	1.644.473	2.234.759	5.386.719	4.764.262
Intangível	16	259.838	264.066	346.029	361.790
		4.016.526	**4.364.356**	**5.733.927**	**5.127.587**
Total do ativo		**5.667.512**	**6.422.669**	**8.868.383**	**8.744.054**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	750.899	462.205	888.916	526.829
Risco sacado a pagar	18	9.265	26.126	551.359	625.195
Debêntures	19	131.824	120.461	142.242	126.794
Arrendamento financeiro	20.1	69.058	57.556	165.716	160.719
Fornecedores	21.1	36.714	34.176	992.368	505.199
Veículos "Floor Plan"	21.2	-	-	28.387	33.982
Obrigações trabalhistas	22	104.401	98.105	179.418	163.687
Obrigações tributárias	23	26.286	27.797	51.968	52.983
Contas a pagar	24	23.402	60.753	151.377	120.374
Adiantamentos	25	7	706	29.101	83.747
Dividendos e juros sobre capital próprio	27.5	-	11.106	-	11.106
Partes Relacionadas	26.1	34.415	-	1.782	1.017
Imposto de renda e contribuição social		-	-	11.528	3.625
		1.186.271	**898.991**	**3.194.162**	**2.415.257**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	2.297.729	2.889.522	2.957.220	3.213.632
Debêntures	19	1.107.512	1.190.405	1.406.375	1.487.751
Arrendamento financeiro	20.1	94.605	114.328	189.017	193.606
Instrumentos financeiros derivativos	3	12.223	1.459	12.223	1.459
Obrigações tributárias	23	1.316	1.499	2.701	1.805
Provisão para demandas judiciais e administrativas	9	61.366	29.535	73.712	43.354
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.1	90.831	189.760	197.088	269.451
Contas a pagar	24	206.670	87.318	226.896	97.866
		3.872.252	**4.503.826**	**5.065.232**	**5.308.924**
Patrimônio líquido					
Capital social	27.1	660.395	660.395	660.395	660.395
Reserva de capital	27.2	14.060	8.789	14.060	8.789
Ações em tesouraria	27.4	(3.741)	(54.133)	(3.741)	(54.133)
Ajuste de avaliação patrimonial		4.634	4.634	4.634	4.634
Reserva de lucros		-	400.167	-	400.167
Prejuízos acumulados		(66.359)	-	(66.359)	-
		608.989	**1.019.852**	**608.989**	**1.019.852**
Participação de não controladores		-	-	-	21
Total do patrimônio líquido		**608.989**	**1.019.852**	**608.989**	**1.019.873**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.667.512**	**6.422.669**	**8.868.383**	**8.744.054**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

JSL S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	32	2.994.079	3.289.319	6.739.417	5.989.912
(-) Custo das prestações de serviços	33	(2.397.843)	(2.339.235)	(4.152.988)	(3.974.936)
(-) Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	33	(138.005)	(350.018)	(1.289.069)	(877.618)
		(2.535.848)	**(2.689.253)**	**(5.442.057)**	**(4.852.554)**
(=) Lucro bruto		**458.231**	**600.066**	**1.297.360**	**1.137.358**
Despesas administrativas e comerciais	33	(178.549)	(181.311)	(670.353)	(510.134)
Despesas tributárias		(4.527)	(3.114)	(13.822)	(9.584)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(38.770)	(5.599)	(114.402)	(34.256)
Resultado de equivalência patrimonial	14	64.437	88.596	-	71
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		**300.822**	**498.638**	**498.783**	**583.455**
Receitas financeiras	34	146.155	157.766	240.589	250.799
Despesas financeiras	34	(733.678)	(617.179)	(988.842)	(767.032)
(=) (Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**(286.701)**	**39.225**	**(249.470)**	**67.222**
Impostos e contribuições sobre o lucro	28.2	-	-	(21.844)	(13.924)
Créditos/débitos tributários diferidos	28.2	103.527	7.538	88.140	(6.536)
(=) (Prejuízo) / lucro líquido antes da participação de não controladores		**(183.174)**	**46.763**	**(183.174)**	**46.762**
Participação de não controladores		-	-	-	1
(=) (Prejuízo) / lucro líquido do exercício		**(183.174)**	**46.763**	**(183.174)**	**46.763**
(Prejuízo) / Lucro líquido por ação básico do exercício (em Reais)	36	(0,90)	0,22	(0,90)	0,22
(Prejuízo) / Lucro líquido por ação diluído do exercício (em Reais)	36	(0,89)	0,22	(0,89)	0,22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

JSL S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Atribuível aos Acionistas Controladores										
		Reserva de Capital				Reservas de lucros						
	Notas	Capital social	Remuneração baseada em ações	Reserva de Subvenções Governamentais	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros retidos	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 01 de janeiro de 2015		**660.495**	**6.196**	**-**	**(53.509)**	**25.720**	**398.624**	**-**	**7.327**	**1.044.853**	**26**	**1.044.879**
Remuneração com base em ações		-	2.593	-	-	-	-	-	-	2.593	-	2.593
Realização do custo presumido ("deemed cost")		-	-	-	-	-	-	2.693	(2.693)	-	-	-
Recompra de ações		(100)	-	-	(61.854)	-	-	-	-	(61.954)	-	(61.954)
Cancelamento de ações		-	-	-	61.230	-	(61.230)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	46.763	-	46.763	(5)	46.758
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)	-	(10.000)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	-	-	-	(2.403)	-	(2.403)	-	(2.403)
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	2.338	-	(2.338)	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	34.715	(34.715)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**660.395**	**8.789**	**-**	**(54.133)**	**28.058**	**372.109**	**-**	**4.634**	**1.019.852**	**21**	**1.019.873**
Remuneração com base em ações	27.2	-	2.289	-	-	-	4.625	-	-	6.914	-	6.914
Dividendos adicionais pagos	27.3	-	-	-	-	-	(200.000)	-	-	(200.000)	-	(200.000)
Recompra de ações	27.4	-	-	-	(34.603)	-	-	-	-	(34.603)	(21)	(34.624)
Cancelamento de ações	27.4	-	-	-	84.995	-	(84.995)	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	(183.174)	-	(183.174)	-	(183.174)
Subvenções governamentais	27.2	-	-	2.982	-	-	-	(2.982)	-	-	-	-
Absorção do prejuízo		-	-	-	-	(28.058)	(91.739)	119.797	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**660.395**	**11.078**	**2.982**	**(3.741)**	**-**	**-**	**(66.359)**	**4.634**	**608.989**	**-**	**608.989**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

JSL S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		(Reapresentado Nota 2 (iv))	(Reapresentado Nota 2 (iv))	(Reapresentado Nota 2 (iv))
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda	(286.701)	39.225	(249.470)	67.222
pelas atividades operacionais				
Depreciações / Amortizações (Nota 33)	292.362	321.763	547.187	508.626
Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	138.005	350.018	1.289.069	870.464
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial (Nota 14)	(64.437)	(88.596)	-	(71)
Perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Nota 34)	90.402	(49.285)	107.067	(64.744)
Provisão/reversão para demandas judiciais e administrativas	54.016	25.830	63.413	40.373
Provisão para perda com ICMS (nota 8)	-	-	27.600	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	13.645	(735)	68.409	15.403
Ajuste a valor presente aquisição Quick	(10.277)	-	(10.277)	-
Ganho em combinação de negócios (nota 1.1)	(62.178)	-	(62.178)	-
Perdas estimadas em estoques (Nota 6)	632	379	204	1.249
Provisão para perdas por roubo/furto de veículos (Nota15)	-	-	7.768	-
Remuneração com base em ações	6.914	2.593	6.914	2.593
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	423.372	588.144	570.511	653.180
Ajuste a valor recuperável dos ativos	25.670	-	34.813	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas	**908.126**	**1.150.111**	**2.650.500**	**2.027.073**
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Títulos e valores mobiliários	462.213	46.129	278.171	118.074
Contas a receber	(81.995)	125.649	(174.564)	(34.430)
Estoques	(8.340)	(1.948)	34.440	93.468
Impostos a recuperar	23.515	(14.540)	43.416	(13.854)
Partes relacionadas	2.434	(4)	334	(343)
Depósitos judiciais	(78.633)	5.816	(78.395)	1.866
Outros créditos	(2.905)	(131.332)	9.792	12.832
Despesas antecipadas	8.024	3.879	17.678	(4.664)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	2.538	(81.828)	487.169	208.175
Fornecedores (Floor Plan)	-	-	(5.595)	(22.331)
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.602	(4.399)	(11.988)	11.842
Contas a pagar e adiantamentos	78.897	(58.444)	128.915	(4.182)
Partes relacionadas	34.415	-	765	492
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	**444.765**	**(111.022)**	**730.138**	**366.945**
Caixa gerado nas atividades operacionais	**1.066.190**	**1.078.314**	**3.131.168**	**2.461.240**
Demandas judiciais e administrativas pagas	(22.185)	(28.084)	(33.055)	(42.150)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.235)	(13.116)	(1.467)
Juros pagos s/empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	(426.360)	(458.174)	(591.742)	(654.358)
Compra de Ativo imobilizado Operacional	-	(60.948)	(1.736.802)	(912.384)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**617.645**	**529.873**	**756.453**	**850.881**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimento Quick logística	(25.953)	-	(25.953)	-
Incorporação do caixa de controlada (nota 1.1)	-	-	259	-
Aporte de Capital / (Baixa de Investimento)	(111.230)	-	-	-
Dividendos recebidos (Nota 14.1)	16.501	87.132	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(18.080)	(119.655)	-	-
Compra de Ativo Imobilizado	(6.923)	(58.641)	(57.523)	(102.246)
Intangível	(3.553)	(5.976)	(9.971)	(5.977)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de investimento	**(149.238)**	**(97.140)**	**(93.188)**	**(108.223)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Recompra de ações em tesouraria (Nota 27.4)	(34.603)	(61.854)	(34.603)	(61.854)
Dividendos / JCP pagos	(208.701)	-	(208.701)	-
Resultado recebido de derivativos	5.057	-	5.740	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(5.874)	-	(17.205)
Aumento em empréstimos e financiamentos	455.020	517.754	689.594	851.243
(Redução) em empréstimos e financiamentos	(733.393)	(741.419)	(1.480.541)	(935.723)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(516.620)**	**(291.393)**	**(1.028.511)**	**(163.539)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa, liquídos	**(48.213)**	**141.340**	**(365.246)**	**579.119**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	366.836	225.496	951.166	372.047
No final do exercício	318.623	366.836	585.920	951.166
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(48.213)**	**141.340**	**(365.246)**	**579.119**
Principais transações que não afetaram o caixa				
Captação de Leasing e Finame para aquisição de imobilizado	(132.290)	(441.079)	(775.804)	(976.163)
Risco sacado montadoras	(55.779)	(22.864)	(33.729)	(240.904)
Incorporação de ativos decorrente de cisão (Nota 1.1)	(14.732)	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

JSL S.A.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vendas e prestação de serviços (Nota 32)	3.470.159	3.677.868	7.403.983	6.561.486
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(13.645)	(10.832)	(68.409)	(32.258)
Outras receitas operacionais	7.932	57.760	(18.057)	78.631
	3.464.446	**3.724.796**	**7.317.517**	**6.607.859**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e prestação de serviços	(1.445.758)	(1.405.962)	(2.521.032)	(2.558.090)
Perdas ou recuperação de valores ativos	(25.670)	-	(34.813)	-
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(62.575)	(279.513)	(1.279.513)	(951.830)
	(1.534.003)	**(1.685.475)**	**(3.835.358)**	**(3.509.920)**
Valor adicionado bruto	**1.930.443**	**2.039.321**	**3.482.159**	**3.097.939**
Retenções				
Depreciação e amortização (Nota 34)	(292.364)	(321.763)	(547.187)	(508.626)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.638.079**	**1.717.558**	**2.934.972**	**2.589.313**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimônial	64.437	88.596	-	71
Receitas financeiras	146.155	155.862	244.401	237.236
	210.592	**244.458**	**244.401**	**237.307**
Valor adicionado total a distribuir	**1.848.671**	**1.962.016**	**3.179.373**	**2.826.620**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	816.347	655.653	1.365.077	1.033.466
Federais	106.075	327.503	263.635	539.854
Estaduais	204.206	147.166	338.490	233.148
Municipais	55.724	53.437	82.592	78.602
Juros e aluguéis	849.493	731.494	1.312.753	894.787
Dividendos	-	12.403	-	12.403
Lucros (prejuízos) retidos do exercício	(183.174)	34.360	(183.174)	34.360
	1.848.671	**1.962.016**	**3.179.373**	**2.826.620**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Informações sobre a Companhia

JSL S.A., ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em São Paulo, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e negociação de certificado de depósito de ações negociável no mercado de balcão (OTC) dos Estados Unidos da América (EUA), visando facilitar a compra, manutenção e venda de ações por investidores norte-americanos.

A Companhia e suas controladas operam em quatro segmentos principais: transporte e logística, concessionárias de veículos leves e pesados, locação de veículos e operações financeiras. As atividades nesses segmentos consistem basicamente em:

i. Transporte e logística: preponderantemente transporte rodoviário de cargas, transporte coletivo de passageiros, armazenagem, coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial, locação de máquinas, equipamentos e veículos pesados, e a exploração de transporte fluvial de cargas;

ii. Concessionárias de veículos: comercialização de veículos leves e pesados, revenda de veículos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura, e corretagem na venda de seguros automotivos;

iii. Locação de veículos ("*Rent a Car*"): locação de veículos leves no varejo e em gestão de frotas, e revenda de veículos substituídos para a renovação das respectivas frotas, através de lojas da marca 'Movida'; e

iv. Operações financeiras: operações de leasing financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Companhia, em seu balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2016, apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 477.462, impactado principalmente pela controlada Movida Participações S.A. ("Movida"), que apresentou na mesma data capital circulante líquido negativo de R$ 931.862 (R$ 348.350 em 31 de dezembro de 2015). Esta posição na Movida é resultante do plano de investimento, aprovado pela Administração e acionistas, para abrir 27 novas lojas de locação de veículos e de 36 novas lojas de revenda de veículos, e consequentemente na renovação e ampliação de sua frota total de 52.686 mil veículos em 2015 para 63.870 mil veículos em 2016.

Em 6 de fevereiro de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 38, a Movida concluiu seu processo de oferta inicial de ações (*IPO*). Com isso, a estrutura de capital foi reforçada em R$ 508 milhões oriundos desse aporte.

Os fluxos de caixa projetados para os próximos doze meses, demonstram que a Companhia e suas controladas continuarão a gerar caixa operacional positivo suficiente para a manutenção de liquidez.

Além dos recursos obtidos pela oferta inicial de ações e pela geração de caixa operacional, a Companhia possui ativos de rápida liquidez, principalmente relacionados à frota de veículos para locação na Movida, no montante aproximado de R$ 2,2 bilhões, que podem ser comercializados de forma imediata.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 2 de maio de 2017.

Reestruturação societária

Em 31 de agosto de 2016, foi aprovado em assembléia geral extraordinária de acionistas da Companhia a cisão parcial da sua controlada Movida Participações S.A. ("Movida"). A parcela cindida contemplou o investimento detido pela Movida na controlada indireta Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF") no valor de R$29.925, incorporado pela Companhia. Consecutivamente, a Movida GTF fez uma cisão de seus ativos e passivos, cujo acervo cindido no valor de R$ 29.925, foi incorporado pela

Companhia reduzindo a respectiva participação recebida anteriormente. Parte desse ativo líquido recebido pela cisão no valor de R$15.330, foi utilizado pela Companhia para aportar o capital social de sua controlada JSL Locação de Veículos Pesados Ltda. ("JSL Pesados"). Segue abaixo abertura do acervo cindido e seus destinos finais:

Balanço Cindido			
Balanço de origem		**Empresas de destino**	
Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.		**JSL S. A.**	**JSL Locação de Veículos Pesados Ltda.**
	31/08/2016	**31/08/2016**	**31/08/2016**
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	355	9	346
Contas a receber	4.980	157	4.823
Bens disponibilizados p/ venda (renov. de frota)	238	238	-
Despesas antecipadas	415	203	212
	5.988	**607**	**5.381**
Imobilizado líquido	123.670	19.760	103.910
	123.670	**19.760**	**103.910**
Total dos ativos	**129.658**	**20.367**	**109.291**
Passivo e patrimônio líquido			
Empréstimos e financiamentos	17.035	190	16.845
Leasing a Pagar	3.923	2.467	1.456
Fornecedores	343	123	220
Contas a Pagar e Adiantamentos	419	6	413
Partes relacionadas	854	(540)	1.394
	22.574	**2.246**	**20.328**
Empréstimos e Financiamentos	65.167	1.265	63.902
Leasing a Pagar	646	234	412
Provisão tributárias	11.346	2.027	9.319
	77.159	**3.526**	**73.633**
Patrimônio líquido			
Capital	**29.925**	14.595	15.330
Total dos passivos e patrimônio líquido	**129.658**	**20.367**	**109.291**

O objetivo dessa reestruturação foi unificar as operações de locação e gestão de frota de veículos pesados na JSL Pesados.

1.1 Combinação de Negócios

Em 15 de fevereiro de 2016, a Companhia adquiriu 100% do capital votante das empresas Quick Logística Ltda. ("Quick Logística") e Quick Armazéns Gerais Eireli - ME ("Quick Armazéns".) (conjuntamente "Quick"). A Quick presta serviços de transporte, armazenagem, gestão de estoque, inventário programado ou rotativo, picking e distribuição de mercadoria, com forte atuação na região Centro-Oeste do Brasil, nos setores de alimentos, higiene, limpeza, têxtil, medicamentos e químicos. No final de 2015, contavam com 1.262 colaboradores.

De acordo com CPC 15 e IFRS 3, a administração da Companhia mensurou os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, através do laudo de avaliação emitido pela BDO RCS Auditores Independentes.

A operação resultou em compra vantajosa de R$ 62.178, registrados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e apresentado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, conforme quadro a seguir:

	Saldo inicial Quick 29/02/2016
Contra prestação	
Valor pago em caixa	25.311
Contas a pagar aos ex-proprietários	66.029
Total da contraprestação transferida	**91.340**
Valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Disponível	259
Contas a receber	19.769
Estoques	825
Impostos a recuperar	3.217
Outros créditos	1.523
Empréstimos a receber	2.741
Imobilizado	124.562
Intangível	
Software	165
Carteira de clientes	16.300
Acordo de não competição	4.100
Marcas	1.500
Fornecedores	(585)
Empréstimos e financiamentos	(3.685)
Obrigações trabalhistas e encargos	(4.991)
Obrigações fiscais	(2.108)
Outras obrigações	(343)
Parcelamento de impostos	(2.285)
Impostos diferidos sobre o intangível	(7.446)
Total dos ativos líquidos	**153.518**
Ganho compra vantajosa	**62.178**

A Companhia adquirida registra a depreciação de seus bens pelo critério fiscal o que, conforme laudo citado gerou ganho na compra vantajosa.

Durante o exercício de 2016, foram pagos o montante de R$ 642 e o saldo do contas a pagar foi atualizado para R$ 66.029. Adicionalmente, os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos foram apurados na data de aquisição.

a) Valor justo dos ativos intangíveis

Conforme laudo de alocação do preço de compra emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, foram identificados ativos intangíveis: (a) carteira com clientes; (b) Cláusula de acordo de não competição; e (c) marcas.

Desta maneira, conforme os critérios de mensuração adotados, o valor justo total estimado para esses intangíveis é de R$ 21.900, todos com vida útil definida em 5 anos.

b) Valor justo dos ativos tangíveis

A Companhia adquirida possui uma frota de veículos avaliada em R$ 113.351, valorização realizada com base em 90% da tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). O valor contábil já depreciado da frota era de R$ 9.346, logo, o ajuste a valor justo é de R$ 103.964.

O ativo imobilizado, objeto desta análise, compreende os ativos tangíveis que:

- São mantidos pela Companhia para uso nas operações ou na comercialização de serviços ou para finalidades administrativas, sendo que são depreciados até o valor em que a venda menos os custos para vender o ativo sejam próximos;
- Tem a expectativa de serem utilizados por mais de 12 (doze) meses;
- Apresentem a expectativa de gerar benefícios econômicos para a Companhia em decorrência da sua utilização; e
- Cujo custo possa ser mensurado com segurança.

c) Imposto de renda diferido sobre a alocação do preço de compra

A Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2016 imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes ativos identificados na alocação de preço de corrente da combinação de negócios: (i) Carteira de clientes; (ii) Marcas e (iii) Cláusula de não competição, que serão realizados linearmente de acordo com as vidas úteis dos referidos ativos divulgadas no item (a) desta nota explicativa.O imposto diferido constituído em decorrência dessa transação totaliza R$ 7.446.

Com relação a frota adquirida, a Companhia possui um plano aprovado pelo Conselho de Administração, com o cronograma de cisão dos ativos da Quick e posterior incorporação pela JSL S.A. o que fiscalmente, de acordo com a lei 12.973/14, permite a dedução fiscal da mais valia constituída na combinação de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*IFRS*") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelos pronunciamentos, pelas orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as informações

utilizadas pela Administração em sua gestão.

ii) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

A elaboração de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.30.

iii) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

iv) Reapresentação dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e fluxo de caixa individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras publicadas em 23 de março de 2017, foram reapresentadas para reclassificar a Compra de Ativo Imobilizado Operacional referente ativos destinados para os negócios de locação. Desta forma, estas compras, antes apresentadas como atividades de investimento nas demonstrações dos fluxos de caixa, foram reclassificadas para as atividades operacionais, nos valores de R$1.736.802 e R$912.384, para os exercícios de 2016 e 2015, respectivamente, no consolidado e R$60.948, para o exercício de 2015, da controladora.

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Apresentado anteriormente	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Reapresentado
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	590.821	529.873	2.493.255	756.453	1.763.265	850.881
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(158.088)	(97.140)	(1.829.990)	(93.188)	(1.020.607)	(108.223)

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

				% Participação	
Razão Social	Controlada	País sede	Segmento	31/12/2016	31/12/2015
JSL Holding Financeira Ltda.	Direta	Brasil	Financeiro	99,90	99,90
JSL Leasing S.A.	Indireta	Brasil	Financeiro	99,90	99,90
JP Tecnolimp S.A. (v)	Direta	Brasil	Logística	-	99,00
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	Direta	Brasil	Logística	99,99	99,99
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	Direta	Brasil	Logística	99,99	99,99
Riograndense Navegação Ltda. (i)	Direta	Brasil	Logística	99,99	99,99
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Direta	Brasil	Logística	99,99	99,99
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (ii)	Direta	Brasil	Logística	99,99	99,99
Consórcio 123	Indireta	Brasil	Logística	33,00	33,33
Consórcio Sorocaba	Indireta	Brasil	Logística	50,00	50,00
CMT - Consórcio Metropolitano de Transportes (vii)	Indireta	Brasil	Logística	-	4,50
Consórcio Unileste (vii)	Indireta	Brasil	Logística	-	54,10
JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda	Direta	Brasil	Logística	99,99	99,99
Quick Logística Ltda. (iii)	Direta	Brasil	Logística	99,99	-
Quick Armazens Gerais - Eirelli - ME (iii)	Direta	Brasil	Logística	99,99	-
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda. (i)	Direta	Brasil	Logística	100,00	-
Medlog Prestação de Serviços de Logística S.A.(i)	Direta	Brasil	Logística	100,00	-
JSL Invest.Concessionárias e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	Direta	Brasil	Concessionárias	99,99	99,99
JSL Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Indireta	Brasil	Concessionárias	99,99	99,99
Original Veículos Ltda.	Indireta	Brasil	Concessionárias	99,99	99,99
Ponto Veículos Ltda.	Indireta	Brasil	Concessionárias	99,99	99,99
Avante Veículos Ltda.	Indireta	Brasil	Concessionárias	99,99	99,99
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Indireta	Brasil	Concessionárias	99,99	99,99
Movida Participações S.A. (iv)	Direta	Brasil	Locadora	99,99	99,99
Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.	Indireta	Brasil	Locadora	99,99	99,99
Movida Locação de Veículos S.A.	Indireta	Brasil	Locadora	99,99	99,99
Apta Locação de Veículos Ltda. (vi)	Indireta	Brasil	Locadora	-	99,99

i) Empresa em fase pré-operacional;

ii) A controlada CS Brasil consolida proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação nas seguintes entidades: Consórcio 123 (33,33%) e Consórcio Sorocaba (50%);

iii) Empresas adquiridas em 15 de fevereiro de 2016, prestadoras de serviços de transporte, armazenagem, gestão de estoque, inventário programado ou rotativo, picking e distribuição de mercadoria, com forte atuação na região Centro-Oeste do Brasil, com operações, principalmente, nos setores de alimentos, higiene, limpeza, têxtil, medicamentos e químicos;

iv) Empresa constituída em outubro de 2014, controladora da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (anteriormente denominada JSL Locações S.A.), constituída em 18 de julho de 2011 para gestão e terceirização de frotas e Movida Locação de Veículos S.A., adquirida em 30 de novembro de 2013 para locação de veículos leves no balcão;

v) Empresa incorporada em 30 de setembro de 2016; e

vi) Empresa incorporada pela sua controladora em agosto de 2016; e

vii) Operações de Transporte Intermunicipal encerradas durante o exercício de 2016.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Reclassificação das cifras comparativas

Em 31 de dezembro de 2016, a administração da Companhia, para melhor apresentação de suas operações, reclassificou as transações entre partes relacionadas para uma rubrica segregada do balanço. Face ao exposto, a coluna comparativa de 31 de dezembro 2015 foi alterada para melhor apresentação e comparação com a informação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os efeitos dessa reclassificação são demonstrados a seguir:

			31/12/2015
	Controladora		
Modalidade	**Original**	**Reclassificação**	**Saldo Reclassificado**
Outros créditos	154.122	(141.416)	12.706
Partes relacionadas	-	141.416	141.416
Total Geral	**154.122**	**-**	**154.122**

2.4 Conversão de moeda estrangeira

i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demais controladas.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa indexados em moeda diferente da moeda funcional, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros

a) Ativos Financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, já que o grupo não usa contabilização de hedge. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas, outros créditos e instrumentos derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

i) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia designou os títulos e valores mobiliários à categoria de valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber,

disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração de resultado. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

A Companhia designou nessa categoria as contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

iii) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e

- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

iv) Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

b) Passivos financeiros

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como (i) mensurados a valor justo por meio do resultado, ou (ii) outros passivos financeiros. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, já que o grupo não usa contabilização de hedge. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro a pagar, fornecedores, contas a pagar e débitos com partes relacionadas.

ii) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS39 / CPC39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os passivos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses passivos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

iii) Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

iv) Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme índices e cotações de fechamento de cada período.

v) Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado. Todos os derivativos são contabilizados líquidos como ativos quando valor justo líquido é positivo, e como passivos quando é negativo. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não foi aplicada a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) para os exercícios apresentados. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na nota explicativa 3.

vii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes, especialmente aqueles com títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto em casos de renegociações com garantias ou outras evidências de que os saldos sejam recebíveis. A Administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas na realização das contas a receber.

A área de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de crédito individuais são determinados com base em classificações internas conforme política definida. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para cliente sem limite de crédito são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

2.8 Bens disponibilizados para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “bens disponibilizados para venda”.

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

2.9 Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos incorridos durante a construção. As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa 15, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Os veículos são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização desses ativos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o veículo foi comprado, tempo de uso, o valor pago e a data e valor estimado de venda.

A Companhia pratica valores de venda diferenciados para os veículos e, portanto, estima as respectivas taxas de depreciação e as aplica linearmente sobre a frota de veículos e máquinas para compensar ganhos e perdas entre o valor estimado de venda e o custo do veículo no momento da venda desse ativo.

A depreciação de veículos e máquinas compõem o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Os valores residuais são estimados a partir do valor esperado de venda dos veículos após o término de sua vida útil, líquidos das despesas de vendas e dos descontos praticados no atacado e no varejo.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Na controlada do segmento financeiro, os bens são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, e a vida útil do bem é revisada anualmente com amparo da Portaria nº 113/1988 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: Caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente a insuficiência/superveniência de depreciação descrita na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras da JSL Leasing.

2.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na

transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pela Companhia.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendador

Arrendamentos para os quais a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.11 Intangível

i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Companhia.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*, conforme nota explicativa 14. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

ii) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

A marca “*Quick*”, adquirida em 2016, foi identificada como um ativo intangível relevante, pois a mesma possui um reconhecimento por parte dos clientes ou participantes do mercado, podendo deste modo, gerar benefícios econômicos futuros.

Um acordo de *Non-competition* é um pacto no contrato de compra e venda que restringe o vendedor, após a venda, de concorrer de forma desleal com o comprador no mesmo ramo de negócio e/ou na mesma região de abrangência do objeto da sociedade fendida.

iii) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e custos para sua operacionalização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.12 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "*impairment*")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia avaliou o fluxo de caixa a valor presente de seus ativos através do método do fluxo de caixa operacional livre projetado, método que procura determinar o valor de uma empresa com base na sua capacidade de remunerar seus provedores de capital no longo prazo.

2.13 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

i) Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii) Receita de locação de carros

A receita de locação de carros é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

iii) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

iv) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido

do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

v) Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida como arrendamento operacional, de forma linear, pelo prazo do contrato.

vi) Receita de arrendamento mercantil

As receitas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *"pro rata temporis".*

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Na controlada do segmento financeiro a provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre lucros excedentes a R$ 120 mil no semestre e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para as controladas do segmento não financeiro a provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 25%, acrescida de adicional de 9%.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17 Operações em conjunto (Consórcios)

A Companhia mantém operações em consórcios (1 2 3, e Sorocaba), na qual os empreendedores mantém acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações.

A figura de um Consórcio possui regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis obrigatórios, sua escrituração é registrada nos livros contábeis de suas participantes pela proporção auferida a cada uma, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por intermédio de suas participantes.

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de ativos e outros recursos da Companhia, assim como dos outros participantes do Consórcio em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A Companhia registra os ativos por ela controlados, os passivos e as despesas por ela incorridos, bem como a sua parcela relacionada à receita de prestação de serviços.

2.18 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.19 Operações de risco sacado

A Companhia possui convênios junto a alguns fornecedores denominados risco sacado ou *confirming* e apresenta essas operações na rubrica de risco sacado. Essa operação visa alongar o prazo de pagamentos aos fornecedores por meio de uma instituição financeira.

Os juros destas operações são reconhecidos pela competência mês a mês de acordo com os contratos firmados com as instituições financeiras.

2.20 Pagamentos baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus colaboradores com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende de termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo baseados em ações são divulgados na nota explicativa 30. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados, em contrapartida da reserva de capital, no Patrimônio Líquido.

2.21 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

2.22 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma de suas controladas compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios, que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.24 Lucro por ação

i. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota explicativa 2.23).

ii. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

2.25 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia do Conselho de Administração, Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.26 Outros ativos e contas a pagar (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.27 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.28 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, a qual é responsável pela alocação de recursos, a tomada de decisões estratégicas e a avaliação dos resultados.

A Companhia está organizada em quatro segmentos operacionais, sendo eles: operações de logística, concessionárias, locadora e financeiro. A administração da Companhia revisa regularmente os resultados desses segmentos e de forma consolidada.

2.29 Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela Companhia é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade é alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.30 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada. A companhia tem como política a constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de todos os créditos vencidos há mais de 90 dias. Estão sendo excluídos desta política os valores a receber referentes a valores julgados recebíveis por estarem vinculados a garantias reais e/ou em fase de negociação por parte da área comercial da Companhia e de suas Controladas. Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

b) Taxas de depreciação do imobilizado e valor residual

A depreciação dos veículos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada pela Companhia e suas Controladas. Caso o valor a depreciar dos veículos seja subestimado, o valor residual dos veículos e ficaria superior ao valor de

mercado, o que levaria ao reconhecimento de perda quando da venda dos mesmos. Superestimar o valor a depreciar dos veículos, por outro lado, poderia acarretar aumento no valor dos aluguéis aos clientes, o que reduziria a competitividade da Companhia. As construções e benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas durante o prazo de vigência do contrato de locação e considerando a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. Ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios. Os terrenos e as construções em andamento não são depreciados ou amortizados. A Companhia e suas Controladas efetuam, anualmente, revisões do prazo de vida útil estimada e do valor residual dos bens ajustando sua taxa de depreciação.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Impostos a pagar e recuperação de créditos de imposto de renda diferido

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e

verificadas em divulgações do site da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos (Nível 1). Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber e o valor justo das operações na data de apresentação do relatório é registrado na rubrica de Instrumentos financeiros derivativos.

f) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações baseadas em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na nota explicativa 30.

2.31 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016, A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ii) IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

iii) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para

praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras das empresas consolidadas.

3 Instrumentos financeiros derivativos

Na tabela a seguir são apresentados os derivativos contratados pela Companhia e suas controladas aberto por posição ativa e passiva, que tem como objetivo proteger o balanço patrimonial da Companhia das variações do dólar e do IPCA.

				Controladora		Consolidado	
				Valor de Mercado		Valor de Mercado	
Operação	Contraparte	Valor de principal	Detalhe da Operação	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
SWAP USD + 1,82% a.a. X CDI + 1% a.a.	Banco de Tokio	USD 30.000	Posição Ativa	-	25.952	-	25.952
			Posição Passiva	-	(14.335)	-	(14.335)
			Valor a receber	**-**	**11.617**	**-**	**11.617**
SWAP IPCA + 7,5% a.a. X 108,85% a.a. do CDI	Itaú BBA	R$ 123.472	Posição Ativa	133.971	120.958	133.971	120.958
			Posição Passiva	(118.404)	(119.204)	(118.404)	(119.204)
			Valor a receber	**15.567**	**1.754**	**15.567**	**1.754**
SWAP IPCA + 8,0% a.a. X CDI + 2,53% a.a.	Santander	R$ 71.751	Posição Ativa	92.541	83.972	92.541	83.972
			Posição Passiva	(78.316)	(78.392)	(78.316)	(78.392)
			Valor a receber	**14.225**	**5.580**	**14.225**	**5.580**
SWAP USD + 106,5% a.a. do CDI	Banco de Tokio	USD 20.000	Posição Ativa	65.272	76.769	65.272	76.769
			Posição Passiva	(63.959)	(63.836)	(63.959)	(63.836)
			Valor a receber	**1.313**	**12.933**	**1.313**	**12.933**
SWAP IPCA + 7,5% a.a. X 108,85% a.a. do CDI	JP Morgan	R$ 98.723	Posição Ativa	113.686	103.153	113.686	103.153
			Posição Passiva	(101.598)	(102.204)	(101.598)	(102.204)
			Valor a receber	**12.088**	**949**	**12.088**	**949**
SWAP USD + CDI + 1,96% a.a.	JP Morgan	USD 30.000	Posição Ativa	100.006	117.828	100.006	117.828
			Posição Passiva	(110.964)	(111.959)	(110.964)	(111.959)
			Valor a (pagar) receber	**(10.958)**	**5.869**	**(10.958)**	**5.869**
SWAP + USD 117,75% a.a. do CDI	Caterpillar	USD 30.000	Posição Ativa	101.421	118.672	101.421	118.672
			Posição Passiva	(97.619)	(99.912)	(97.619)	(99.912)
			Valor a receber	**3.802**	**18.760**	**3.802**	**18.760**
SWAP + USD CDI + 2,56% a.a.	Scotiabank	USD 20.000	Posição Ativa	66.224	78.026	66.224	78.026
			Posição Passiva	(78.447)	(79.485)	(78.447)	(79.485)
			Valor a pagar	**(12.223)**	**(1.459)**	**(12.223)**	**(1.459)**
SWAP + USD CDI + 2,09% a.a.	Santander	USD 31.447	Posição Ativa	-	-	-	121.918
			Posição Passiva	-	-	-	(106.459)
			Valor a receber	**-**	**-**	**-**	**15.459**
			Total do Ativo	**36.037**	**57.462**	**36.037**	**72.921**
			Total do Passivo	**(12.223)**	**(1.459)**	**(12.223)**	**(1.459)**
			Total valor a receber, líquido	**23.814**	**56.003**	**23.814**	**71.462**

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

No decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram encerrados três contratos de derivativos junto ao Banco de Tokio (USD 30.000), Itaú BBA (R$ 98.723) e Banco Santander (USD 31.447).

Swap de taxas de juros

Ganhos e perdas referentes a contratos de *swap* de taxas de juros, em 31 de dezembro de 2016, são diretamente reconhecidos no resultado, visto que a Companhia não adota a contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*).

4 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Fundo exclusivo Bradesco				
Operações compromissadas	7.291	45.173	80.950	57.675
	7.291	**45.173**	**80.950**	**57.675**
Fundo exclusivo Banco do Brasil				
CDB - Certificado de depósitos bancários	114.475	-	145.961	-
	114.475	**-**	**145.961**	**-**
Fundo exclusivo Caixa Economica Federal				
Operações compromissadas	-	28.991	-	60.697
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	40.422	19.628	123.726
	-	**69.413**	**19.628**	**184.423**
Outras aplicações				
CDB (Certificado de depósitos bancários) / CDI (Certificado de depósitos interbancários)	-	145.316	-	576.490
Operações compromissadas	193.708	101.634	285.381	101.756
	193.708	**246.950**	**285.381**	**678.246**
Disponibilidades				
Caixa	161	381	1.389	1.658
Bancos	2.988	4.919	52.611	29.164
	3.149	**5.300**	**54.000**	**30.822**
Total	**318.623**	**366.836**	**585.920**	**951.166**

O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 1,12% a.m. (2015 - 1,09% a.m.).

4.2 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Fundo Exclusivo Bradesco				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	6.963	75.761	48.157	95.278
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.533	117.029	27.953	146.949
	8.496	**192.790**	**76.110**	**242.227**
Fundo Exclusivo CEF				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	24.720	15.851	99.322	21.428
LTN - Letras do Tesouro Nacional	24.486	36.856	87.273	49.824
	49.206	**52.707**	**186.595**	**71.252**
Fundo Exclusivo Santander				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	53.906	43.552	53.906	43.552
LTN - Letras do Tesouro Nacional	16.734	62.239	16.734	62.239
	70.640	**105.791**	**70.640**	**105.791**
Fundo Exclusivo Banco do Brasil				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	53.906	156.360	53.906	156.360
LTN - Letras do Tesouro Nacional	16.734	143.171	35.088	143.171
	70.640	**299.531**	**88.994**	**299.531**
Outras Aplicações				
CDB - Certificado de depósitos bancários / CDI - Certificado de depósitos interbancários	-	10.376	-	10.376
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	34.961	6.294
	-	**10.376**	**34.961**	**16.670**
Total	**198.982**	**661.195**	**457.300**	**735.471**
Ativo circulante	198.982	650.819	457.300	725.095
Ativo não circulante	-	10.376	-	10.376
Total	**198.982**	**661.195**	**457.300**	**735.471**

O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 1,12% a.m. (2015 - 1,09% a.m.).

5 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Contas a receber (i)	476.058	392.381	996.304	823.237
Valores a receber de cartões de crédito (ii)	-	-	44.986	44.750
Receita a faturar (iii)	172.967	174.558	235.831	234.479
Receita de arrendamento - venda	-	91	-	91
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (iv)	(60.501)	(46.857)	(147.343)	(78.934)
Total	**588.524**	**520.173**	**1.129.778**	**1.023.623**
Ativo circulante	556.017	516.661	1.021.422	1.007.831
Ativo não circulante	32.507	3.512	108.356	15.792
Total	**588.524**	**520.173**	**1.129.778**	**1.023.623**

i) As contas a receber com prazo médio de vencimento maior que 360 dias são registradas ao seu valor presente na contabilização inicial da transação, de acordo com a taxa média utilizada pela Companhia na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando incorridos;

ii) As contas a receber de cartões de crédito referem-se as vendas realizadas pela Controlada Movida Participações S.A., pagas pelos clientes através de cartão de crédito; e

iii) Receita a faturar (Controladora) refere-se aos conhecimentos de transportes emitidos e reconhecidos como receita do período de acordo com a competência e efetiva prestação de serviços. Com base nas medições de serviços prestados no período de direito no mês; Receita a faturar (Consolidado) refere-se também aos contratos de aluguéis de veículos cuja prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, conforme data determinada em contrato. Neste caso, a mensuração da prestação de serviço é efetuada com base nas medições proporcionais aos dias de locação; e

iv) A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(47.592)**	**(63.531)**
(-) Adições	(30.931)	(75.915)
(+) Baixas	31.666	60.512
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(46.857)**	**(78.934)**
(-) Adições	(26.137)	(93.361)
(+) Baixas	12.493	24.952
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(60.501)**	**(147.343)**

As adições de provisão incluem: i) o montante de R$ 14.352 correspondente a parte dos saldos a receber, vinculados aos contratos de prestação de serviços firmados junto às entidades públicas na controlada CS Brasil, bem como R$ 13.010 de provisão adicional ao contrato de prestação de serviço firmado junto ao Estado da Bahía, que não afetuou nenhum dos pagamentos previstos alegando divergências de interpretação no processo de contratação da prestação do serviço.

5.1 Classificação por vencimentos (aging list)

	Contas a receber líquido			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos há mais de 365 dias	46.863	45.918	103.327	94.205
Vencidos de 181 a 365 dias	8.660	93	60.755	34.319
Vencidos de 91 a 180 dias	11.597	27.574	60.668	45.627
Vencidos de 31 a 90 dias	22.744	41.913	82.509	78.034
Vencidos em até 30 dias	31.409	129.460	95.950	157.472
Total vencidos	**121.273**	**244.958**	**403.209**	**409.657**
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(60.501)	(46.857)	(147.343)	(78.934)
A vencer em até 30 dias	418.706	240.061	608.889	431.350
A vencer de 31 a 90 dias	95.364	73.404	229.459	131.562
A vencer de 91 a 180 dias	7.519	4.317	17.240	35.821
A vencer de 181 a 365 dias	3.609	778	5.891	78.375
A vencer após 365 dias	2.554	3.512	12.433	15.792
Total a vencer	**527.752**	**322.072**	**873.912**	**692.900**
Total	**588.524**	**520.173**	**1.129.778**	**1.023.623**

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Material uso e consumo	24.863	18.494	35.574	28.594
Almoxarifado	3.679	1.490	4.211	1.901
Veículos novos	-	-	60.984	93.590
Veículos usados	-	-	45.976	50.189
Peças para revenda	-	-	20.605	26.618
Outros	-	218	6.164	7.470
(-) Perdas estimadas com a desvalorização dos estoques	(5.802)	(5.170)	(8.888)	(9.092)
Total	**22.740**	**15.032**	**164.626**	**199.270**

6.1 Movimentação das perdas estimadas com a desvalorização dos estoques

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(4.791)**	**(7.843)**
(-) Adições	(1.763)	(2.909)
(+) Baixas	1.384	1.660
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(5.170)**	**(9.092)**
(-) Adições	(2.703)	(2.966)
(+) Baixas	2.071	3.170
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(5.802)**	**(8.888)**

7 Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)

Como resultado do processo de renovação de frota, a Companhia e suas controladas disponibilizam bens (veículos e máquinas e equipamentos) para venda, sendo na controladora o montante de R$ 87.081 (2015 - R$ 113.044) e no consolidado o montante de R$ 331.249 (2015 - R$ 226.336). Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência das suas substituições, estão disponíveis para venda imediata.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o custo residual, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los.

Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, considerando tal circunstância, a sua venda, em prazo inferior a um ano, é altamente provável.

7.1 Movimentação dos bens disponibilizados para venda

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31 de Dezembro de 2015	**142.613**	**37.240**	**179.853**	**274.729**	**37.240**	**311.969**
Bens transferidos do imobilizado	313.947	50.581	364.528	1.932.908	55.450	1.988.358
Bens baixados por venda	(311.546)	(46.064)	(357.610)	(1.655.696)	(50.029)	(1.705.725)
Bens devolvidos para operação	(14.242)	(6.253)	(20.495)	(86.558)	(6.253)	(92.811)
Em 31 de Dezembro de 2016	**130.772**	**35.504**	**166.276**	**465.383**	**36.408**	**501.791**
Depreciação:						
Em 31 de Dezembro de 2015	**(48.744)**	**(18.065)**	**(66.809)**	**(67.568)**	**(18.065)**	**(85.633)**
Bens transferidos do imobilizado	(185.909)	(53.513)	(239.422)	(456.780)	(57.810)	(514.590)
Bens baixados por venda	178.721	40.884	219.605	372.173	44.483	416.656
Bens devolvidos para operação	4.243	3.188	7.431	9.837	3.188	13.025
Em 31 de Dezembro de 2016	**(51.689)**	**(27.506)**	**(79.195)**	**(142.338)**	**(28.204)**	**(170.542)**
Valor residual líquido:						
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**93.869**	**19.175**	**113.044**	**207.161**	**19.175**	**226.336**
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**79.083**	**7.998**	**87.081**	**323.045**	**8.204**	**331.249**

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31 de Dezembro de 2014	**98.952**	**36.751**	**135.703**	**209.888**	**36.752**	**246.641**
Bens transferidos do imobilizado	539.451	88.400	627.852	1.324.103	89.749	1.413.853
Bens baixados por venda	(489.753)	(85.269)	(575.022)	(1.124.972)	(84.018)	(1.208.990)
Bens devolvidos para operação	(6.037)	(2.642)	(8.680)	(134.291)	(5.244)	(139.535)
Em 31 de Dezembro de 2015	**142.613**	**37.240**	**179.853**	**274.729**	**37.240**	**311.969**
Depreciação:						
Em 31 de Dezembro de 2014	**(30.584)**	**(17.644)**	**(48.228)**	**(56.210)**	**(17.644)**	**(73.855)**
Bens transferidos do imobilizado	(187.626)	(60.871)	(248.497)	(286.891)	(62.008)	(348.899)
Bens baixados por venda	167.086	57.918	225.004	272.317	59.055	331.372
Bens devolvidos para operação	2.379	2.532	4.911	3.217	2.532	5.749
Em 31 de Dezembro de 2015	**(48.744)**	**(18.065)**	**(66.809)**	**(67.568)**	**(18.065)**	**(85.633)**
Valor residual líquido:						
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	**68.368**	**19.108**	**87.476**	**153.678**	**19.108**	**172.786**
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**93.869**	**19.175**	**113.044**	**207.161**	**19.175**	**226.336**

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
IR / CS a compensar (i)	55.061	48.707	66.812	67.924
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (ii)	16.330	28.300	20.770	59.184
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (iii)	34.623	35.876	42.932	47.743
Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos na Fonte (CS e IRRF)	2.716	8.003	23.324	16.840
PIS / COFINS	667	8.295	1.686	9.372
ISS a recuperar	-	252	960	1.161
Outros impostos	1.220	101	1.584	111
Total	**110.617**	**129.534**	**158.068**	**202.335**
Ativo circulante	56.457	106.025	95.600	178.817
Ativo não circulante	54.160	23.509	62.468	23.518
Total	**110.617**	**129.534**	**158.068**	**202.335**

i) IR / CS a compensar está representado principalmente por constituição do saldo negativo de IR/CS devido a retenções e antecipações efetuadas durante o ano de 2016 e saldos remanescentes de exercícios anteriores;

ii) O ICMS está representado principalmente pelo crédito relativo às aquisições de ativo imobilizado, compensado à razão mensal de 1/48 avos, conforme a legislação fiscal vigente. Em 31 de março de 2016, a administração da Companhia com base em estudos sobre a capacidade de realização dos créditos tributários de ICMS contabilizou uma estimativa de perdas na controlada CS Brasil no montante de R$ 27.600. Os créditos inicialmente registrados foram gerados em uma compra de ativos para operação em um contrato de prestação de serviços no estado do Rio de Janeiro. Como a controlada CS Brasil não tem como objeto social a venda de ativos, os valores recolhidos de ICMS não foram suficientes para consumo dos créditos constituídos; e

iii) Valores retidos nos serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais.

9 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia no curso normal de seus negócios, apresentam o seguinte volume de depósitos judiciais e processos cíveis, tributários e trabalhistas, e com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas com demandas judiciais e administrativas, conforme abaixo:

	Controladora					Consolidado				
			31/12/2016		31/12/2015			31/12/2016		31/12/2015
	Depósitos		**Provisões**	**Depósitos**	**Provisões**	**Depósitos**		**Provisões**	**Depósitos**	**Provisões**
Trabalhistas	20.585	(i)	50.554	10.668	19.588	30.724	(i)	62.997	20.812	32.295
Cíveis	74.379	(ii)	4.068	8.811	9.450	82.760	(ii)	3.746	17.375	10.518
Tributárias	6.842	(ii)	6.744	3.694	497	7.220	(ii)	6.969	4.122	541
	101.806		**61.366**	**23.173**	**29.535**	**120.704**		**73.712**	**42.309**	**43.354**

i) Refere-se, basicamente, ao volume de depósitos recursais de processos em andamento e bloqueios judiciais de contas correntes bancárias da Companhia. A Companhia está interpondo embargos à execução de forma a desbloquear total ou parcialmente os valores bloqueados; e

ii) Refere-se a garantias exigidas para continuidade dos processos. A Companhia é autora de ação anulatóriarelacionada a ação arbitral proferida em 4 de novembro de 2014, que teve como objeto o

acordo entre as partes sobre a apuração do preço de aquisição de empresa, firmado no compromisso de compra e venda de participação societária celebrado em 10 de maio de 2008. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou depósito no montante de R$ 60.603 referente a essa discussão judicial, decorrente de aquisição de empresa. Conforme demonstrado na nota explicativa 24, em 31 de dezembro de 2016 foi constituído provisão do valor corrigido.

A Administração identificou depósitos judiciais sem expectativa de realização constituindo assim uma estimativa de perda de R$ 2.563.

9.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas têm, em 31 de dezembro de 2016, processos em andamento de natureza tributária, cível e trabalhista nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante líquido estimado de R$ 386.133 (R$ 296.861 em 31 de dezembro de 2015). Conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Trabalhistas	88.766	74.918
Cíveis	66.998	61.810
Tributárias	230.369	160.133
Total	**386.133**	**296.861**

Dentre os principais processos tributários com probabilidade de perda possível destaca-se:

a) **processo administrativo nº 10803.720334/2013-34**: Trata-se de quatro autos de infração, no valor total de R$ 71.197, compostos da seguinte forma: (i) Crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, no valor total de R$52.400 (principal mais multa); (ii) Crédito de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor de R$ 16.637; (iii) Crédito para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no valor de R$ 1.775; e (iv) Crédito de Contribuição para o PIS/PASEP, no valor de R$ 385. Em síntese, as autuações decorrem **(i)** da glosa de despesas da Companhia durante o ano-calendário de 2007 relativas à locação de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à empresa Transcel Transportes e Armazéns Gerais Ltda. (doravante designada "Transcel"), que pertencia ao grupo e que foi posteriormente incorporada pela Companhia; **(ii)** da suposta apuração de ganho de capital por conta de cisão parcial realizada pela Companhia que resultou na constituição da empresa Júlio Simões Ambiental S.A., em agosto de 2008, em virtude de as autoridades fiscais terem desconsiderado a reserva de reavaliação realizada sobre o imóvel que foi vertido à nova sociedade, em virtude da apuração de que a reserva de reavaliação fora constituída em 2008. Relativamente à glosa de despesas, podemos, nesse momento, afirmar que prognóstico de perda do processo é remoto, considerando todas as matérias de defesa que foram apresentadas na impugnação, sobretudo a decadência do direito de lançamento. Já em relação à apuração do suposto ganho de capital, nosso prognóstico de perda, nesse momento, é possível, apesar dos relevantes fundamentos apresentados na impugnação administrativa apresentada pela Companhia.

9.1.1 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**29.535**	**43.354**
Adições	38.895	45.362
Baixas	(7.064)	(15.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**61.366**	**73.712**

10 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Aluguel a apropriar (i)	-	8.827	-	19.749
Seguros a apropriar	1.226	2.524	8.622	6.095
Outras despesas a apropriar (ii)	2.573	472	4.269	2.446
Total	**3.799**	**11.823**	**12.891**	**28.290**

i) A Companhia mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos, os quais são de propriedade da Ribeira Imóveis Ltda.; e

ii) Basicamente composto de despesas com licenças de software e prestação de serviços de cartão frete a apropriar.

11 Fundo para capitalização de concessionárias

Saldo correspondente aos aportes iniciais efetuados pelas controladas da JSL Concessionárias; e valores percentuais do custo de aquisição de veículos retidos pelas montadoras, depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos, e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Contas a receber - CMT (i)	1.685	1.724	1.685	8.973
Adiantamentos aos fornecedores	10.279	2.056	27.041	29.720
Adiantamentos aos colaboradores	6.561	5.945	12.429	11.469
Garantias a receber	-	-	4.598	4.284
Sinistros a receber	1.769	1.662	1.847	1.670
Caução imobiliárias	435	491	1.283	1.200
Bônus / Conta corrente montadora	-	-	2.850	2.180
Outros créditos	760	7.460	1.994	4.284
Total	**21.489**	**19.338**	**53.727**	**63.780**
Ativo circulante	19.441	12.706	47.692	54.238
Ativo não circulante	2.048	5.878	6.035	9.542
Total	**21.489**	**18.584**	**53.727**	**63.780**

i) Saldo correspondente a valores a receber referente a adiantamento ao Consórcio Metropolitano de Transportes (Transporte urbano de passageiros) para o exercício de sua atividade operacional. A Companhia deixou o consórcio em outubro de 2016, porém ainda restam valores a receber que estão sendo liquidados pelo consórcio.

13 Dividendos a receber

A sociedade controladora possui R$ 85.964 (R$ 63.699 em 2015) a receber a título de dividendos de sua controlada Movida Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016.

14 Investimentos

				Controladora	
Investimentos	**Patrimônio Líquido em 31/12/2016**	**Participação %**	**Equivalência Patrimonial**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
JSL Holding Financeira Ltda.	38.335	99,99999	1.435	38.335	26.900
JP Tecnolimp S.A. (i)	-	99,00000	(83)	-	2.063
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	14.789	99,99980	3.238	14.789	11.551
Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	25.207	99,99998	(1.897)	25.207	26.410
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7.460	99,99999	(1.374)	7.460	8.713
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	689.571	99,99998	(4.668)	689.572	689.115
JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda.	171.882	99,99999	42.862	171.882	52
Quick Logística Ltda	40.097	99,99999	5.280	131.651	-
Quick Armazens Gerais - Eireli - ME	4.266	99,99999	3.136	4.266	-
JSL Invest. Concessionárias e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	300.612	99,99999	(23.190)	300.612	323.839
Movida Participações S.A.	721.764	99,99999	39.698	721.764	747.849
Ágio Yolanda Logística	-	-	-	-	6.025
Ágio Concessionárias	-	-	-	6.481	21.481
Total de investimentos permanentes			**64.437**	**2.112.019**	**1.863.998**
Outros Investimentos					
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda.	-	50,00000	-	-	1.460
Outros Investimentos (ii)	196	-	-	196	73
Total de investimentos na controladora			**64.437**	**2.112.215**	**1.865.531**

				Consolidado	
Outros Investimentos	**Patrimônio Líquido em 31/12/2016**	**Participação %**	**Equivalência Patrimonial**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda.	-	50,00		-	1.462
BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos	-	49,25		983	-
Outros Investimentos (ii)	196	99,99		196	73
Total de investimentos na controladora				**1.179**	**1.535**

i) Incorporada pela JSL S.A. em 30 de setembro de 2016; e

ii) Saldo composto pelo investimento na Medlog Prestação de Serviços de Logística, a qual está em fase pré-operacional.

14.1 Movimentação dos investimentos

Investimento	31/12/2015	Aporte de Capital / (Baixa de Investimento)	Incorporação	Cisão (iii)	Aquisição de Investimentos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial em 2016	Valor justo decorrente da aquisição da Quick	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	31/12/2016
JSL Holding Financeira Ltda.	26.900	-	-	-	-	10.000	1.435	-	-	38.335
JP Tecnolimp S.A. (ii)	2.063	-	(1.980)	-	-	-	(83)	-	-	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	11.551	-	-	-	-	-	3.238	-	-	14.789
Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	26.410	196	-	-	-	500	(1.899)	-	-	25.207
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	8.713	-	-	-	-	120	(1.373)	-	-	7.460
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	689.115	5.124	-	-	-	-	(4.667)	-	-	689.572
JSL Locação de Máquinas e veículos Pesados Ltda (i)	52	104.335	1.980	15.193	-	7.460	42.862	-	-	171.882
Quick Logística Ltda	-	-	-	-	35.100	-	5.280	91.271	-	131.651
Quick Armazens Gerais - Eireli - ME	-	-	-	-	1.130	-	3.136	-		4.266
JSL Invest. Concessionárias e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	323.839	1	-	-	-	-	(23.190)	-	(38)	300.612
Movida Participações S.A.	747.849	2.911	-	(29.925)	-	-	39.698	-	(38.769)	721.764
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda.	1.460	(1.460)	-	-	-	-	-	-		-
Outros investimentos	73	123	-	-	-	-	-	-		196
Ágio Yolanda Logística	6.025	(6.025)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio JSL Investimento em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A.	21.481	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	6.481
Total	**1.865.531**	**90.205**	**-**	**(14.732)**	**36.230**	**18.080**	**64.437**	**91.271**	**(38.807)**	**2.112.215**

i) Aumento de capital da JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. com transferência de ativos;

ii) Empresa incorporada pela JSL S.A. em 30 de setembro de 2016; e

iii) Cisão da Movida GTF S.A. em 31 de agosto de 2016, conforme nota explicativa 1.

Investimento	31/12/2014	Aporte de Capital / (Baixa de Investimento)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial em 2016	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	31/12/2015
JSL Holding Financeira Ltda.	29.619	-	-	(2.719)	-	26.900
JP Tecnolimp S.A. (ii)	2.045	-	-	18	-	2.063
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	8.991	-	-	2.560	-	11.551
Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	25.980	-	-	430	-	26.410
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	8.259	-	1.253	(799)	-	8.713
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	692.883	19.478	-	16.754	(40.000)	689.115
JSL Locação de Máquinas e veículos Pesados Ltda (i)	-	1	10	41	-	52
JSL Invest. Concessionárias e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	318.649	1	-	5.189	-	323.839
Movida Participações S.A.	629.016		118.392	67.052	(66.611)	747.849
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda.	1.357	33	-	70	-	1.460
Outros investimentos	73	-	-	-	-	73
Ágio Yolanda Logística	6.025	-	-	-	-	6.025
Ágio Simpar	21.481	-	-	-	-	21.481
Total	**1.744.378**	**19.513**	**119.655**	**88.596**	**(106.611)**	**1.865.531**

14.2 Investimentos em controladas

A participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas estão abaixo apresentadas:

	31/12/2016										
	Controladora										
	Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	JSL Locação de Máquinas e veículos Pesados Ltda	JP Tecnolimp S.A. (i)	Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Quick Logística Ltda	Quick Armazens Gerais - Eireli - ME	JSL Empreend. Imobiliários Ltda.	JSL Invest. Concessionárias e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	JSL Holding Financeira Ltda.	Movida Participações S.A.
Ativo Circulante	3.141	98.978	-	32.578	366.745	28.545	4.778	216	299.678	17.168	699.363
Ativo Não Circulante	34.505	752.257	-	342	695.329	20.587	27	12.255	205.765	21.503	2.227.279
Passivo Circulante	4.945	207.168	-	5.025	279.376	7.875	539	5.012	173.574	336	1.634.129
Passivo Não Circulante	7.492	472.185	-	13.106	93.127	1.158	-	-	31.257	-	570.748
Patrimônio Líquido	25.209	171.882	-	14.789	689.571	40.099	4.266	7.459	300.612	38.335	721.764
Receitas	14.422	219.606	171	6.439	907.408	130.105	6.755	522	835.547	1.851	1.941.206
Despesas	(16.319)	(176.744)	(254)	(3.201)	(912.076)	(124.825)	(3.619)	(1.896)	(858.737)	(416)	(1.901.508)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	(1.897)	42.862	(83)	3.238	(4.668)	5.280	3.136	(1.374)	(23.190)	1.435	39.698

i) Empresa incorporada em 30 de setembro de 2016.

	31/12/2015								
	Controladora								
	Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	JP Tecnolimp S.A.	JSL Locação de Máquinas e veículos Pesados Ltda.	Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	JSL Empreend. Imobiliários Ltda.	JSL Invest. Concessionária s e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	JSL Holding Financeira Ltda.	Movida Participações S.A.
Ativo Circulante	3.141	1.884	1.648	26.960	455.224	54	7	5.747	53.491
Ativo Não Circulante	34.505	691	56.442	205	571.353	13.665	324.790	21.244	764.573
Passivo Circulante	4.945	68	58.018	15.614	233.369	5.006	958	91	70.215
Passivo Não Circulante	7.492	423	21	-	104.093	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	25.208	2.084	51	11.551	689.115	8.713	323.839	26.900	747.849
Receitas	13.371	-	487	2.340	858.103	498	-	-	67.052
Despesas	(15.274)	18	(446)	219	(841.349)	(1.297)	5.189	(2.719)	-
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	(1.904)	18	41	2.559	16.754	(799)	5.189	(2.719)	67.052

15 Imobilizado

	Controladora								
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros (ii)	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Embarcações (iii)	Outros	Total
Custo ou avaliação:									
Em 31 de dezembro de 2015	**2.086.443**	**590.518**	**20.921**	**162.844**	**17.650**	**21.921**	**2.025**	**135.180**	**3.037.502**
Adições	166.741	29.050	10.810	142	1.329	1.652	-	-	209.724
Transferências	(43.521)	2.860	(10.725)	9.594	(131)	143	-	41.780	-
Transferência para bens destinados à venda	(299.705)	(44.328)	-	-	-	-	-	-	(344.033)
Ativos cindidos	(384.317)	(150.264)	-	-	-	-	-	-	(534.581)
Veículos avariados (sinistros)	(5.688)	(9.539)	-	-	-	-	-	(12)	(15.239)
Movimentação com operações especiais (*)	32.519	(36.674)	187	(1.642)	(3.320)	(485)	-	(41)	(9.455)
Em 31 de dezembro de 2016	**1.552.472**	**381.622**	**21.193**	**170.938**	**15.528**	**23.231**	**2.025**	**176.907**	**2.343.917**
Depreciação:									
Em 31 de dezembro de 2015	**(533.595)**	**(205.831)**	**-**	**(26.329)**	**(9.616)**	**(7.376)**	**(1.665)**	**(18.331)**	**(802.743)**
Despesa de depreciação no exercício	(191.012)	(70.023)	-	(10.297)	(3.273)	(2.245)	(215)	(7.515)	(284.580)
Transferências	565	(565)	-	-	(1)	1	-	-	-
Transferência para bens destinados à venda	181.666	50.326	-	-	-	-	-	-	231.991
Ativos cindidos	79.724	45.529	-	-	-	-	-	-	125.253
Veículos avariados (sinistros)	2.915	2.349	-	-	-	-	-	(20)	5.244
Movimentação com operações especiais (*)	3.168	18.265	-	571	3.186	418	-	(217)	25.391
Em 31 de dezembro de 2016	**(456.559)**	**(159.951)**	**-**	**(36.055)**	**(9.704)**	**(9.202)**	**(1.880)**	**(26.083)**	**(699.444)**
Valor residual líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.552.848**	**384.687**	**20.921**	**136.515**	**8.034**	**14.545**	**360**	**116.849**	**2.234.759**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.095.912**	**221.671**	**21.193**	**134.883**	**5.824**	**14.029**	**145**	**150.824**	**1.644.473**
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:									
Leves	10,1	-	-	-	-	-	-	-	
Pesados	9,4	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	11,3	-	6,4	17,4	9,6	10,6	5,6	

	Controladora								
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros (ii)	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Embarcações (iii)	Outros	Total
Custo ou avaliação:									
Em 31 de dezembro de 2014	2.306.835	552.683	75.522	119.107	18.954	19.892	2.025	62.176	3.157.194
Adições	339.306	134.663	38.693	604	3.369	4.748	-	62.149	583.532
Transferências	11.054	1.810	(82.596)	49.647	170	26	-	19.889	-
Transferências para bens destinados a venda	(536.503)	(82.669)	-	-	-	-	-	-	(619.172)
Movimentação com operações especiais (*)	(34.249)	(15.969)	(10.698)	(6.514)	(4.843)	(2.745)	-	(9.034)	(84.052)
Em 31 de dezembro de 2015	**2.086.443**	**590.518**	**20.921**	**162.844**	**17.650**	**21.921**	**2.025**	**135.180**	**3.037.502**
Depreciação:									
Em 31 de dezembro de 2014	(514.236)	(182.658)	-	(27.428)	(13.750)	(7.947)	(1.422)	(13.787)	(761.228)
Despesa de depreciação no exercício	(212.249)	(87.334)	-	(5.136)	(3.375)	(2.123)	(243)	(5.318)	(315.778)
Transferências	1.803	(1.791)	-	(279)	-	(12)	-	279	-
Transferências para bens destinados a venda	185.668	57.918	-	-	-	-	-	-	243.586
Movimentação com operações especiais (*)	5.419	8.034	-	6.514	7.509	2.706	-	495	30.677
Em 31 de dezembro de 2015	**(533.595)**	**(205.831)**	**-**	**(26.329)**	**(9.616)**	**(7.376)**	**(1.665)**	**(18.331)**	**(802.743)**
Valor residual líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.792.599	370.025	75.522	91.679	5.204	11.945	603	48.389	2.395.966
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.552.848	384.687	20.921	136.515	8.034	14.545	360	116.849	2.234.759
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:									
Leves	12,6	-	-	-	-	-	-	-	
Pesados	9,0	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	15,5	-	2,1	20,0	10,0	5,0	10,0	

(*) Refere-se substancialmente a bens reclassificados para o intangível.

	Consolidado										
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros (ii)	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Terrenos	Edifícios	Embarcações (iii)	Outros	Total
Custo ou avaliação:											
Em 31 de dezembro de 2015	4.654.601	632.949	69.132	232.555	27.598	38.834	13.800	12.664	2.025	155.766	5.839.924
Adições por combinação de negócios	152.445	18.968	-	22.067	165	1.192	-	-	-	-	194.838
Adições	2.379.214	41.887	34.432	14.618	3.667	4.637	-	-	-	729	2.479.183
Transferências	(43.189)	(6.411)	(65.568)	64.438	8.807	144	-	-	-	41.779	-
Transferência para bens destinados à venda	(1.848.043)	(49.197)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.897.240)
Movimentação com operações especiais (iv)	(50.414)	(11.360)	44	(13.138)	(3.678)	(669)	-	-	-	87	(79.129)
Em 31 de dezembro de 2016	**5.244.614**	**626.836**	**38.040**	**320.540**	**36.559**	**44.138**	**13.800**	**12.664**	**2.025**	**198.361**	**6.537.576**
Depreciação:											
Em 31 de dezembro de 2015	(762.884)	(218.572)	-	(42.441)	(14.983)	(13.073)	-	(1.096)	(1.665)	(20.948)	(1.075.662)
Adições por combinação de negócios	(39.619)	(18.446)	-	(11.151)	-	(688)	-	-	-	-	(69.904)
Despesa de depreciação no exercício	(392.777)	(85.035)	-	(34.552)	(4.974)	(4.099)	-	(507)	(215)	(10.074)	(532.233)
Transferências	468	8.501	-	(31)	(8.938)	1	-	-	-	(1)	-
Transferência para bens destinados à venda	448.781	54.477	-	-	-	-	-	-	-	-	503.258
Movimentação com operações especiais (iv)	6.790	575	-	12.210	3.435	478	-	-	-	197	23.684
Em 31 de dezembro de 2016	**(739.241)**	**(258.500)**	**-**	**(75.965)**	**(25.460)**	**(17.381)**	**-**	**(1.603)**	**(1.880)**	**(30.825)**	**(1.150.857)**
Valor residual líquido:											
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.891.717	414.377	69.132	190.114	12.615	25.761	13.800	11.568	360	134.818	4.764.262
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.505.372	368.336	38.040	244.574	11.098	26.757	13.800	11.061	145	167.536	5.386.719
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:											
Leves	7,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pesados	8,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	15,2	-	2,1	20,0	10,0	-	5,0	5,0	10,0	

	Consolidado										
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros (ii)	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Terrenos	Edifícios	Embarcações (iii)	Outros	Total
Custo ou avaliação:											
Em 31 de dezembro de 2014	3.942.876	582.871	100.673	179.218	25.437	33.091	13.800	12.644	2.025	74.782	4.967.417
Adições	1.938.261	141.085	67.939	4.252	6.189	8.624	-	20	-	65.327	2.231.697
Transferências	13.820	382	(88.496)	55.825	946	(50)	-	-	-	17.573	-
Transferências para bens destinados a venda	(1.153.130)	(71.625)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.224.755)
Movimentação com operações especiais (iv)	(87.226)	(19.764)	(10.984)	(6.740)	(4.974)	(2.831)	-	-	-	(1.916)	(134.435)
Em 31 de dezembro de 2015	**4.654.601**	**632.949**	**69.132**	**232.555**	**27.598**	**38.834**	**13.800**	**12.664**	**2.025**	**155.766**	**5.839.924**
Depreciação:											
Em 31 de dezembro de 2014	(683.889)	(192.815)	-	(39.146)	(17.692)	(12.241)	-	(590)	(1.422)	(14.610)	(962.405)
Despesa de depreciação no exercício	(377.548)	(91.419)	-	(9.638)	(4.595)	(3.603)	-	(506)	(243)	(7.041)	(494.593)
Transferências	1.803	(1.797)	-	(273)	-	(12)	-	-	-	279	-
Transferências para bens destinados a venda	243.942	57.154	-	-	-	-	-	-	-		301.096
Movimentação com operações especiais (iv)	52.808	10.305	-	6.616	7.304	2.783	-	-	-	424	80.240
Em 31 de dezembro de 2015	**(762.884)**	**(218.572)**	**-**	**(42.441)**	**(14.983)**	**(13.073)**	**-**	**(1.096)**	**(1.665)**	**(20.948)**	**(1.075.662)**
Valor residual líquido:											
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.258.987	390.056	100.673	140.072	7.745	20.850	13.800	12.054	603	60.172	4.005.012
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.891.717	414.377	69.132	190.114	12.615	25.761	13.800	11.568	360	134.818	4.764.262
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:											
Leves	8,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pesados	9,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	15,7	-	2,1	20,0	10,0	-	5,0	5,0	10,0	

i) Saldos substancialmente compostos por gastos com construção de armazém em Recife-PE e saldos correspondentes à segunda fase das obras do terminal intermodal de Itaquaquecetuba-SP;

ii) Benfeitorias relativas à construção do terminal intermodal em Itaquaquecetuba-SP, composto por 4 (quatro) galpões, para atender as atividades de armazenagem. Atualmente estão concluídos 2 (dois) galpões e os demais serão construídos mediante demanda da operação. Inclui juros de empréstimos capitalizados no valor de R$ 9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R$ 24 no exercício findo em 2015);

iii) Refere-se à embarcação para prestação de serviços de dragagem;

iv) O valor líquido (entre custo e depreciação) de aproximadamente R$ 55 milhões no consolidado refere-se substancialmente, a:

- Saída de R$ 53 milhões (R$ 29 milhões em 2015) referente a veículos roubados, compostos pela movimentação a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Baixa de veículos roubados	(52.480)	(37.883)
Veículos recuperados	7.599	9.077
Provisão para veículos roubados	(7.768)	-
Total	**(52.649)**	**(28.806)**

15.1 Arrendamento Mercantil de itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Companhia por meio de arrendamento mercantil financeiro, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos.

	Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	522.531	659.926
Depreciação acumulada	(100.476)	(187.920)
Saldo contábil, líquido	**422.055**	**472.006**

16 Intangível

	Controladora					
	Ágio decorrente da combinação de negócios - Schio (16.1)	**Ágio decorrente da aquisição da Lubiani (16.1)**	**Ágio decorrente da aquisição da Grande ABC (16.1)**	**Softwares**	**Outros**	**Total**
Custo ou avaliação:						
Em 31 de dezembro de 2015	119.190	30.359	83.060	51.136	957	284.702
Adições	-	-	-	3.328	225	3.553
Baixas	-	-	-	(7.660)	(25)	(7.685)
Em 31 de dezembro de 2016	**119.190**	**30.359**	**83.060**	**46.804**	**1.157**	**280.570**
Amortização:						
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	(20.572)	(64)	(20.636)
Despesas de amortização no exercício	-	-	-	(7.534)	(248)	(7.782)
Baixas	-	-	-	7.659	27	7.686
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**	**-**	**(20.447)**	**(285)**	**(20.732)**
Intangível líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	119.190	30.359	83.060	30.564	893	264.066
Saldo em 31 de dezembro de 2016	119.190	30.359	83.060	26.357	872	259.838

	Controladora					
	Ágio decorrente da combinação de negócios - Schio (i)	Ágio decorrente da aquisição da Lubiani	Ágio decorrente da aquisição da Grande ABC	Softwares (vi)	Outros	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31 de dezembro de 2014	119.190	73.011	85.511	34.339	957	313.008
Adições	-	-	-	3.241	-	3.241
Baixas	-	-	-	(204)	-	(204)
Reclassificação de Imobilizado para Intangível	-	-	-	13.760	-	13.760
Em 31 de dezembro de 2015	**119.190**	**73.011**	**85.511**	**51.136**	**957**	**329.805**
Amortização:						
Em 31 de dezembro de 2014	-	(42.652)	(2.451)	(11.783)	(47)	(56.933)
Despesas de amortização no exercício	-	-	-	(5.967)	(17)	(5.984)
Reclassificação de Imobilizado para Intangível	-	-	-	(2.822)	-	(2.822)
Em 31 de dezembro de 2015	**-**	**(42.652)**	**(2.451)**	**(20.572)**	**(64)**	**(65.739)**
Intangível líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	119.190	30.359	83.060	22.556	910	256.075
Saldo em 31 de dezembro de 2015	119.190	30.359	83.060	30.564	893	264.066

	Consolidado					
	Ágio decorrente da combinação de negócios (16.1)	Valor Justo decorrente da aquisição da Quick Logística (Nota 1.1)	Softwares (ii)	Fundo de comércio (iii)	Outros (iv)	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31 de dezembro de 2015	280.932	-	58.529	46.308	9.949	395.718
Adições por Combinação de Negócios (i)	-	22.065	-	-	-	22.065
Adições	-	-	6.204	-	1.316	7.520
Baixa por *Impairment*	(30.168)	(4.645)	-	-	-	(34.813)
Baixas	-	-	(8.242)	(130)	(32)	(8.404)
Em 31 de dezembro de 2016	**250.764**	**17.420**	**56.491**	**46.178**	**11.233**	**382.086**
Amortização:						
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	(24.130)	(6.194)	(3.604)	(33.928)
Despesas de amortização no exercício	-	(3.285)	(8.754)	(2.598)	(318)	(14.954)
Baixas	-	-	8.014	5.072	(260)	12.826
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(3.285)**	**(24.870)**	**(3.720)**	**(4.182)**	**(36.057)**
Intangível líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	280.932	-	34.399	40.114	6.345	361.790
Saldo em 31 de dezembro de 2016	250.764	14.135	31.620	42.458	7.051	346.029

	Consolidado				
	Ágio decorrente da combinação de negócios	Softwares (ii)	Fundo de comércio (iii)	Outros (iv)	Total
Custo ou avaliação:					
Em 31 de dezembro de 2014	144.844	39.925	20.221	10.546	351.624
Adições	-	3.830	26.087	495	30.412
Baixas	-	(77)	-	-	(77)
Transferências	-	1.092	-	(1.092)	-
Baixas com operações Especiais	-	13.759	-	-	13.759
Em 31 de dezembro de 2015	**144.844**	**58.529**	**46.308**	**9.949**	**395.718**
Amortização:					
Em 31 de dezembro de 2014	-	(13.972)	(4.042)	(3.141)	(21.155)
Despesas de amortização no exercício	-	(6.986)	(2.152)	(692)	(9.830)
Reclassificação para o imobilizado	-	(2.943)	-	-	(2.943)
Em 31 de dezembro de 2015	**-**	**(23.901)**	**(6.194)**	**(3.833)**	**(33.928)**
Intangível líquido:					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	144.844	25.953	16.179	7.405	330.469
Saldo em 31 de dezembro de 2015	144.844	34.628	40.114	6.116	361.790

i) Intangíveis adquiridos na compra da empresa Quick Logística e Quick Armazéns em 15 de fevereiro de 2016 conforme apresentado na nota explicativa 1.1. Na controladora está apresentado na rubrica de "Investimentos" os valores justos identificados na mensuração do valor justo da Quick Logística e Quick Armazéns, compondo o valor do investimento realizado;

ii) Softwares tem uma vida útil de 5 anos, sendo amortizado linearmente neste período;

iii) Fundo de Comércio refere-se a direito de uso de marca registrado nas concessionárias; e

iv) Composto principalmente pelo direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano adquirido em 2008, com prazo de 12 anos e pelo direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano no município de Sorocaba-SP adquirido em 16 de junho de 2011, com prazo de 8 anos. Ambos estão sendo amortizado linearmente, conforme período de seus contratos.

16.1 Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como " Intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado por empresa especializada. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Ágio decorrente das combinações de negócios	Custo
Lubiani (i)	30.359
Grande ABC (i)	83.060
JSL Concessionárias (ii)	6.481
Schio (ii)	119.191
Transrio (iii)	3.919
Movida (iv)	1.395
Apta (iv)	2.777
JSL Arrendamento (v)	3.582
	250.764

i) Ágio na aquisição de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e amortizado até 31 de dezembro de 2008 demonstrado no consolidado. Na controladora foi reclassificado para a rubrica de "Investimentos" o ágio decorrente da aquisição da Yolanda, da Grande ABC e da Lubiani;

ii) Ágio na combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, sendo a Rodoviário Schio Ltda. adquirida em dezembro de 2011 e a JSL Concessionárias adquirida em fevereiro de 2012. O ágio da Schio foi incorporado pela Controladora em 31 de dezembro de 2011;

iii) Ágio na Original Veículos Ltda. originado na aquisição da Transrio Veículos Ltda., fundamentado em expectativa de rentabilidade futura;

iv) Ágio na combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, sendo a Movida e Apta adquirida em 30 novembro de 2013 pela controladora. Na controladora está apresentado na rubrica de "Investimentos" o ágio da Movida e Apta; e

v) Ágio na JSL Holding Financeira Ltda. originado na aquisição da JSL Leasing S.A. (Anteriormente denominada BGN Leasing S.A.), fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.

16.2 Teste de *Impairment* por empresa

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram perpetuados com base em uma taxa de crescimento estimada de inflação e 5% a.a..

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

- As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2016 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Crescimento do Volume (i)	Aumento preço de venda (ii)	Crescimento de outros (iii)	Margem bruta de (iv)	Taxa de desconto
JSL	8,0%	N/a	(-3,4%)	12,2%	12,4%
Movida	5,6%	4,6%	9,5%	12,7%	13,2%
Leasing	19,7%	N/a	19,3%	48,7%	15,2%
Concessionárias	3,5%	4,0%	1,4%	9,9%	13,6%
Yolanda	7,0%	N/a	(-9,8%)	13,1%	10,7%
Transrio	4,0%	5,0%	0,1%	10,1%	13,6%

i) O volume de vendas é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de dez anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado;

ii) O preço de venda é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de dez anos. Ele se baseia nas atuais tendências de cada setor de atuação e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território;

iii) A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de dez anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para as *commodities* negociadas, bem como para os principais componentes do custo; e

iv) Outros custos operacionais são os custos fixos de cada Unidade Geradora de Caixa, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* das suas UGC acima descritas e contabilizou os ajustes no montante de R$ 21.061 na controladora e R$ 30.204 no consolidado.

17 Empréstimos e financiamentos

								Controladora	
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Taxa média anual (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional									
Finame (i)	9,5	Pós fixado TJLP	2021	102.979	73.268	264.325	83.331	367.304	156.599
Finame (i)	5,4	Pré fixado	2024	45.497	173.006	316.801	942.706	362.298	1.115.712
FINEM (ii) (*)	8,9	2,7+TJLP & Pré/Pós fixada (TJLP e IPCA)	2019	16.938	18.411	37.191	52.045	54.129	70.456
FNO	4,5	Pré	2024	1.875	1.723	11.246	13.095	13.121	14.818
CDC	16,7	Pré fixado	2016	-	1.029	-	6.175	-	7.204
CRA (v)	15,3	1,2 + CDI	2019	120.073	33.913	196.796	119.029	316.869	152.942
Capital de giro (CDC)	15,7	114,2% do CDI	2020	217.690	-	1.002.749	-	1.220.439	-
CCB (iii)	16,2	1,81 + CDI	2016	-	125.982	-	1.211.079	-	1.337.061
Nota de crédito à exportação (iv)	16,3	2,17 + CDI	2019	7.276	14.799	359.992	59.941	367.268	74.740
Consórcio (vi)	12,7		2018	3.650	-	3.299	-	6.949	-
				515.978	**442.131**	**2.192.399**	**2.487.401**	**2.708.377**	**2.929.532**
Em moeda estrangeira									
Capital de giro (4131) - USD	15,7	Swap para CDI+1	2016	-	20.074	-	402.121	-	422.195
Capital de giro (2770) - USD	16,2	Swap para CDI+2	2018	234.921	-	105.330	-	340.251	-
				234.921	**20.074**	**105.330**	**402.121**	**340.251**	**422.195**
				750.899	**462.205**	**2.297.729**	**2.889.522**	**3.048.628**	**3.351.727**

								Consolidado	
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Taxa média anual (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional									
Finame (i)	9,5	Pós fixado TJLP	2021	102.979	77.950	264.325	97.446	367.304	175.396
Finame (i)	5,4	Pré fixado	2024	172.661	194.063	786.909	1.053.301	959.570	1.247.364
FINEM (ii) (*)	8,9	2,7+TJLP & Pré/Pós fixada (TJLP e IPCA)	2019	16.938	18.411	37.191	52.045	54.129	70.456
FNO	4,5	Pré	2024	1.875	1.723	11.246	13.095	13.121	14.818
CDC	16,7	Pré fixado	2016	-	553	-	8.113	-	8.666
CRA (v)	15,3	1,2 + CDI	2019	120.073	33.913	196.797	119.029	316.870	152.942
Capital de giro (CDC)	15,7	114,2% do CDI	2020	227.852	-	1.191.578	-	1.419.430	-
CCB (iii)	16,2	1,81 + CDI	2019	-	163.525	-	1.285.749	-	1.449.274
Nota de crédito à exportação (iv)	16,3	2,17 + CDI	2019	7.276	14.799	359.992	59.941	367.268	74.740
Consórcio (vi)	12,7		2018	4.341	-	3.852	-	8.193	-
				653.995	**504.937**	**2.851.890**	**2.688.719**	**3.505.885**	**3.193.656**
Em moeda estrangeira									
Capital de giro (4131) - USD	15,7	Swap para CDI+1	2021	234.921	20.074	105.330	402.121	340.251	422.195
Capital de giro (2770) - USD	16,2	Swap para CDI+2	2018	-	1.818	-	122.792	-	124.610
				234.921	**21.892**	**105.330**	**524.913**	**340.251**	**546.805**
				888.916	**526.829**	**2.957.220**	**3.213.632**	**3.846.136**	**3.740.461**

Legenda:
FINAME - Financiamento de máquinas e equipamentos;
FINEM (*) - Financiamento a empreendimentos. Na estrutura da taxa já considerada a comissão correspondente à Fiança;
FNO - Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte;
CDC - Crédito Direto ao Consumidor;
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio;
CCB - Cédulas de Crédito Bancário.

Os cronogramas de amortização da controladora e consolidado estão demonstrados abaixo, por ano de vencimento:

					31/12/2016
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	2017	750.899	24,6	888.916	23,1
	2018	950.189	31,2	1.082.707	28,2
	2019	1.009.031	33,1	1.187.276	30,9
	2020	118.353	3,9	318.614	8,3
	2021	94.118	3,1	151.898	3,9
	2022	72.439	2,4	113.244	2,9
	2023	43.397	1,4	76.861	2,0
	2024	10.140	0,3	23.678	0,6
	2025 em diante	62	0,0	2.942	0,1
Total passivo não circulante		2.297.729	75,4	2.957.220	76,9
Total		**3.048.628**	**100,0**	**3.846.136**	**100,0**

17.1 Empréstimos e financiamentos - Em moeda nacional

i) Os financiamentos para investimentos em veículos e equipamentos (Finame) possuem taxas Pós fixadas Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 5,3% ao ano e taxas Pré fixadas de juros médios de 9% ao ano;

ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 2,7 % ao ano;

iii) Os encargos financeiros sobre cada uma das cédulas de crédito bancário estão compostos da seguinte forma:

- 114,2 % do Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,81 % ao ano; e
- 116 % do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

iv) Os encargos financeiros sobre a nota de crédito à exportação (NCE) possui taxa de juros anual, média de 2,17 %, acrescida da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e

v) Os encargos financeiros sobre o crédito rural agropecuário (CRA) possuem taxa e juros anual, média de 1,2 %, acrescido acrescida da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

17.2 Empréstimos e financiamentos - Em moeda estrangeira

Abaixo o resumo dos contratos vigentes em moeda estrangeira:

Instituição Financeira	Valor	Prazo	Carência do valor principal
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd	USD 30.000	três anos	doze meses
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd	USD 20.000	dois anos	vinte e quatro meses
Banco JP Morgan	USD 30.000	três anos	trinta e seis meses
Banco Cartepillar	USD 31.447	três anos	trinta e seis meses

Os contratos acima são designados pela Companhia como passivo financeiro a valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, e possuem instrumento financeiro (*Hedge*) eliminando risco cambial conforme nota explicativa 31.

Em relação aos empréstimos contratados, a Companhia está sujeita a cláusulas restritivas que podem antecipar tempestivamente o vencimento das obrigações (Nota explicativa 31.4). Estes compromissos foram cumpridos em 31 de dezembro de 2016.

17.3 Fianças bancárias

A Companhia possui as seguintes fianças bancárias:

				31/12/2016
Natureza	**Beneficiária**	**Valor**	**Vencimento**	**Prazo**
Controladora				
Ação de execução fiscal	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	R$ 11.000	Indeterminado	Indeteminado
Financiamento BNDES	BNDES	R$ 32.579 + R$ 7.620	09/02/2018 e 18/04/2018	36 meses
Ação de execução fiscal Itaquaquecetuba-SP	Prefeitura Municipal	R$ 2.129	Indeteminado	Indeteminado
Ação Anulatória de Débito Fiscal	3ª Vara Especializada da Faz. Públ. de Cuiabá/MT	R$ 1.206	20/01/2017	Indeteminado
PERD / COMP	Justiça Federal - Seção São Paulo -SP	R$ 10.600 + R$ 2.186	Indeterminado	Indeteminado
Financiamento BNDES	BNDES	R$ 29.121	14/03/2019	36 meses
Financiamento BNDES	BNDES	R$ 14.611	13/06/2019	36 meses
Banco Amazônia programa FNO sustentável não rural	Banco Amazônia S.A	R$ 14.941	18/02/2019, 19/02/2019 e 12/03/2019	60 meses
Financiamento BNDES	BNDES	R$ 6.900	14/07/2017	36 meses
Compra de venda de participação Societária	Rivas Rezende da Costa	R$ 40.000	04/03/2017	12 meses
Controlada JSL Investimentos em Concessionárias				
Floor Plan da Montadora FIAT	Banco FIDIS S.A.	R$ 12.240	18/01/2017	24 meses
Floor Plan da Montadora Ford	Ford Company do Brasil	R$ 5.000	07/04/2017	24 meses
Garantir a restituição do IPI	Volkswagen do Brasil S.A.	R$ 1.317	23/07/2017	12 meses
Ação de execução fiscal - Original Veículos	Justiça Federal - Seção São Paulo -SP	R$ 151	01/02/2017	12 meses
Ação de execução fiscal - Original Veículos	Justiça Federal - Seção São Paulo -SP	R$ 521	01/02/2017	12 meses
Processo Admin. de Arrolamento - Original Veículos	Justiça Federal - Seção São Paulo -SP	R$ 8.000	23/04/2017	24 meses
Controlada Movida Participações S.A.				
Garantia de aluguel	Infraero	R$ 36	12/05/2017	12 meses

18 Risco sacado a pagar - Montadoras

					Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Taxa média (%)**	**Base**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencimento**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Em moeda nacional (Instrução CVM 01/2016)								
Fornecedor Risco Sacado - Montadoras	5,5	4,4 Meses	Desconto	2017	9.265	26.126	551.359	625.195
Total Geral					**9.265**	**26.126**	**551.359**	**625.195**

A Companhia e suas controladas firmaram convênios com instituições financeiras denominados “risco sacado", para gerir seus compromissos com fornecedores, os quais permanecem nesta rubrica até a extinção da obrigação. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

19 Debêntures

							Controladora	
			Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	**Encargos anuais médios (%)**	**Vencimento**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Em moeda nacional								
5ª emissão	CDI + 1,85	2016	-	71.058	-	-	-	71.058
6ª emissão	CDI + 1,80/2,20 / IPCA + 7,5	2020	24.456	7.430	442.694	435.192	467.150	442.622
7ª emissão	117,5 do CDI	2019	36.647	37.635	67.513	101.235	104.160	138.870
8ª emissão	116 do CDI / IPCA + 8 / 118,5 do CDI	2021	6.194	5.341	412.441	403.978	418.635	409.319
9ª emissão	116 do CDI / 118,5 do CDI	2021	64.527	(1.003)	184.864	250.000	249.391	248.997
			131.824	**120.461**	**1.107.512**	**1.190.405**	**1.239.336**	**1.310.866**

			Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Encargos anuais médios (%)	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional								
5ª emissão	CDI + 1,85	2016	-	71.058	-	-	-	71.058
6ª emissão	CDI + 1,80/2,20 / IPCA + 7,5	2020	24.456	7.430	442.694	435.192	467.150	442.622
7ª emissão	117,5 do CDI	2019	36.647	37.635	67.513	101.235	104.160	138.870
8ª emissão	116 do CDI / IPCA + 8 / 118,5 do CDI	2021	6.194	5.341	412.441	403.978	418.635	409.319
9ª emissão	116 do CDI / 118,5 do CDI	2021	64.527	(1.003)	184.864	250.000	249.391	248.997
1ª emissão - Movida GTF (i)	CDI + 1,93	2018	10.418	6.333	298.863	297.346	309.281	303.679
			142.242	**126.794**	**1.406.375**	**1.487.751**	**1.548.617**	**1.614.545**

O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

		31/12/2016			
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Total	%	Total	%
Total passivo circulante	Até Dez/2017	131.824	10,6	142.242	9,2
	2018	391.870	31,7	690.732	44,6
	2019	387.164	31,2	387.165	25,0
	2020	230.750	18,6	230.750	14,9
	2021	97.728	7,9	97.728	6,3
Total passivo não circulante		1.107.512	89,4	1.406.375	90,8
Total		**1.239.336**	**100,0**	**1.548.617**	**100,0**

i) Correspondente a 30.000 debêntures simples, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor individual de R$ 10 totalizando R$ 300.000, em 1 (uma) séries, não conversíveis em ações e em Regime de Garantia Firme de Colocação. As debêntures tem prazo de vigência de 3 (três) anos, a contar da data de emissão em 24 de setembro de 2015, vencendo em 24 de setembro de 2018. O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais a contar da data de emissão. Os juros remuneratórios correspondem a CDI+1,93% da variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros "taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debêntures, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os custos da transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários são:

						Informação / valor
Descrição	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**7ª Emissão**	**8ª Emissão**	**9ª Emissão**	**1ª Emissão Movida GTF S.A.**
a. Identificação do processo por natureza						
Instituição financeira	*Itaú*	*BTG Pactual*	*BB-BI*	*Votorantim*	*Banco do Brasil*	*CEF*
Valor da 1ª Série	100.000	90.749	170.000	31.187	100.000	150.000
Valor da 2ª Série	-	13.678	-	63.468	150.000	
Valor da 3ª Série	-	72.797	-	118.201		
Instituição financeira	*Santander*	*Caixa Geral*	-	*HSBC*	-	*HSBC*
Valor da 1ª Série	100.000	1.000	-	52.394	-	150.000
Valor da 2ª Série	-	23.870	-	6.283	-	-
Valor da 3ª Série	-	40.234	-	30.873	-	-
Instituição financeira	-	*Santander*	-	*Santander*	-	-
Valor da 1ª Série	-	54.480	-	81.594	-	-
Valor da 2ª Série	-	19.074	-	2.000	-	-
Valor da 3ª Série	-	4.189	-	14.000	-	-
Instituição financeira	-	*Votorantim*	-	-	-	-
Valor da 1ª Série	-	6.200	-	-	-	-
Valor da 2ª Série	-	5.850	-	-	-	-
Valor da 3ª Série	-	67.879	-	-	-	-
Valor Total	200.000	400.000	170.000	400.000	250.000	300.000
Valor Total Recebido em C/C	201.270	401.910	170.000	400.390	250.000	300.000
Emissão	24/05/2012	15/07/2013	24/10/2013	15/06/2014	15/12/2014	29/09/2015
Liquidação	18/06/2012	30 e 31/07/2013 & 01/08/2013	29/10/2013	18/06/2014	19/12/2014	29/10/2015
Vencimento	24/05/2016	15/07/2020	24/10/2019	15/06/2021	15/12/2021	24/09/2018
Espécie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	JSML15	JSML16/26/36	JSML 17	JSML 18/28/38	JSML 19/29	JSLO 11
b. Custos da transação incorridos	**(141)**	**(914)**	**(62)**	**(71)**	**(65)**	**(114)**
Honorários advocatícios	(128)	(631)	(50)	(50)	(50)	(92)
Registro CETIP / CVM / Anbima	(11)	(282)	(11)	(20)	(13)	(20)
Despesas com banco mandatário	(2)	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)
c. Prêmios obtidos						
Adicional pela liquidação	18/06/2012	30 e 31/07/2013 & 01/08/2013	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor da liquidação	1.270	1.910	-	390	-	-
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %						
1ª Série	CDI + 1,85%	CDI + 1,80%	117,55% CDI	116% CDI	116% CDI	CDI + 1,93%
2ª Série	-	CDI + 2,20%	-	IPCA + 8,0%	118,5% CDI	-
3ª Série	-	IPCA + 7,5%	-	118,5% CDI	-	-
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	**-**	**(2.566)**	**(787)**	**(1.541)**	**(2.254)**	**(2.654)**
f. Movimentação	(i)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

i) Aquisição facultativa em 07/11/2013 de 2.866 Debêntures, Aquisição facultativa em 14/09/2015 de 2.867 Debêntures e Aquisição facultativa em 11/12/2015 de 249 Debêntures. Esta emissão foi resgatada em 2016.

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas que podem antecipar tempestivamente o vencimento das obrigações (Nota explicativa 31.4). Todos os compromissos descritos nos contratos estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2016.

20 Arrendamentos e compromissos

20.1 Arrendamentos financeiros (Leasing)

Referem-se aos contratos de arrendamento mercantil na modalidade de Finame *leasing* e arrendamento financeiro para a manutenção da atividade operacional da Companhia, com encargos anuais médios de 16,2% (Pós e Pré-fixados), principalmente devido a taxas pré-fixadas captadas em um cenário econômico onde as taxas de juros estavam mais elevadas. Estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Banco Itaú	6.508	11.755	8.932	11.951
Banco HSBC	58.004	55.727	85.582	99.442
Banco Santander	15.556	14.419	99.786	53.655
Banco Bradesco	1.395	1.877	1.395	1.877
Banco Daycoval	20.928	-	73.360	-
Banco IBM	-	975	-	975
Banco Safra	61.272	68.411	85.678	114.449
Banco Citibank	-	17.971	-	55.080
Outros bancos	-	749	-	16.896
Total	**163.663**	**171.884**	**354.733**	**354.325**
Parcela circulante	69.058	57.556	165.716	160.719
Parcela não circulante	94.605	114.328	189.017	193.606
Total	**163.663**	**171.884**	**354.733**	**354.325**

A parcela não circulante tem os seguintes vencimentos:

					31/12/2016
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**	**Valor Total**	**%**
Total passivo circulante	2017	69.058	42,2	165.716	46,7
	2018	43.704	26,7	126.552	35,7
	2019	30.792	18,8	35.030	9,9
	2020	19.343	11,8	26.669	7,5
	2021	766	0,5	766	0,2
Total passivo não circulante		94.605	57,8	189.017	53,3
Total		**163.663**	**100,0**	**354.733**	**100,0**

20.2 Arrendamentos operacionais

Estes aluguéis referem-se, principalmente, a lojas para revenda de veículos e locais para atendimento das demais operações logísticas, além de lojas para locação de veículos.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

			Controladora				Consolidado	
			31/12/2016	**31/12/2015**			**31/12/2016**	**31/12/2015**
	Arrendador Ribeira Imóveis (i)	**Outros Arrendadores**	**Total**	**Total**	**Arrendador Ribeira Imóveis (i)**	**Outros Arrendadores**	**Total**	**Total**
Inferior a um ano	22.622	42.058	64.680	1.911	22.622	95.942	118.564	49.557
Entre um e cinco anos	27.719	28.803	56.522	44.932	27.719	138.662	166.381	149.518
Mais de cinco anos	809	26.874	27.683	7.607	809	36.702	37.511	12.440
	51.150	**97.735**	**148.885**	**54.450**	**51.150**	**271.306**	**322.456**	**211.515**

i) A Ribeira Imóveis é uma parte relacionada da Companhia por meio da Controladora Simpar S.A. (vide nota explicativa 26.3).

É importante destacar que a taxa de desconto foi e ainda é de 18% a.a. referente à antecipação destes pagamentos de aluguéis obrigatórios é superior à taxa de aplicação do caixa, que apresenta rendimento de aproximadamente 100% do CDI, equivalente a cerca de 14,15% a.a., ou seja, superior em 3,75 p.p.

21 Fornecedores e Veículos "floor plan"

21.1 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Montadora de carros	2.356	5.356	850.931	279.695
Peças e manutenção	8.291	5.426	44.272	10.630
Fornecedores de máquinas e veículos (i)	-	18.879	49.540	127.825
Máquinas e equipamentos	2.473	283	2.474	3.523
Benefícios	1.269	74	1.613	134
Material de estoque	5.500	2.250	10.712	4.570
Serviços contratados	16.112	1.470	17.788	1.783
Outros	713	438	15.038	77.039
Total	**36.714**	**34.176**	**992.368**	**505.199**

i) Refere-se a contas a pagar a fornecedores de máquinas e veículos que serão financiadas através de contratos de FINAME.

21.2 Veículos "floor plan'

Parte da estrutura operacional do negócio das concessionárias refere-se ao programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem em geral um período inicial isento de qualquer ônus, conforme demonstrado na tabela a seguir:

			Consolidado	Concessionárias
Instituição financeira	**Encargos financeiros**	**Vencimento**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Em moeda nacional				
Banco Fidis S.A. - Fiat	0 a 35 dias - 0% CDI , 36 a 45 dias - 50% , Acima de 45 dias - 100% CDI	até 150 dias da emissão da NF	9.164	8.564
Banco Volkswagen S.A. (Veículos Leves)	0 a 25 dias - 0%, Acima de 25 dias - CDI + 0,5% a.m.	até 180 dias da emissão da NF	8.299	13.145
Banco Volkswagen S.A. (Veículos Pesados)	0 a 30 dias - 0%, acima de 51 dias - CDI + 0,5% a.m.	até 180 dias da emissão da NF	10.924	12.273
	Total		**28.387**	**33.982**

22 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Salários	25.250	20.234	43.910	37.302
INSS	25.174	24.918	37.977	34.798
FGTS	3.986	4.163	6.160	6.659
Férias e encargos a pagar	49.774	48.619	89.815	83.928
Outros	217	171	1.556	1.000
Total	**104.401**	**98.105**	**179.418**	**163.687**

23 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
PIS, COFINS e ISS	13.727	16.891	33.066	32.890
ICMS	9.971	7.413	14.665	9.794
IRRF, IRPJ e CSLL	3.353	4.516	6.056	10.161
Outras obrigações tributárias	551	476	617	1.640
PAES- Programa de parcelamento especial da Receita Federal	-	-	265	303
Total	**27.602**	**29.296**	**54.669**	**54.788**
Passivo circulante	26.286	27.797	51.968	52.983
Passivo não circulante	1.316	1.499	2.701	1.805
Total	**27.602**	**29.296**	**54.669**	**54.788**

24 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Aquisições de empresas - Rodoviário Schio S.A.	73.669	63.870	73.669	63.869
Aquisições de empresas - Transportadora Grande ABC e Yolanda Logistica Ltda. (i)	66.828	14.747	66.828	14.747
Aquisições de empresas - Quick Logística e Armazéns (ii)	66.054	-	66.054	-
Fundo de reserva - Transporte intermunicipal	-	-	43.862	-
Contas a pagar - Consórcios (iii)	-	-	3.836	37.690
Letras de arrendamento mercantil	-	-	23.133	-
Cartões de crédito a pagar	-	-	30.524	-
Crédito Antecipado-valor residual	-	-	19.161	-
Reserva de seguros	6.242	-	10.374	-
Adiantamento de clientes	-	13.290	29.360	72.019
Fretes e carretos a pagar	1.165	7.469	1.165	7.469
Contas a pagar - partes relacionadas (26.1)	1.061	24.717	-	-
Outras contas a pagar	15.053	23.978	10.307	22.446
Total	**230.072**	**148.071**	**378.273**	**218.240**
Passivo circulante	23.402	60.753	151.377	120.374
Passivo não circulante	206.670	87.318	226.896	97.866
Total	**230.072**	**148.071**	**378.273**	**218.240**

i) O aumento no saldo é decorrente de provisão para complemento de preço (R$ 12.088) a pagar e respectiva atualização monetária (R$ 39.993), totalizando R$ 52.081 referente a aquisição da empresa Transportadora Grande ABC. A aquisição ocorreu em maio de 2008 e a definição final do preço está sendo discutida judicialmente, seguindo em segredo de justiça. O saldo total provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 60.603, integralmente depositados em juízo conforme nota explicativa 9.

ii) Em 15 de fevereiro de 2016, a Companhia adquiriu as empresas Quick Logística Ltda. ("Quick Logística") e Quick Armazéns Gerais Eireli - ME ("Quick Armazéns") (conjuntamente "Quick"), conforme nota explicativa 1. Adicionalmente as contas a pagar referente a aquisição da Quick Logística e Quick Armazéns tem fluxo de pagamento previsto como segue: (i) R$ 25.300 em dinheiro e R$ 24.700 mediante cessão de direitos creditórios; (ii) R$ 19.500 em janeiro de 2022; (iii) R$ 19.500 em janeiro de 2023 e; (iv) saldo restante será pago em 70 parcelas mensais, com vencimento da primeira em fevereiro de 2017. As parcelas serão corrigidas pelo IGPM/FGV mais 1% a.a. Para os itens (ii), (iii) e (iv), a Companhia realizou o cálculo de AVP considerando a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e

iii) Saldo correspondente a valores mantidos pelo CMT (Consórcio Metropolitano de Transportes - Transporte Urbano de Passageiros) para o exercício de sua atividade operacional do qual a Companhia possuía participação de 3,63%, até outubro de 2016, quando a Companhia deixou o consórcio.

25 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de venda de veículos (i)	-	700	6.577	26.296
Adiantamentos transporte de passageiros (i)	-	-	17.465	27.853
Adiantamento de clientes	7	-	5.059	29.242
Outros	-	6	-	356
Total	**7**	**706**	**29.101**	**83.747**

i) Referem-se aos valores recebidos antecipadamente a título de venda de veículos e renovação de frota, comissões e vendas de passagens para o transporte coletivo de passageiros.

26 Partes relacionadas

26.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

No quadro abaixo, nas rubricas de Outros Créditos, Clientes, Fornecedores, Contas a Pagar e Adiantamentos, estão os saldos das transações entre as Companhias que no consolidado são eliminados:

						Controladora
Ativo	**Clientes**		**Parte Relacionadas Ativo**			
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**Relacionamento**	**Especificação**
Sociedades controladas						
Consórcio Unileste	-	-	46	41	Coligada	Mútuo
Jecap	-	-	6	-	Coligada	Mútuo
Personal	-	-	12	-	Coligada	Mútuo
Centro de Memória	-	-	5	-	Coligada	CSA / Reembolso de Despesas
Consórcio 123	-	-	81	-	Coligada	CSA / Reembolso de Despesas
Instituto Júlio Simões	-	-	35	-	Coligada	CSA / Reembolso de Despesas
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	-	-	3.072	4.394	Controlada	Locação operacional / CSA / JCP
Movida Locações de Veículos Ltda.	-	-	3.133	211	Controlada	Reembolso de despesa / Locação Operacional
Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.	-	-	1.735	6.923	Controlada	Reembolso de despesa / Locação Operacional / CSA
JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Maquinas,e Equipamentos S.A.	-	436	2.273	1.562	Coligada	Locação Operacional / Venda de Ativos / Reembolso de Despesas
Serb Saneamento	9.060	8.685	-	-	Coligada	Locação Operacional
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	-	81	5	Controlada	Reembolso de Despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	-	-	130	1.580	Controlada	Venda de Ativos
Movida Participações S.A.	-	-	106	120	Controlada	Reembolso de despesa
Jsl Locações de Máquinas e Veículos Pesados Ltda.	3.470	-	59.441	57.922	Controlada	Venda de Ativos / Locação Operacional / Reembolso de despesas
Jsl Empreendimentos Imobiliariários Ltda.	-	-	5.005	5.000	Controlada	Venda de Ativos (Imóveis) / CSA
Jsl Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	164	-	Controlada	Reembolso de Despesas
Total	**12.530**	**9.121**	**75.324**	**77.758**		
Circulante	12.530	9.121	73.475	77.717		
Não circulante	-	-	1.849	41		
Total	**12.530**	**9.121**	**75.324**	**77.758**		

Passivo	**Contas a pagar e adiantamentos**		**Partes Relacionadas**			
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**Relacionamento**	**Especificação**
Sociedade controladas						
Movida Locações de Veículos Ltda.	-	174	76	-	Controlada	Reembolso de despesa / Locação Operacional
JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Maquinas,e Equipamentos S.A.	276	229	169	-	Controlada	Reembolso de Despesas /Descontos s/compra de véiculos
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	394	22.644	24.396	-	Controlada	Reembolso de despesa / Locação Operacional / CSA
Movida Participações S.A.	391	1.154	1.154	-	Controlada	JCP
Jsl Locações de Máquinas e Veículos Pesados Ltda.	-	516	3.530	-	Controlada	Reembolso de despesa / Locação Operacional
Jsl Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	5.089	-	Controlada	Reembolso de despesa
Total	**1.061**	**24.717**	**34.415**	**-**		

CSA - Centro de Serviços Administrativos.

Os valores correspondentes aos contratos de mútuos ativos com partes relacionadas estão sujeitos a encargos contratuais de 104% do CDI, sendo este reconhecido no resultado financeiro de sua controladora e controladas.

A administração, através de um centro de serviços administrativos, compartilha despesas corporativas entre as empresas do grupo econômico JSL, através de reembolso de despesas.

No quadro abaixo, estão os saldos das transações entre as Companhias que no consolidado não são eliminados:

						Consolidado
Ativo	**Partes relacionadas**					
	31/12/2016	**31/12/2015**	**Relacionamento**	**Especificação**	**Vigência**	**Limite**
Sociedade Coligadas e Controladas						
Consórcio Unileste	76	93	Coligada	Mútuo	31/12/2016	2.000
Ribeira imóveis	-	243	Interligada	Mútuo	31/12/2016	2.000
JSL Investimentos em concessionárias	-	74	Controlada	Mútuo	31/12/2016	2.000
Total	**76**	**410**				

Passivo	**Partes relacionadas**					
	31/12/2016	**31/12/2015**	**Relacionamento**	**Especificação**	**Vigência**	**Limite**
Sociedade Coligadas e Controladas						
Consórcio Unileste	29	49	Coligada	Mútuo	31/12/2016	2.000
Consórcio 123	498	391	Coligada	Mútuo	31/12/2016	3.000
Consórcio metropolitano de transporte	-	451	Coligada	Mútuo	31/12/2016	3.000
Ribeira imóveis	1.243	59	Interligada	Mútuo	31/12/2016	3.000
JSL Invesstimentos em concessionárias	12	67	Controlada	Mútuo	31/12/2016	3.000
Total	**1.782**	**1.017**				

26.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Resultado	**Receita de prestação de serviços**		**Custo da prestação de serviços**		**Receita de Renovação de Frota**		**Custo de Renovação da Frota**		**Dedução da Venda de Ativo**		**Outras Receitas/ (Depesas) Operacionais**	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Socidade Controladora												
JSL S.A.	141.908	187.219	73.254	56.659	9.544	-	34.236	2.102	53.092	-	2.400	2.400
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	7.784	5.376	91.879	134.476	28.326	-	34.617	64.275	4	-	-	-
Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.	41.266	58.418	55.082	22.485	20.645	-	2.729	18.301	62	-	-	-
JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Maquinas,e Equipamentos S.A.	13.580	15.090	8.681	122.508	-	-	127.057	-	-	-	-	-
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	-	-	2.400	2.400	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	1.446	1.347	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Locações de Veículos Ltda.	33.080	92.444	2.348	8.696	82.332	-	-	-	-	-	-	-
Apta Veículos e Representações Ltda.	-	177	-	16.234	-	-	-	-	-	-	-	-
Jsl Locações de Máquinas e Veículos Pesados Ltda.	42.405	516	48.561	-	9.391	-	4.886	58.281	-	-	-	-
Jsl Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	2.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jsl Empreendimentos Imobiliariários Ltda.	393	471	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logistica Ltda.	-	-	-	-	129	-	-	-	-	-	-	-
Total	**281.862**	**361.058**	**284.262**	**363.458**	**150.367**	**-**	**203.525**	**142.959**	**53.158**	**-**	**2.400**	**2.400**

26.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referente arrendamento de imóveis

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos, os quais são de propriedade da Ribeira Imóveis Ltda. O valor do aluguel reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 17.763 (2015 - R$ 15.010), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm os vencimentos até 2023.

Adicionalmente, a Companhia efetuou adiantamentos de aluguel de imóveis à Ribeira Imóveis Ltda. No montante de R$ 28.557, referente ao período de outubro de 2015 a setembro de 2016, sendo reconhecido na rubrica Despesas Antecipadas, não há saldo remanescentes em 31 de dezembro de 2016 (nota explicativa 20.2).

26.4 Centro de serviços administrativos

A Companhia, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetua estudos sobre os gastos entre as empresas que compartilham a mesma estrutura e *Backoffice*. Com base nesse estudo, os gastos foram rateados entre essas empresas, tendo sido reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2016, o montante relativo à recuperação de despesas, reduzindo o saldo na Controladora, foi de R$ 14.762 (2015 - R$ 13.920).

26.5 Remuneração de administradores

A remuneração com encargos paga aos administradores e diretores no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 17.328 (R$ 12.233 no mesmo período de 2015), ambas enquadradas na categoria de "Benefícios de curto prazo a empregados e administradores", exceto quanto às remunerações baseadas em ações que se encontram classificadas no patrimônio líquido (Nota explicativa 27.2).

O limite aprovado pela Assembleia de Acionistas para remuneração em 2016 foi de R$ 17.000 mais encargos.

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é de R$ 676.614, dividido em 202.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, reduzidos dos custos de transação incorridos na abertura de capital ("*IPO*") e dos efeitos fiscais, totalizando R$ 660.395.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 2.000.000, excluídas as ações já emitidas, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização e ouvido o Conselho Fiscal.

27.2 Reserva de capital

i) **Remuneração baseada em ações**

Conforme mencionado na nota explicativa 30, a Companhia possui plano de opção de compra de ações, com subscrições de ações determinadas a administradores e empregados que trabalham na Companhia.

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração baseadas em ações outorgadas	11.078	8.789
	11.078	**8.789**

ii) **Subvenções governamentais**

A Companhia por meio de sua controlada Quick Logística Ltda. faz jus à subvenção de benefício tributário vinculado ao Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS no estado de Goiás no valor de R$ 2.982 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

27.3 Destinação dos resultados

Em conformidade com o Estatuto Social, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e

ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital ou à constituição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O nosso Estatuto Social permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	Controladora	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Lucro líquido do exercício da controladora	-	46.763
Constituição da reserva legal	-	(2.338)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	-	44.425
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	-	11.106
Forma de pagamento:		
Juros sobre o capital próprio pagos	-	10.000
Impostos	-	(1.297)
Juros sobre o capital próprio pagos, líquidos de IR	-	8.703
Dividendos	200.000	2.403
	200.000	11.106

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de dezembro de 2015 a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), de R$ 10.000 imputando ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Em 20 de janeiro de 2016 a Companhia aprovou em assembléia geral extraordinária a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros retidos, no montante total de R$ 200.000, equivalentes a R$ 0,9694 por ação de emissão da Companhia.

Conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de janeiro de 2016, em 29 de janeiro a Companhia pagou dividendos de R$ 200.000, correspondente a R$ 0,970412925 por ação, conforme descrito na proposta.

Sobre o valor dos juros sobre capital próprio há incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

27.4 Ações em tesouraria

Em ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de abril de 2016, a Companhia deliberou sobre o cancelamento das 4.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal e em ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de agosto de 2016, a Companhia deliberou sobre o cancelamento adicional de 4.500.000 de ações ordinárias sem valor nominal totalizando no exercício o cancelamento de 8.500.000 de ações ordinárias sem valor nominal, adicionalmente nesta mesma reunião de 09 de agosto de 2016, a Companhia deliberou sobre a aquisição de 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão, sem redução do capital social ("Recompra de Ações"), sendo que até 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a operação de compra de 4.291.800 ações ordinárias no valor de R$ 9.706, restando um saldo de 1.031.189 ações a serem adquiridas.

Abaixo demonstramos a movimentação das ações em tesouraria ocorrida:

	Movimentação das aquisições de ações ordinárias	
	Quantidade	**Valor**
Recompra de ações no exercício de 2011	1.944.500	21.580
Direito de recesso exercido em 2011	123.900	506
Recompra de ações no exercício de 2013	367.300	4.765
Stock Options 2013	(132.713)	1.062
Recompra de ações no exercício de 2014	2.057.600	24.441
Stock Options 2014	(144.394)	1.155
Recompra de ações no exercício de 2015	6.445.200	60.364
Redução de ações no exercício de 2015	(5.799.134)	(61.230)
Stock Options 2015	(186.248)	1.490
Redução de ações no exercício de 2016	(8.500.000)	(84.995)
Recompra de ações no exercício de 2016	4.291.800	34.603
Saldo de ações em tesouraria	**467.811**	**3.741**
Total ações deliberadas para recompra	(1.500.000)	
Saldo de ações para recomprar	**1.032.189**	

28 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

Tributos Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. São calculados e classificados seguindo as projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia e de suas controladas.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos está a seguir apresentada:

28.1 Créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(74.508)	(7.024)	(146.674)	(61.219)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(28.294)	(20.673)	(46.254)	(26.355)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.840)	(4.601)	(25.171)	(10.943)
Provisão para perdas nos investimentos	-	(7.151)	-	(7.151)
Outras provisões	(15.444)	-	(22.627)	-
Constituição Ajuste a valor presente	-	-	-	(457)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(10.695)	(1.758)	(11.753)	(5.478)
Total créditos fiscais brutos	**(136.781)**	**(41.207)**	**(252.480)**	**(111.603)**
Constituição Ajuste a valor presente	8.589	779	8.584	779
Ganho na compra vantajosa	10.829	-	10.829	-
Receita diferida de órgãos públicos	1.437	2.043	22.420	29.276
Outras provisões	-	1.101	-	1.160
Mais valia	6.832	-	6.832	
Depreciação econômica vs. fiscal	130.730	168.249	253.429	224.274
Imobilização leasing financeiro	20.493	19.149	66.747	69.002
Avaliação patrimonial	3.596	3.544	3.596	3.643
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do Ágio	45.106	36.102	45.695	37.285
Total débitos fiscais brutos	**227.612**	**230.967**	**418.130**	**365.419**
Total débitos fiscais, líquidos	**90.831**	**189.760**	**165.650**	**253.816**
Tributos diferidos ativos	-	-	31.438	15.635
Tributos diferidos passivos	90.831	189.760	197.088	269.451
Total débitos fiscais, líquidos	**90.831**	**189.760**	**165.650**	**253.816**

Conforme as estimativas individuais da Companhia e suas controladas, os tributos diferidos têm perspectiva de realização conforme cronograma de realização abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Créditos fiscais				
Imposto diferido a ser recuperado até 12 meses	(1.578)	-	(17.885)	-
Imposto diferido a ser recuperado em mais de 12 meses	(135.203)	(41.207)	(234.596)	(111.603)
Total créditos fiscais, líquidos	**(136.781)**	**(41.207)**	**(252.481)**	**(111.603)**

	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Débitos fiscais				
Imposto diferido a ser liquidado até 12 meses	91.593	76.989	199.325	77.891
Imposto diferido a ser liquidado em mais de 12 meses	136.019	153.978	218.805	287.528
Total débitos fiscais, líquidos	**227.612**	**230.967**	**418.130**	**365.419**

28.2 Conciliação das provisões do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(286.701)**	**39.225**	**(249.470)**	**67.222**
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	97.478	(13.337)	84.820	(22.855)
(Adições) exclusões permanentes				
Equivalência Patrimonial	21.909	30.123	-	24
Incentivos Fiscais - PAT			421	261
Juros Remuneração de Capital - JCP - Recebidos	-	(8.161)	-	3.400
Despesas indedutíveis	(1.262)	(1.088)	(2.357)	(1.812)
Outras (adições) exclusões	(14.598)	1	(16.588)	522
IRPJ e CSLL apurados	**103.527**	**7.538**	**66.296**	**(20.460)**
Corrente	-	-	(21.844)	(13.924)
Diferido	103.527	7.538	88.140	(6.536)
IRPJ e CSLL no resultado	**103.527**	**7.538**	**66.296**	**(20.460)**
Alíquota efetiva	-36,11%	19,2%	-26,6%	-30,4%

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

i. Transporte de Passageiros (Parte significativa da Responsabilidade civil contra terceiros)

Com vigência de dezembro de 2016 à Dezembro de 2017, abrange danos materiais (R$ 100) por veículos, corporais (R$ 700) por assegurados, morais (R$ 100) e acidentes pessoais para todas as operações realizadas pela Companhia e suas controladas.

ii. Transporte de cargas - veículos

A operação de transporte de veículos está segurada diretamente pelos contratantes. Para os demais casos são contratados seguros que possuem cobertura que variam de acordo com o valor dos veículos transportados.

iii. Transporte de cargas - produtos

Seguros contratados contra possíveis danos ou perdas que podem ocorrer em seu transporte, os quais possuem cobertura que variam de acordo com o valor da carga transportada. Com vigência de julho de 2016 a julho de 2017, Limite máximo de indenização de U$ 900 em cada viagem (equivalente a R$ 3.500) e cobertura de avarias, limite de garantia de U$180 em cada viagem (equivalente a R$ 700).

Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Seguros contratados contra possíveis danos ou perdas que podem ocorrer em armazenamento. Com vigência de dezembro de 2016 à dezembro de 2017, abrange coberturas contra: i) incêndio, queda de raio e explosão (R$ 109.000); ii) Danos elétricos (R$ 1.000); iii) Vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo e impactos veículos (R$ 3.000); iv) Quebra de vidros (R$ 10); v) Desmoronamento (R$ 60); vi) Roubo / Furto Qualificado (R$ 500); Equipamentos estacionários (R$ 500); Equipamentos Móveis (R$ 570); Responsabilidade Civil Operações (R$ 1.520); Lucros cessantes (R$ 600); roubo de valores

no interior do estabelecimento (R$ 30); Roubo de valores em transito (R$ 10); Perda ou pagamento de aluguel (R$ 900) e Movimentação de carga (R$ 350).

As mercadorias de terceiros, armazenadas nos depósitos da Companhia, decorrentes da sua atividade de logística e armazenagem, perfazem o montante de R$ 256.741 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 213.560 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$ 230.658 são de responsabilidade do terceiro em 31 de dezembro de 2016 (R$ 190.098 em 31 de dezembro de 2015).

Frota

A Companhia contrata seguro para frota conforme exigência contratual, entretanto na sua maior parte faz o auto-seguro da sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

A controlada Movida Participações S.A. mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O seguro da frota da controlada Movida Participações S.A. segue conforme tabela abaixo:

			Veículos / Equipamentos		Importância	
Beneficiário	Garantia	Local	Quantidade	Tipo	Segurada	Vigência
Movida Locação de Veículos S.A.	Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção	Brasil	Total da frota	Veículos	3.000	29/04/2016 à 29/04/2017

30 Planos de remuneração baseados em ações

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração que estabelece (i) os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; e (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das Ações na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores ao ano da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Companhia, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Companhia do preço de exercício pelo beneficiário.

As opções outorgadas do plano II, plano III, plano IV, plano V e Plano VI vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas as premissas indicadas nas tabelas abaixo:

Plano II - (Preço de exercício da opção fixado em R$ 8,41 (oito reais e quarenta e um centavos) no 1º lote e R$ 11,71 (onze reais e setenta e um centavos) no 2º lote)

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Percentual do Total das Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	31/08/2012	31/08/2012 a 31/03/2015	02/04/2015 a 01/06/2017	Até 25%
2	31/08/2012	31/08/2012 a 31/03/2016	02/04/2016 a 01/06/2017	Até 50%
3	31/08/2012	31/08/2012 a 31/03/2017	02/04/2017 a 01/06/2017	Até 100%

Plano III - (Preço de exercício da opção fixado em R$ 12,89 (doze reais e oitenta e nove centavos)

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Percentual do Total das Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	09/05/2013	09/05/2013 a 01/04/2016	02/04/2016 a 02/06/2018	Até 25%
2	09/05/2013	09/05/2013 a 01/04/2017	02/04/2017 a 02/06/2018	Até 50%
3	09/05/2013	09/05/2013 a 01/04/2018	02/04/2018 a 02/06/2018	Até 100%

Plano IV - (Preço de exercício da opção fixado em R$ 15,55 (quinze reais e cinquenta e cinco centavos)

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Percentual do Total das Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	23/06/2014	23/06/2014 a 01/04/2017	02/04/2017 a 02/06/2019	Até 25%
2	23/06/2014	23/06/2014 a 01/04/2018	02/04/2018 a 02/06/2019	Até 50%
3	23/06/2014	23/06/2014 a 01/04/2019	02/04/2019 a 02/06/2019	Até 100%

Plano V - (Preço de exercício da opção fixado em R$11,93 (onze reais e noventa e três centavos)

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Percentual do Total das Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	01/04/2015	01/04/2015 a 01/04/2018	02/04/2018 a 02/06/2020	Até 25%
2	01/04/2015	01/04/2015 a 01/04/2019	02/04/2019 a 02/06/2020	Até 50%
3	01/04/2015	01/04/2015 a 01/04/2020	02/04/2020 a 02/06/2020	Até 100%

Plano VI - (Preço de exercício da opção fixado em R$ 8,36 (onze reais e noventa e três centavos)

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Percentual do Total das Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	27/06/2016	27/06/2016 a 01/04/2019	02/04/2019 a 02/06/2020	Até 25%
2	27/06/2016	27/06/2016 a 01/04/2020	02/04/2020 a 02/06/2021	Até 50%
3	27/06/2016	27/06/2016 a 01/04/2021	02/04/2021 a 02/06/2022	Até 100%

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

O saldo acumulado na conta de reserva de capital “remuneração baseadas em ações” no patrimônio líquido é de R$ 11.078 (2015 - R$ 8.789).

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de ações				
	Outorgadas	Canceladas (i)	Realizadas (ii)	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Outorgas concedidas em 30/11/2011	570.429	(107.074)	(463.355)	-	8,00
Outorgas concedidas em 31/08/2012 (Lote - I)	659.472	(125.921)	-	533.551	8,41
Outorgas concedidas em 31/08/2012 (Lote - II)	34.158	-	(34.158)	-	11,71
Outorgas concedidas em 09/05/2013	674.235	(96.586)	-	577.649	12,89
Outorgas concedidas em 26/06/2014	529.705	(101.451)	-	428.254	15,55
Outorgas concedidas em 16/09/2015	867.660	(35.676)	-	831.984	11,93
Outorgas concedidas em 27/06/2016	1.180.601	(30.144)	-	1.150.457	8,36
Posição em 31 de dezembro de 2016	**4.516.260**	**(496.852)**	**(497.513)**	**3.521.895**	

i) As opções canceladas referem-se a ações outorgadas a colaboradores desligados da Companhia. Conforme previsto no "Programa de outorga de opções de compra de ações" - plano I e II, as opções ainda não exercíveis na data de seu desligamento restarão automaticamente extintas de Pleno Direito;

ii) As opções realizadas referem-se a ações liberadas do Plano I tranche 1.

31 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas restringem-se a caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos, contas a receber, empréstimos e financiamentos para capital de giro e investimentos, créditos e débitos com partes relacionas e outros créditos e débitos, negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

31.1 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	585.920	-	585.920	951.166	-	951.166
Títulos e valores mobiliários	-	457.300	457.300	-	735.471	735.471
Instrumentos financeiros derivativos	-	23.814	23.814	-	71.462	71.462
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.154.145	-	1.154.145	1.142.324	-	1.142.324
	1.740.065	**481.114**	**2.221.179**	**2.093.490**	**806.933**	**2.900.423**

Passivo, conforme balanço patrimonial	**Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Empréstimos e financiamentos / Debêntures	340.251	5.054.502	5.394.753	422.195	5.558.006	5.980.201
Obrigações de arrendamento financeiro	-	354.733	354.733	-	354.325	354.325
Fornecedores, risco sacado e contas a pagar	-	1.694.131	1.694.131	-	723.439	723.439
	340.251	**7.103.366**	**7.443.617**	**422.195**	**6.635.770**	**7.057.965**

31.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	585.920	951.166	585.920	951.166
Títulos e valores mobiliários	457.300	735.471	457.300	735.471
Instrumentos financeiros derivativos	23.814	71.462	23.814	71.462
Contas a receber	1.127.459	1.023.623	1.127.459	1.023.807
Outros créditos	26.686	118.701	26.686	118.701
Total	**2.221.179**	**2.900.423**	**2.221.179**	**2.900.607**
Passivos Financeiros				
Empréstimos, financiamentos a pagar	3.846.136	3.740.461	3.805.657	3.453.244
Debêntures	1.548.617	1.614.545	1.548.617	1.614.545
Arrendamentos financeiros	354.733	354.325	354.733	354.325
Fornecedores / Veículos "*Floor Plan*"	1.572.114	539.181	1.572.114	539.181
Contas a pagar	122.017	218.240	122.017	218.240
Total	**7.443.617**	**6.466.752**	**7.403.138**	**6.179.535**

O valor justo utilizado para registro das aplicações financeiras foi apurado com preços cotados em mercados ativos para operações similares, enquadrando-se no nível 2 da hierarquia de valor justo.

Não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo nos níveis 1 e 3 de hierarquia.

O valor justo da dívida foi calculado a partir do preço atual de cada instrumento de dívida da Companhia, de tal forma que sua reposição permita à Companhia as mesmas características de fluxos de caixas e prazos remanescentes da operação original. Especificamente para os contratos de finame, préfixados, foram apurados os valores de realização dos contratos com base na marcação ao mercado destes contratos.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil (Brasil)

Vértice	Taxa (a.a.) - %
1M	13,30
6M	12,43
1A	11,55
2A	11,06
3A	11,19
5A	11,48
10A	11,66

Fonte: BM&F 29/12/2016

31.3 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a clientes e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê Financeiro e de Suprimentos que presta assessoria em riscos financeiros em estrutura de governança apropriada para a Companhia. O Comitê suporta e recomenda ao Conselho de Administração da Companhia para que as atividades nas quais se assumem riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. É prática da Companhia não participar de negociações de derivativos para fins especulativos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. A Companhia está exposta apenas ao risco de taxa de juros, o risco cambial foi mitigado com a contratação de um swap cambial conforme demonstrado na tabela de sensibilidade a variação cambial.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e debêntures.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários da Companhia, sujeitas a taxas de juros variáveis.

Sensibilidade a taxas de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes, mostrando o impacto no resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

A Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures e *leasing* a pagar. A dívida foi segregada em 3 partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TJLP e dívidas atreladas à IPCA, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Operação	Exposição	Risco	Ganho / (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Aplicações financeiras						
Posição em 31.12.2016	R$ 1.034.188	CDI		11,6%	14,4%	17,3%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda)	(21.511)	8.351	38.213
Dívida atrelada ao CDI						
Posição em 31.12.2016	R$ 4.378.266	CDI		11,6%	14,4%	17,3%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	91.068	(35.355)	(161.777)
Dívida atrelada à TJLP						
Posição em 31.12.2016	R$ 334.369	TJLP		6,5%	8,1%	9,8%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	3.344	(2.090)	(7.523)
Dívida atrelada à IPCA						
Posição em 31.12.2016	R$ 15.993	IPCA		4,8%	6,0%	7,2%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	238	46	(146)
Impacto Total				**73.138**	**(29.047)**	**(131.233)**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

Esse estudo tem como cenário provável um aumento em 1,4% da taxa do CDI, com base na curva futura de juros desenhada na BM&F (a taxa média em 31 de dezembro de 2016 é de 13,63%), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Companhia é de manutenção da taxa de 31 de dezembro de 2016 (9,49%). Sobre a TJLP, o cenário considerado provável é de aumento de 0,5% da taxa de 31 de dezembro de 2016.

O cenário II considera um aumento de 25% nas taxas de CDI, TJLP e IPCA, quando comparado ao cenário provável. O cenário III considera uma um aumento de 50% nas taxas de CDI, TJLP e IPCA, também levando em consideração o cenário provável.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado mensalmente pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria e Administração. A necessidade de uma provisão para estimativa de perda para crédito de devedores duvidosos é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional. A Companhia trabalha no prazo médio de endividamento de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

31.4 Restrições nas operações de Empréstimos e Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia, bem como os empréstimos contratados estão sujeitos a cláusulas restritivas que podem antecipar tempestivamente o vencimento das obrigações, conforme descrito abaixo:

Restrição	Limites	12 meses findos em 31/12/2016	12 meses findos em 31/12/2015
Divida líquida / EBITDA ajustado	menor que 3,5	2,26	2,36
EBITDA ajustado / Despesas financeiras líquidas	Maior que 2	3,71	3,79

Dívida financeira líquida: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da JSL S.A. (controladora da Movida S.A.), incluídas debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos (a) os valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diárias de até 360 dias, (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoques de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, em concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras.

***EBITDA* adicionado**: significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidades dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurados ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o *EBITDA* adicionado dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela JSL S.A. (controladora da Movida S.A.).

Despesa financeira líquida: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses. Todos os compromissos descritos nos contratos estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2016.

31.5 Derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. De acordo com a política da Companhia, serão objeto de hedge as operações que possam afetar adversamente o resultado ou o fluxo de caixa da Companhia em virtude dos riscos envolvidos. Quando a Companhia realizar transações que contenham exposições indesejadas, a alta direção avaliará a necessidade de contratar instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e de mitigar os riscos aos quais está se expondo.

Como forma de se proteger das variações do IPCA, a Companhia efetuou uma operação de hedge por meio de um derivativo financeiro (Swap) para mitigar a exposição à esta variação. Os contratos de Swap foram celebrados conforme descrito nas tabelas abaixo:

Derivativo Financeiro (Swap) - Objeto de proteção: Dívida contratada em dolar

Riscos envolvidos Swap: Variação do dólar (posição ativa) e variação do CDI (posição passiva)
Riscos envolvidos Dívida: Variação do dólar

Contrato	Descrição	Valor	Vencimento	Taxa efetiva
Banco de Tokio SWAP USD + 106,5% do CDI	Valor da posição ativa do Swap	USD 20.000	Acompanha o fluxo da dívida - Trimestral a partir do 12º mês - Último vencimento 31/03/2017	Acompanha as taxas da dívida: i) 02/04/2015 a 31/03/2017: 106,5% do CDI
	Dívida contratada em dolar	USD 20.000	Trimestral a partir do 12º mês – Último vencimento 31/03/2017	i) 02/04/2015 a 31/03/2017: 106,5% do CDI
JP Morgan SWAP USD + CDI + 1,96%	Valor da posição ativa do Swap	USD 30.000	Acompanha o fluxo da dívida - Trimestral a partir do 12º mês - Último vencimento 24/08/2017	Acompanha as taxas da dívida: i) 24/08/2015 a 24/08/2017: CDI + 1,96%
	Dívida contratada em dolar	USD 30.000	Trimestral a partir do 12º mês – Último vencimento 24/08/2017	i) 24/08/2015 a 24/08/2017: CDI + 1,96%
Caterpillar SWAP + USD 117,75% do CDI	Valor da posição ativa do Swap	USD 30.000	Acompanha o fluxo da dívida - Trimestral a partir do 12º mês - Último vencimento 07/07/2018	Acompanha as taxas da dívida: i) 07/07/2015 a 07/07/2018: 117,75% do CDI
	Dívida contratada em dolar	USD 30.000	Trimestral a partir do 12º mês – Último vencimento 07/07/2018	i) 07/07/2015 a 07/07/2018: 117,75% do CDI
Scotiabank SWAP + USD CDI + 2,56%	Valor da posição ativa do Swap	USD 20.000	Acompanha o fluxo da dívida - semestral a partir do 12º mês - Último vencimento 14/11/2017	Acompanha as taxas da dívida: i) 13/11/2015 a 14/11/2017:CDI + 2,56%
	Dívida contratada em dolar	USD 20.000	Trimestral a partir do 12º mês – Último vencimento 14/11/2017	i) 13/11/2015 a 14/11/2017:CDI + 2,56%

Derivativo Financeiro (Swap) - Objeto de proteção: Debêntures indexadas ao IPCA

Riscos envolvidos Swap: Variação do IPCA (posição ativa) e variação do CDI (posição passiva)
Riscos envolvidos Dívida: Variação do IPCA

Contrato	Descrição	Valor	Vencimento	Taxa efetiva
Itaú BBA SWAP IPCA + 7,5% X 108,85% do CDI	Valor da posição ativa do Swap	R$ 123.472	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2019 e 2020) último vencimento 15/07/2020	Acompanha as taxas da dívida: i) Posição ativa: IPCA + 7,5% ii) Posição passiva: 108,85% do CDI
	Dívida contratada em reais	R$ 185.099	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2019 e 2020) último vencimento 15/07/2020	i) IPCA + 7,5%
Itaú BBA SWAP IPCA + 7,5% X 108,85% do CDI	Valor da posição ativa do Swap	R$ 98.723	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2019 e 2020) último vencimento 15/07/2020	Acompanha as taxas da dívida: i) Posição ativa: IPCA + 7,5% ii) Posição passiva: 108,85% do CDI
	Dívida contratada em reais	R$ 98.723	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2019 e 2020) último vencimento 15/07/2020	i) IPCA + 7,5%
Santander SWAP IPCA + 8,0% X CDI + 2,53%	Valor da posição ativa do Swap	R$ 71.751	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2020 e 2021) último vencimento 15/06/2021	Acompanha as taxas da dívida: i) Posição ativa: IPCA + 8% ii) Posição passiva: CDI + 2,53%
	Dívida contratada em reais	R$ 71.751	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2020 e 2021) último vencimento 15/06/2021	i) IPCA + 8%

Os derivativos designados como *hedge* financeiro são reconhecidos pelo seu valor líquido, como ativo ou passivo no balanço patrimonial apresentados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, do grupo circulante e não circulante e são mensurados pelo valor justo.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou duas simulações com aumentos nas taxas de câmbio (R$/US$), considerando uma deterioração de 25% e 50% em relação ao cenário provável. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio na data do balanço.

É importante ressaltar que este risco é mitigado pela exposição inversa que a Companhia tem em relação à Dívida contratada conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Exposição	Risco	Ganho / (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Instrumentos em moeda estrangeira US$						
Dívida						
Posição Passiva - Em CDI	R$ 394.493	R$		394.493	493.116	591.739
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)		(98.623)	(197.246)
SWAP						
Posição Ativa - Em CDI	R$ 401.205	R$		405.470	506.838	608.205
Posição Passiva - NTN-B22				(362.277)	(156.549)	(234.781)
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			ganho	43.193	350.289	373.424

A Companhia realizou duas simulações com aumento do IPCA de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para a taxa do IPCA na data do balanço. É importante ressaltar que este risco é mitigado pela exposição inversa que a Companhia tem em relação às debêntures.

Operação	Exposição	Risco	Ganho / (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Instrumentos em moeda nacional R$						
Dívida						
Posição Passiva - - Em IPCA	R$ 265.330	R$		265.330	331.663	397.995
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)		(66.333)	(132.665)
SWAP						
Posição Ativa - Em IPCA	R$ 263.381	R$		267.652	334.565	401.478
Posição Passiva - NTN-B22				(287.031)	(262.119)	(334.827)
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda) / ganho	(19.379)	72.445	66.650

32 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Receita de vendas e de prestação de serviços	**3.278.640**	**3.313.781**	**6.010.117**	**5.656.522**
Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	**191.519**	**364.087**	**1.393.866**	**904.964**
(-) Deduções da receita				
Impostos sob vendas	**(377.526)**	**(341.396)**	**(515.237)**	**(480.729)**
ICMS	*(118.272)*	*(119.623)*	*(150.497)*	*(144.445)*
COFINS	*(222.901)*	*(159.108)*	*(343.934)*	*(256.738)*
Créditos de COFINS	*94.907*	*47.514*	*168.403*	*84.389*
PIS	*(54.793)*	*(36.116)*	*(93.093)*	*(55.652)*
Créditos de PIS	*27.022*	*11.877*	*47.948*	*18.302*
ISS	*(55.724)*	*(51.755)*	*(76.543)*	*(74.285)*
INSS	*(47.765)*	*(34.185)*	*(67.521)*	*(52.300)*
Devoluções	(98.439)	(37.455)	(141.884)	(73.837)
Descontos concedidos	(115)	(9.698)	(7.445)	(17.008)
Receita líquida total	**2.994.079**	**3.289.319**	**6.739.417**	**5.989.912**

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquota de 3% ou 7,6%), líquidos dos créditos sobre a compra de insumos para a operação da Companhia.

33 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custos de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	(138.005)	(350.018)	(1.289.069)	(877.618)
Pessoal	(816.347)	(824.678)	(1.320.110)	(1.299.564)
Agregados e terceiros	(679.460)	(644.341)	(721.429)	(656.004)
Depreciação e amortização	(292.364)	(321.763)	(547.187)	(508.626)
Peças, pneus e manutenções	(191.613)	(171.554)	(378.746)	(394.413)
Combustíveis e lubrificantes	(138.416)	(147.679)	(264.805)	(256.416)
Custo venda de veículos novos	-	-	(281.566)	(427.897)
Custo venda de veículos usados	-	-	(276.291)	(285.571)
Aluguel de máquinas e veículos	-	(44.462)	-	(95.354)
Serviços contratados	(39.634)	(39.318)	(126.971)	(93.764)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(13.644)	(10.832)	(68.409)	(32.258)
Comunicação	(8.984)	(38)	(35.206)	(5.277)
Gastos com infraestrutura das filiais	(62.972)	(67.050)	(103.292)	(90.307)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(45.741)	(5.034)	(60.237)	(6.205)
Provisão para perdas tributárias ICMS RJ	-	-	(27.466)	-
Viagens, refeições e estadias	(4.613)	(1.378)	(8.732)	(4.816)
Alugueis de imóveis	(9.469)	(8.706)	(52.663)	(38.650)
Despesas operacionais não recorrentes	(45.169)	-	(45.169)	-
Outros custos	(266.736)	(239.312)	(619.464)	(324.204)
	(2.753.167)	**(2.876.163)**	**(6.226.812)**	**(5.396.944)**
Custo da prestação de serviços	(2.397.843)	(2.339.235)	(4.152.988)	(3.974.936)
Custos de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	(138.005)	(350.018)	(1.289.069)	(877.618)
Despesas administrativas e comerciais	(178.549)	(181.311)	(670.353)	(510.134)
Outras receitas (despesas) operacionais,líquidas	(38.770)	(5.599)	(114.402)	(34.256)
	(2.753.167)	**(2.876.163)**	**(6.226.812)**	**(5.396.944)**

34 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(500.437)	(529.388)	(653.125)	(555.934)
Juros de alongamento (i)	(3.311)	(4.798)	(75.615)	(66.177)
Juros e encargos bancários sobre leasing	(29.053)	(18.508)	(48.887)	(35.548)
Despesas financeiras extraordinárias (ii)	(39.988)	-	(39.854)	-
Outras despesas financeiras	(31.947)	(19.626)	(24.902)	(67.062)
	(604.736)	**(572.320)**	**(842.383)**	**(724.721)**
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	97.377	95.701	161.418	155.709
Variação monetária	47.607	4.597	45.770	16.613
Outras receitas financeiras	1.171	8.183	33.401	13.733
	146.155	**108.481**	**240.589**	**186.055**
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	**(95.459)**	**49.285**	**(112.807)**	**64.744**
Variação cambial líquida	**(33.483)**	**(44.859)**	**(33.652)**	**(42.311)**
Resultado financeiro líquido	**(587.523)**	**(459.413)**	**(748.253)**	**(516.233)**

i) Substancialmente compostos por operações de risco sacado (juros com montadoras); e

ii) Despesas de correção monetária e juros incidentes sobre reconhecimento de dívida a pagar de aquisição divulgada na nota explicativa 24 item “iv”.

35 Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em quatro segmentos operacionais, sendo eles o de operações logísticas, concessionárias, locadora ("*Rent a car*") e financeiro (Operação aprovada pelo BACEN em 5 de agosto de 2014).

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Operações Logística: As controladas Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda., Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Riograndense e Navegação Ltda., JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda.;
- Operações Concessionárias: JSL Concessionárias;
- Operações Locadora ("Rent a Car"): Movida Participações S.A.; e
- Operações Financeiras ("Leasing"): JSL Holding Ltda.

As informações por segmento de negócios para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

						31/12/2016
	Logística	**Concessionárias**	**Locadora**	**Financeiro**	**Eliminações (i)**	**Consolidado**
Receita líquida	4.179.687	835.547	1.893.180	28.166	(197.163)	6.739.417
Custos das vendas e de prestação de serviços	(3.194.857)	(658.701)	(475.436)	(21.161)	197.167	(4.152.988)
Custos das vendas ativos utilizados na prest. serviços	(298.267)	(17.318)	(973.480)	-	(4)	(1.289.069)
Resultado bruto	**686.563**	**159.528**	**444.264**	**7.005**	**-**	**1.297.360**
Despesas administrativas e comerciais	(268.564)	(187.821)	(205.380)	(8.588)	-	(670.353)
Despesas tributárias	(6.718)	(6.868)	(161)	(75)	-	(13.822)
Outras receitas (despesas) operacionais	(67.975)	1.037	(47.443)	(21)	-	(114.402)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Lucro antes das (despesas) e receitas financeiras	**343.306**	**(34.124)**	**191.280**	**(1.679)**	**-**	**498.783**
Resultado financeiro líquido						(748.253)
Lucro antes das provisões tributárias						**(249.470)**
Impostos e contribuições sobre o lucro						66.296
Prejuízo líquido antes da participação de não controladores						**(183.174)**
Participação de não controladores						-
Prejuízo líquido do exercício						**(183.174)**
Ativos totais por segmento	6.678.374	505.443	2.926.641	113.674	(1.355.749)	8.868.383
Passivos totais por segmento	6.069.419	204.831	2.204.877	75.340	(295.073)	8.259.394

						31/12/2015
	Logística	Concessionárias	Locadora	Financeiro	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida	3.965.396	1.009.563	1.213.503	5.389	(203.939)	5.989.912
Custos das vendas e de prestação de serviços	(2.952.455)	(818.751)	(385.772)	(4.656)	186.698	(3.974.936)
Custos das vendas ativos utilizados na prest. serviços	(320.727)	(11.717)	(562.415)	-	17.241	(877.618)
Resultado bruto	**692.214**	**179.095**	**265.316**	**733**	**-**	**1.137.358**
Despesas administrativas e comerciais	(227.775)	(173.556)	(101.096)	(7.707)	-	(510.134)
Despesas tributárias	(4.075)	(4.646)	(837)	(26)	-	(9.584)
Outras receitas (despesas) operacionais	(26.624)	3.777	(11.362)	(47)	-	(34.256)
Equivalência patrimonial	71	-	-	-	-	71
Lucro antes das (despesas) e receitas financeiras	**433.811**	**4.670**	**152.021**	**(7.047)**	**-**	**583.455**
Resultado financeiro líquido						(516.233)
Lucro antes das provisões tributárias						**67.222**
Impostos e contribuições sobre o lucro						(20.460)
Lucro líquido antes da participação de não controladores						**46.762**
Participação de não controladores						1
Lucro líquido do exercício						**46.763**
Ativos totais por segmento	6.805.206	532.436	2.645.422	34.444	(1.273.453)	8.744.054
Passivos totais por segmento	5.785.323	208.597	1.897.569	7.544	(174.851)	7.724.181

i) Eliminações de consolidação entre os segmentos de logística, Locadora e concessionárias.

36 Lucro (prejuízo) por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota explicativa 27.2).

O cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído está demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador:		
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	(183.174)	46.763
Denominador:		
Média ponderada de ações em circulação	203.255.385	212.573.684
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação - R$	**(0,90)**	**0,22**

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

(a) Diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	(183.174)	46.763
Média ponderada de ações em circulação	203.255.385	212.573.684
Ajustes de:		
Opções de compra de ações	3.521.895	2.371.438
Média ponderada de ações para o lucro diluido por ação	206.777.280	214.945.122
(Prejuízo) / Lucro líquido diluído por ação - R$	**(0,89)**	**0,22**

37 Compromissos

São apresentados a seguir os principais compromissos da Companhia com garantias de obrigações públicas junto a seguradoras através da sua controlada CS Brasil em 31 de dezembro de 2016:

			Veículos / Equipamentos		Importância	
Beneficiário	**Garantia**	**Local**	**Quantidade**	**Tipo**	**Segurada**	**Vigência**
Secretaria de Estado da Segurança Pública – GO	Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção	Goiás	651 643 5 3 651	Veículos Station Wagon Caminhonetes Furgões Rádios Transmissores	R$ 1.994	23/09/2014 à 23/09/2018
COMPAGAS – Gás Natural	Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção	Paraná	21	Veículos	-	18/09/2015 à 17/39/2017
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção	Rio Grande do Sul	805 260	Caminhonetes Veículos	R$ 1.299	19/02/2014 à 30/01/2018
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana	Locação de veículos e equipamentos, incluindo motoristas e gestão com manutenção	Rio de Janeiro	-	-	R$ 200.293	23/05/2014 à 23/05/2019
Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH	Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção	Pernambuco	-	-	-	25/08/2015 à 24/08/2017
Rivas Rezende da Costa	Compra de participação Societária	Goiás	-	-	R$ 40.000	15/02/2016 à 15/02/2017

38 Eventos subsequentes

38.1 Abertura de capital da Controlada Movida Participações

Em 08 de fevereiro de 2017, a controlada Movida Participações S.A. nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n° 358, de 03 de janeiro de 2002, e no artigo 52 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, (“Instrução CVM 400”), comunicou o início da oferta pública de distribuição primária de 71.460.674 e secundária de 6.741.573 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Movida Participações S.A., todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Movida Participações S.A., dentro do limite do capital autorizado realizado no Brasil e com esforços de colocação no exterior (“Oferta”).

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, e no exterior, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”) e teve como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Movida Participações S.A., conforme segue:

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(2)(3)(4)
Preço Por Ação	7,50	0,33	7,17
Oferta Primária	535.955.055,00	23.633.872,48	512.321.182,52
Oferta Secundária	50.561.797,50	2.229.610,60	48.332.186,90
Total	586.516.852,50	25.863.483,08	560.653.369,42

i. Com base no Preço por Ação de R$ 7,50;

ii. Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares;

iii. Sem dedução das despesas e tributos da Oferta; e

iv. Para informações sobre remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Movida Participações S.A., dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Movida Participações S.A., nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A. realizada em 06 de fevereiro de 2017.

O capital social da Movida Participações S.A., totalmente subscrito e integralizado, foi aumentado para 1.201.583.695,32 (um bilhão, duzentos e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco mil e trinta e dois centavos), representado por 213.491.586 (duzentas e treze milhões, quatrocentas e noventa e uma mil e quinhentas e oitenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escrituradas e sem valor nominal.

Com este aumento a participação da Companhia (JSL S.A.) na Movida Participações S.A. será acrescida em R$ 50.561.797,50 (cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), representado por 6.741.573 (seis milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e três) ações, ficando assim composto:

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações suplementares:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	Quantidade (1)	%	Quantidade(1)	%
Acionista Vendedor e entidades sob controle comum	142.030.911	99,9	139.289.338	65,20%
Administradores	0	0,0	0	-
Ações em circulação	1	0,1	74.202.248	34,8%
Total	**142.030.912**	**100**	**213.491.586**	**100,00%**

1) Considera o grupamento das ações ordinárias de emissão da Movida Participações S.A., na proporção de cinco ações ordinárias para uma ação ordinária.

Como resultado final do *IPO*, em seu consolidado, a Companhia registrou R$ 607,9 milhões de acréscimo em seu patrimônio líquido, sendo R$ 99,5 milhões da parcela dos controladores e R$ 508,4 milhões da parcela de não controladores.

38.2 Alongamento da dívida

Em 9 de março de 2017, como parte da gestão de passivos financeiros, a Companhia concluiu a contratação de dois novos financiamentos, extinguindo dois outros existentes, junto à Caixa Econômica Federal. O novo contrato possui vencimentos a partir de 2019 e término em 2023, contribuindo assim com o alongamento do perfil de amortização da dívida. No quadro abaixo demonstramos o cronograma de amortização do consolidado (Nota explicativa 17) com base nos vencimentos atuais e com os novos vencimentos considerando a dívida alongada:

				Consolidado	
		31/12/2016		Repactuada	
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	2017	888.916	23,1	838.916	21,8
	2018	1.082.707	28,2	666.040	17,3
	2019	1.187.276	30,9	880.133	22,9
	2020	318.614	8,3	556.709	14,5
	2021	151.898	3,9	389.993	10,1
	2022	113.244	2,9	351.340	9,1
	2023	76.861	2,0	136.385	3,5
	2024	23.678	0,6	23.678	0,6
	2025 em diante	2.942	0,1	2.942	0,1
Total passivo não circulante		2.957.220	76,9	3.007.220	78,2
Total		**3.846.136**	**100,0**	**3.846.136**	**100,0**

JSL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF n° 52.548.435/0001-79

NIRE 35.300.362.683

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da JSL S.A. ("Companhia"), no exercício da competência prevista no artigo 163 da Lei 6.404/76, em reunião realizada nesta data, após o exame do **(i)** Relatório Anual da administração do exercício de 31.12.2016 e **(ii)** das Demonstrações Financeiras de 31.12.2016, conclui, com base nos exames efetuados e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a reclassificação dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nas linhas "Compra do Ativo Imobilizado Operacional" e "Compra de Ativo Imobilizado".

São Paulo, 02 de maio de 2017.

_____

Luiz Augusto Marques Paes

_____

Luciano Douglas Colauto

_____

Rafael Ferraz Dias de Moraes

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2016, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 02 de maio de 2017.

Fernando Antonio Simões

Diretor Presidente

Denys Marc Ferrez

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Fábio Albuquerque Marques Velloso

Diretor

Adriano Thiele

Diretor

Eduardo Pereira

Diretor

Flávio Sales

Diretor

Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2016, emitido nesta data.

São Paulo, 02 de maio de 2017

Fernando Antonio Simões

Diretor Presidente

Denys Marc Ferrez

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Fábio Albuquerque Marques Velloso

Diretor

Adriano Thiele

Diretor

Eduardo Pereira

Diretor

Flávio Sales

Diretor